

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI

**GESTOR ESCOLAR: SUA INFLUÊNCIA NA
CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO
SEXUAL**



ARARAQUARA – S.P.
2017

ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI

GESTOR ESCOLAR: SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Exemplar apresentado para defesa.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

Orientador: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Dr^a Luci Regina Muzzeti
Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Dr^a Clarice Aparecida de Alencar Garcia.
Instituto de Ensino Superior de São Manuel / SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Bulzoni, Ana Maura Martins Castelli
Gestor Escolar: sua influência na construção do
Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação
Sexual / Ana Maura Martins Castelli Bulzoni – 2017
170 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Profa. Dra. Andreza Marques de Castro
Leão

1. Gestores Escolares. 2. Formação de Educação Sexual.
3. Projeto Político Pedagógico. . I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico a esse trabalho aos dois amores da minha vida: meu amado esposo, amante, amigo, e confidente Adilson Luis Bulzoni, que carinhosamente chamo de Di, o qual nunca mediu esforços em me ver feliz, por sempre me incentivar a crescer, por me amar como sou e por acreditar em mim. Estendo à nossa amada filha Natália Castelli Bulzoni a Naná, o fruto desse lindo amor incondicional, um ser que nos ensina diariamente com suas atitudes, carinho e amor a quem sempre esteve presente em nossas vidas, além de filha, é confidente, amiga e companheira.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Dedico esse momento para externar toda a minha gratidão às pessoas que em minha vida passaram. Com um sentimento de muito amor, carinho e amizade e minha eterna gratidão a Deus pelo dom da vida: a vida é a oportunidade de autoconhecimento, de disciplina, de aprendizado, e de troca de conhecimento e experiências.

Sou grata à Doutrina Espírita que me ensinou que nada acontece por acaso, não conhecemos alguém por acaso, as pessoas que entram em nossa vida, entram por uma razão, algum propósito.

Aos meus amados pais: mãezinha Augusta Martins Castelli (in memorian) e papito Osmar Luís Castelli, gratidão eterna por terem dado a chance desta vida terrena e a oportunidade dos estudos e de ampliar meus horizontes espirituais.

Aos meus amados e queridos irmãos Ana Márcia, Osmar Luís Junior, Ana Maria, José Henrique e Alexandra, obrigada pelo apoio, carinho e compreensão na minha ausência dos nossos almoços de domingo em família!

Aos meus sogros Adilson e Vilma, e cunhadas Silvia e Andréia por me aceitarem em sua família possibilitando a construção de um novo lar.

Aos amores da minha vida Adilson e Natália, os quais eu também dedico esse trabalho, minha eterna gratidão, pelo apoio, por nunca ter me deixado desistir, pela paciência, tolerância em momentos de estresse, por acreditar na minha capacidade de chegar até aqui, amo incondicionalmente vocês!

Aos meus peludos Paçoca e Mel pelo carinho e alegria nos meus momentos de insegurança e medo.

Minha gratidão à UNESP pelo programa de pós-graduação mestrado em educação sexual, em nome do coordenador do curso o prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro que nos apresentou seus conhecimentos e suas contribuições a Educação Sexual como imprescindível e vital para as

nossas vidas! Estendo meus agradecimentos aos professores do programa a Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi Maia; Profa. Dra. Ana Cláudia Brancalone; Profa. Dra. Cláudia Dias; Profa. Dra. Célia Regina Rossi; Profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani; Profa. Dra. Denise Maria Margonari; Prof. Dr. Fábio Tadeu Reina; Profa. Dra. Luci Regina Muzzetti; Prof. Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória; Profa. Dra. Maria Regina Momesso, Profa. Dra. Márcia Cristina Argenti Peres; Profa. Dra. Patrícia Porchat Pereira da Silva Knudsen; Profa. Dra. Sueli Aparecida Itman Monteiro; Prof. Dr. Vagner Sérgio Custódio; Aos professores colaboradores Profa. Fátima Elisabeth Denari e Profa. Dra. Maria Alves de Toledo Bruns; aos professores visitantes e estrangeiros Eladio Sebastian Heredero (Espanha); Maria Isabel Chagas (Portugal); Profa Dra. Maria Filomena Teixeira (Portugal); Profa. Dra. Maria Teresa Machado Vilaça (Portugal), que nos trouxeram grandes contribuições científicas.

Em especial minha eterna gratidão à vice-coordenadora do programa Educação Sexual Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão, um ser especial e iluminado, minha orientadora, que com sua doçura e humildade confiou e acreditou no meu trabalho, minha gratidão por compartilhar seu vasto conhecimento, pelas orientações e em especial entre nós fica uma grande amizade e admiração!

Pelas amizades novas aqui conquistadas a Luci, Ana Claudia (Figa), Selma, Sylvinha,

Em especial à Carla, Carlinha, uma querida, um ser que entrou em minha vida que com certeza não foi por acaso, foi adentrando devagar em minha vida, chegando incentivadora para o mestrado, como amiga, conselheira, enfim, a mãe da Júlia, que tive a graça de estar ao seu lado neste momento sublime de sua vida da notícia da chegada da Juju neste plano terrestre.

Aos meus colegas desta terceira turma de mestrado agradeço a oportunidade de conhecê-los e aprender muito com cada um de vocês com suas particularidades, tendo a ousadia de alguns vindo de bem longe, do norte ao sul deste nosso mundo na esperança de lutas e conquistas fazendo a história da educação sexual, por fim entre nós ficará a saudade,

Adalto, Alexandre, Clesiomar, Denise, Drielly, Elânia, Evelanne, Fernanda, Flavia, Gabriela, Jayane, João, Jozimara, Juliana, Jurandir, Karin, Lorena, Luciano, Natalia, Nelma, Paula, Rita, Silvanie, Suellen, Syvia, Syvia Regina e Vitor.

Em nome da orientadora professora Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão estendo meus agradecimentos à banca examinadora da qualificação e da banca da defesa pela sensibilidade e empenho aos apontamentos detalhados que nos despertaram e provocaram uma reflexão aos temas gestores e educação sexual, e por todas as contribuições que nos instruíram para aprimoramento desta pesquisa.

A todos os funcionários da UNESP em especial aos funcionários da limpeza, que sempre deixaram impecáveis as salas de aula, auditórios, banheiros, biblioteca, salas de trabalhos de pesquisas. Em nome da Elaine agradeço as bibliotecárias e funcionários/as da Biblioteca que sempre foram solícitos no atendimento. À Equipe da Seção Técnica de Pós Graduação pela atenção dada durante esses dois anos, em especial agradeço a Aline, Andreza, Gabriel, Fabricio, Ícaro, Leda, Lidiane, Lucas, Natália, Rita. Agradeço a Secretaria da Educação de Araraquara, aos gestores, professores, técnicos e os coordenadores que foram os protagonistas, junto a mim nesta formação inicial de Educação Sexual realizada pela secretaria da Educação. Aos funcionários Renata, Glaucia, Filó, Ieda, Ângela, do Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional (CEDEPE), que sempre estavam prontos para me auxiliar de forma profissional no momento da formação da Educação Sexual e para a realização deste trabalho de pesquisa. Em nome das secretárias da educação e as colegas de jornada de trabalho aos diretores e equipe escolar pelo consentimento da realização deste trabalho de pesquisa, pois sem vocês nada aconteceria. Às queridas docentes que auxiliaram nas minhas dificuldades: Professora Laura de espanhol e Professora Glória de português pelo conhecimentos compartilhado. Enfim, Minha eterna gratidão!

“A sexualidade é um assunto natural e é vivenciado pelo ser humano”.

(Leão 2009, p.194)

BULZONI, A. M. M. (2017). GESTOR ESCOLAR: SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara- S.P, 163P.

Resumo

Entende-se que a Educação Sexual carece de ser trabalhada no âmbito escolar de forma interdisciplinar. Percebemos que, não há necessidade de uma disciplina específica para essa temática, mas a escola deverá propor ações planejadas sistematicamente para que todos possam desenvolver atividades na temática. Nesta perspectiva, os Gestores Escolares, Professores e Educadores deverão estar habilitados por meio das formações inicial e ou continuada para sentirem seguros e preparados para tal ação. A presente pesquisa teve como objetivo investigar a atuação interventiva, em sexualidade, dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em educação sexual de uma rede municipal de ensino do interior de São Paulo, buscando conhecer se há ações e projetos de sexualidade nas escolas e se consta no projeto político pedagógico das mesmas. A pesquisa foi realizada em lócus nas Unidades Escolares, mas, especificamente, na sede dos gestores escolares. Em relação à metodologia ela consiste em uma abordagem qualitativa e de cunho descritiva e analítica, sendo que participaram da mesma as sete gestoras que finalizaram a formação em Educação Sexual. O instrumento de coleta de dados foi à entrevista gravada. Concomitantemente a isso, buscou-se analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas dos gestores participantes quanto à inserção das temáticas de sexualidade como ações planejadas. A análise dos resultados permite afirmar que os gestores não conseguiram articular ações planejadas no projeto político pedagógico por não se sentirem aptas a desenvolver ações, como projetos direcionados a discussão desta temática no âmbito escolar. O que realizaram até o presente momento foram ações pontuais no âmbito escolar. Estes achados que apontam a importância da implementação de políticas públicas acerca da sexualidade para todos os profissionais da

educação participarem de modo a subsidiar a formação continuada nesta temática para que possam estar preparados e sensibilizados ante a necessidade de sua inserção no PPP e no planejamento de ações interventivas e projetos no âmbito escolar visando afiançar uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Gestores Escolares, Formação de Educação Sexual, Projeto Político Pedagógico.

BULZONI, A. M. M. (2017). GESTOR ESCOLAR: SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara- S.P, 163 P.

Abstract

It is understood that the sexual education load of being worked without school interdisciplinary. We realize that there is no need for a specific discipline for this thematic, but the school must propose systematically planned actions for all activities developed in the theme. In this perspective the school managers, teachers and educators will be empowered through initial and continued to feel safe and prepared for such an action. The present research had the objective of investigating an interventional performance in sexuality of the school managers who participate in an extension course in sexual education of a municipal education network in the interior of São Paulo, seeking to know if actions and projects of sexuality in schools and is reflected in the political pedagogical project of its roots. The research was carried out in school units, but specifically at the headquarters of school administrators. About methodology consists of a qualitative and descriptive and analytical approach, being that they participate in the same series of managers who completed a training in sexual education. The instrument of data collection was a semi-structured interview. Concomitantly to this, we sought to analyze the Political Pedagogical Project (PPP) of the participants' schools about the insertion of sexuality themes as actions planned. The analysis of the results shows that managers could not articulates planned actions in the pedagogical political project due more unprepared to develop actions, such as projects focused on discussion of this subject in the school mains. What they have accomplished until the present moment were specific actions in the school scope. These findings point to the importance of the implementation of public policies about sexuality for all education professionals to participate in order to subsidize continuing education in this area so that they can be prepared and sensitized to the need for their inclusion in the PPP and the planning of intervention actions and projects without school law aiming to secure an emancipatory education.

Key words: School Managers, Sexual Education Training, Political Project Pedagogical.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Identificação pessoal e formação dos participantes	41
Tabela 2	Identificação profissional dos participantes	42
Tabela 3	Atribuições dos diretores escolares no Município do interior de São Paulo	107
Tabela 4	Descrição das Categorias da Temática Geral	114
Tabela 5	Resultados da Categoria Geral 1 Projeto na Escola e subcategoria	115
Tabela 6	Resultado da Categoria Geral 2 Projeto Político P. e subcategorias	119
Tabela 7	Descrição das Categorias da Temática Específicas	128
Tabela 8	Resultado das Categorias da Temática Específicas 1 e subcategorias	129
Tabela 9	Resultado das Categorias da Temática Específicas 2 e subcategorias	134
Tabela 10	Resultado das Categorias da Temática Específicas 3 e subcategorias	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Normas Linguísticas	48
	Continuação das Normas Linguísticas	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AEPs	Assistente Educacional Pedagógicos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CER	Centro de Educação e Recreação
CEDEPE	Centro de Desenvolvimento Profissional de Educadores
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONAE	Conferencia Nacional de Educação
CNEB	Conselho Nacional de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Conselho Pleno
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ES	Educação Sexual
EMEF	Escola Municipal Ensino Fundamental
EC	Educação complementar
FAPESP	Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo
INEP	Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de diretrizes e Base
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PCNs	Plano Curricular Nacional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PNE	Plano Nacional de Educação
PMA	Prefeitura Municipal de Araraquara
SME	Secretaria Municipal de Educação
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, para a ciência e a cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
Trajetória da Pesquisadora.	16
Caminhos traçados até a chegada do tema.	22
1 INTRODUÇÃO	25
1.1 Problematização da Pesquisa.	25
1.2 Justificativa da Pesquisa.	30
1.2.1 Objetivos.	32
1.3 Organização do Trabalho.	33
2 MÉTODO	34
2.1 Procedimento Metodológico.	34
2.1.1 Natureza da Pesquisa.	36
2.1.2 Caracterização das Participantes.	39
2.1.3 Campo de Estudo.	43
2.1.4 Instrumento de Coleta de Dados.	43
2.1.5 Instrumento da Pesquisa.	45
2.1.6 Procedimento Ético.	50
2.1.7 Procedimentos de análise de conteúdo.	51
3 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL SUAS CONTRIBUIÇÕES	54
3.1 O que é sexualidade?	54
3.2 O que é educação sexual?	58
3.3 Contribuições destes conceitos para a Educação.	60
3.4 Políticas Públicas e educacionais: um olhar sobre a sexualidade na educação básica uma implementação necessária.	67
3.5 Transversalidade e Interdisciplinaridade: questões sociais acerca da sexualidade no currículo escolar.	76
3.6 Projetos Político Pedagógico sua relevância no âmbito escolar acerca da sexualidade.	82
4. FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO: GESTOR ESCOLAR	89
4.1 Formação inicial e continuada do profissional da Educação Básica: seus conceitos e relevância no cotidiano escolar acerca da sexualidade.	89
4.2 O gestor escolar: formação em educação sexual nos anos de 2013 e 2014 no	95

interior do Estado de São Paulo.	95
5 DIRETOR DE ESCOLA OU GESTOR ESCOLAR	102
5.1 Atribuições dos diretores de escola em um município do interior do Estado de São Paulo.	103
5.2 Gestor Escolar e Educação Sexual uma aproximação indispensável: a influência na articulação da construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a sexualidade.	109
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	112
6.1 PRIMEIRA PARTE	114
6.1.1 Projeto na escola.	114
6.1.2 Projeto político pedagógico.	118
6.1.3 Desenvolvimento.	120
6.1.4 Coletivo.	122
7. SEGUNDA PARTE	128
7.1 DEMANDA EM EDUCAÇÃO SEXUAL	129
7.1.1 Gênero.	130
7.1.2 Preconceitos.	132
8. FORMAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL	134
8.1 Curso/ Formação.	135
8.1.2 Criança.	136
9. POLÍTICA PÚBLICA	139
9.1 Enquanto Rede.	140
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIA	146
APÊNDICE A Ofício para Secretária Municipal da Educação.	158
APÊNDICE B Ofício para as Diretoras de Escola.	159
APÊNDICE C Ofício reiterando a solicitação para a atual S.M.E.	160
APÊNDICE D Roteiro Entrevista.	161
ANEXOS	
ANEXO A Termo de Compromisso do Comitê de Ética.	163
ANEXO B Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento.	164
ANEXO C Carta de Apresentação.	166
ANEXO D Parecer do Comitê de Ética.	167

APRESENTAÇÃO

Trajetória da Pesquisadora

Discorrer sobre a minha¹ trajetória é remeter a muitas lembranças, sentir saudades de muitas pessoas que passaram pela minha vida. Posso dizer que do passado ficaram as lembranças prazerosas, muitas experiências e por meio destas consegui construir parte da minha história.

Hoje outras pessoas estão colaborando para eu ser um pouco melhor do que fui, e na certeza que encontrarei mais pessoas que me ajudarão a evoluir, uma vez que a minha trajetória não acabou, está em construção.

Sou Araraquarense, porém, passei toda a minha infância até a adolescência na cidade de Votuporanga no interior do Estado de São Paulo. Aproximadamente na década de 80, ingressei no curso do magistério e após o término deste comecei a minha trajetória profissional atuando como professora. Assim, tive a oportunidade de exercer esta profissão durante vinte e oito anos no setor educacional.

Iniciei como docente efetiva através de concurso público para ministrar aulas para crianças de três a seis anos da pré-escola e nas séries iniciais do primeiro grau². Posteriormente, no período de 1987 a 1989, atuei como docente substituta nas unidades estaduais.

Trabalhar na educação infantil com criança na faixa etária de três a seis anos foi um sonho. Sempre idealizei ser professora, na verdade, era uma vontade que eu não sabia explicar o motivo no qual me impulsionava a essa profissão. Desde cedo, planejei a minha trajetória profissional para ser professora, pois dizia que gostaria de ter experiência em sala

¹ Ana Maura Martins Castelli Bulzoni (pesquisadora).

² Como era intitulado o primeiro ciclo do ensino fundamental.

de aula para, posteriormente, dar continuidade na área educacional, galgando a carreira de diretora de escola.

De fato, gostava muito de criança, de estar com criança, de brincar com a criança, talvez isso instigasse tanto o meu interesse nessa carreira.

Em continuidade, conclui a graduação em Pedagogia (1987 a 1989) e algumas habilitações correlatas. Entretanto, o percurso da minha prática profissional, quando ingressei no ano de 1986 como docente na prefeitura, me proporcionou à oportunidade de formação continuada, cursos de longa e curta duração, sendo que as temáticas nestes cursos eram tratadas em temas gerais e desconsideravam a socialização das práticas. Ao mesmo tempo em que foi um trabalho prazeroso, tornou-se solitário. Durante a prática docente, posso mencionar o quanto senti que era imprescindível a troca entre os pares das experiências vivenciadas. Lembro-me que quando necessitava refletir sobre uma situação ocorrida em sala de aula ou de uma respectiva criança, encontrava-me sozinha.

Ao ingressar na primeira escola de Educação Infantil, em um CER (Centro de Educação e Recreação), escolhi uma turma de alunos da faixa etária de seis (06 anos) em uma escola de periferia, lá tínhamos crianças desde três meses de idade, que ficavam nos berçários, até aos seis anos de idade, eram os alunos pré-escolares.

Muito encantada, cheia de vontade e com uma bagagem teórica vasta, porém sem nenhuma prática e experiência em sala de aula, sentia-me insegura em trabalhar com as trinta e duas crianças de seis anos. Neste município ³os técnicos realizavam cursos e reuniões pedagógicas com o intuito de nos orientar quanto à prática pedagógica. Na escola, o diretor aventava conosco, professores, mais acerca das atividades gerais e administrativas.

³ Pensando em sobrepujar a misoginia, o machismo e a predominância do tema masculino para se referir a humanidade no termo masculino, o adequado seria colocar o/a professor/a, no entanto visando assegurar fluidez da leitura optou-se usar na forma masculina, enfatizo que neste trabalho, buscou-se o respeito a questão dos direitos das mulheres.

Quanto ao planejamento, atividades, conteúdos obrigatórios e a aplicabilidade dos mesmos, sentiam-me solitária, visto que não havia muitos momentos de socialização entre os pares, era cada “um por si”.

O material didático no qual nos apoiávamos eram dois referenciais como recursos didáticos para a Pré-Escola que norteavam e orientavam quanto aos objetivos gerais e específicos das atividades fornecido pela Secretaria de Estado da Educação – São Paulo por meio da coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas Fundação para o Livro Escolar, estes nos apresentavam sugestões de atividades para todos os professores, limitando a criatividade no planejamento.

As atividades dos conteúdos programáticos foram: “esquema corporal, conhecer o seu corpo” e “família, de onde eu vim”, que constavam como sugestão me inquietava muito em planejar e desenvolvê-las devido não saber como falar, explicar toda a curiosidade das crianças quando indagavam a respeito do sexo, de nascimento do bebê, isso tudo me incomodava. Os outros conteúdos programáticos necessários a serem trabalhados eram quanto aos sentimentos, pensamentos como gênero, a composição das famílias, tipos de famílias e sua constituição, o nascimento, a gravidez (mamãe grávida), filhos adotivos, pais separados, orientação sexual, homofobia, até temas importantes e que fazem parte da temática da sexualidade. Entrementes, no período do planejamento das atividades desses conteúdos encontrei alguns percalços, nesse aspecto, sentia me despreparada em desenvolver atividades, desconhecia como iniciar essas atividades.

Neste ínterim, as atividades planejadas e vivenciadas pelas crianças como brincar, explorar o corpo no espelho, a atividade de desenhar o contorno do corpo no chão e depois completar eram as que elas mais gostavam de realizar.

Consecutivamente, no momento da roda de conversa eles insistiam em falar a respeito do que eles gostavam mais, que era do seu corpo, porém sempre cauteloso para não entrar no

mérito das genitálias. A partir das diversas curiosidades deles, restringia-me em nomear as genitálias feminina e masculina, mudando de assunto, pois não me sentia preparada em falar a respeito, igualmente receio pela falta de propriedade e pela insegurança que tenha este fato, demonstra que se tivesse tido, durante a graduação, contato com esse assunto saberia como lidar com essa situação de maneira a ajudar os alunos.

Nesse sentido, os ⁴profissionais da escola tem um papel extraordinário. No entanto, tudo vai depender da forma como vão lidar com essa temática e outras similares de maneira, a saber, abordá-la.

Durante a trajetória profissional nós professores tínhamos a orientação dos técnicos da secretaria da educação para abordamos a temática da educação sexual e sexo de forma reservada e sintetizar as questões biológica, visto que não proporcionavam reflexões, debate para ampliarmos nossos conhecimentos, desta forma ficava mais adequado de fato, silenciar ou ignorar, mesmo ciente que essa situação iria perpassar nos muros das escolas. A justificativa era que atendíamos famílias heterogêneas, de diferentes culturas, religiões diversas e, conseqüentemente, poderiam repercutir na mídia causando problemas para a escola e para secretaria da educação.

Ser professor desta faixa etária requer que o mesmo detenha um olhar para o próprio passado, remetendo à sua infância, entendendo e compreendendo dessa forma a criança enquanto um ser em desenvolvimento integral, respeitando suas diversidades e peculiaridades.

Nesse contexto, desconhecer a temática de educação sexual no cotidiano escolar contradiz com o objetivo da educação de “formar integralmente os alunos no aspecto psíquico, físico, emocional, social e cultural” desta forma está ocultando o que move o “ser”

⁴Neste trabalho os profissionais da escola é a equipe escolar composta de educadores com as seguintes funções: o gestor escolar, professores, agente educacional pedagógico (AEPs), agentes educacionais, coordenador pedagógico, merendeiros, serventes e porteiros. (pesquisadora).

enquanto individuo em sua individualidade na sexualidade. Assim, podemos dizer que a ⁵sexualidade está presente na integralidade do “ser” impossibilitando dissociá-la de sua vida, no entanto, não podemos ignorar essa temática no interior da escola, pois ela é intrínseca ao ser humano. Para tanto na educação os profissionais que atuam diretamente com os alunos carecem de estar em constante movimento de reflexão a diversos aspectos, a temas que movem o ser humano, assim sendo, os mesmos estarão aptos a desenvolver atividades diversificadas que envolvem os alunos em varias realidade que são imprescindíveis a serem sanadas para o bem na vida escolar.

Em continuidade, encerrei a minha experiência em sala de aula no ano de 1994 e iniciei a partir daí uma nova etapa da minha vida profissional, na função de diretora na Educação Infantil no mesmo município, por meio de concurso público. Durante dez anos, até o ano de 2004, atuei como diretora escolar, experiência que me remeteu a grandes desafios, contudo, nesses anos, a solidão retornou porque exercer a função de diretor nos leva a olhar para o aluno e para a escola de uma forma ampla e geral, em todos os aspectos, sendo eles: político, social, cultural, pedagógico e desta forma, contribuindo no processo educativo e, portanto, nesse contexto educacional, o diretor de escola não pode ser um mero administrador, técnico e centralizador. Nessa perspectiva, faz necessária sua atualização em teorias, e sendo imprescindível haver trocas de experiências entre seus pares e participar, constantemente, da formação continuada para subsidiá-lo enquanto teoria. Desta forma, facilitaria na orientação dos profissionais que compõe a equipe escolar e dos pais da comunidade local, na construção do processo pedagógico.

⁵ Segundo dicionário Aurélio o significado de sexualidade “Qualidade de do que é sexual, *Modo de ser próprio do que tem sexo. (conforme referências).*

Lembro-me de várias situações durante a minha função de ⁶diretor escolar, as quais vivenciei e que me fizeram sentir dificuldade em orientar os profissionais da escola quanto aos conteúdos que contemplassem as questões de gênero, preconceitos e afetividade.

Percorrendo toda essa vivência de professora e de diretora de escola, resolvi no ano de 2004, proporcionar outras mudanças na minha trajetória profissional. Através do processo de remoção, decidi me transferir para uma vaga de diretor existente no Centro de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores (CEDEPE), localizado na Secretaria da Educação (SME). Dessa forma, assumi tanto as questões administrativas quanto as pedagógicas, com o propósito de garantir a integração entre as unidades subordinadas e as demais gerências da estrutura organizacional deste município quanto à formação continuada dos profissionais da educação de acordo com a demanda necessária. No período de dez anos (2004 a 2014), tive a oportunidade de colocar em prática as atualizações de conhecimentos e realizações de trocas de experiências entre os pares.

Nesse meio tempo, no ano de 2009, passei a exercer a função de ⁷Gerente de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional de Educadores. Uma nova experiência, novas aprendizagens, um crescimento profissional profícuo, obtive na ocasião a chance de apreender a fazer uma leitura geral e única, a várias escolas como um todo, e não mais neste momento o olhar a uma escola e, sim, a todas as escolas enquanto rede de ensino estendendo a minha responsabilidade.

⁶ O emprego de Diretor de escola desempenha as seguintes atribuições: Coordenar, organizar e monitorar as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar, objetivando a consecução eficaz da política educacional do sistema, e, o desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais. Conforme descrito (Redação dada pela Lei Municipal nº 6.673, de 2.007) Anexo XV.

⁷ Atribuições da função Gerente: Planejar, coordenar e promover a execução de todas as atividades da gerência sob sua responsabilidade, organizando e orientando os trabalhos para assegurar o desenvolvimento das atividades de acordo com os projetos, programas, objetivos e metas estabelecidos, garantindo a integração entre as unidades subordinadas e com as demais gerências da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, consta Anexo VII Descrição das Atribuições das Funções de Direção da Lei Municipal Nº 6.251, DE 19 DE ABRIL DE 2.005, que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos empregos públicos da Prefeitura do Município do interior do Estado de São Paulo.

Sabemos que na educação estamos constantemente nos desafiando, então, pensava e agora, como vou fazer com tanta responsabilidade?

Para o meu conhecimento, os técnicos lotados na secretaria da educação é que deveriam orientar os profissionais das unidades escolares de maneira a buscar soluções das demandas na educação de acordo com as necessidades específicas. Entretanto, anualmente, solicitávamos aos gestores escolares e aos gerentes das respectivas modalidades de ensino e programas da educação básica uma avaliação com as reais demandas. Nesse ínterim, durante esse período na função de gerente, buscava planejar a formação continuada respeitando as demandas dos profissionais das unidades escolares em comum acordo com os gerentes das modalidades e dos programas da educação básica.

Foram planejados vários cursos de formação continuada para os ⁸profissionais de educação da rede, os quais contribuíram para a prática desses profissionais.

No final de 2014, a minha trajetória profissional na rede municipal da cidade do interior do estado de São Paulo encerrou-se com a minha aposentadoria, uma experiência de vinte oito anos de magistério.

Caminhos traçados até a chegada do tema.

Na Secretaria da Educação no Município do interior de São Paulo, entre os períodos de 2009 a 2014, na qual me encontrava na função de gerente de formação em parceria com os coordenadores técnicos, os supervisores e os gerentes da educação básica, realizávamos os planejamentos da formação continuada e nos organizávamos da seguinte forma: encaminhávamos questionários de avaliações das demandas formativas e os gestores

⁸ São considerados todos os servidores públicos lotados na secretaria da educação e nas unidades escolares sendo estes os técnicos pedagógicos, administrativos e de apoio. (Pesquisadora).

escolares trabalhavam com a equipe nos fornecendo a devolutiva quanto às necessidades reais de cada escola. Diante disso, todo início de ano, eu enquanto gerente de formação realizava a análise e, posteriormente apresentava o diagnóstico para as equipes técnica da Secretaria Municipal da Educação (SME) finalizando o planejamento anual da formação continuada para toda a rede municipal.

Entretanto, no final do ano de 2012, os gerentes da educação básica entenderam que seria necessário oferecer formação continuada na temática da educação sexual voltada aos gestores e professores da rede municipal, conforme dados no diagnóstico. Nessa perspectiva, as escolas da rede municipal do interior de São Paulo tinham inúmeras demandas para tratar desse assunto, porém geralmente, não era problematizado, tendo-se como alegação que muitos profissionais que não sabiam como iniciar a discussão do mesmo, assim como, faltavam estratégias para articularem de que maneira poderiam intervir ante as dúvidas e questões que os alunos traziam acerca deste tema.

Os discursos dos gestores sempre foram direcionados para um investimento nos profissionais da educação em relação à formação para que adquirissem mais conhecimentos sobre a Educação Sexual, assim como tivessem oportunidades entre seus pares para refletir acerca dessa temática.

Como protagonista do processo e como gerente e gestora responsável na formação e desenvolvimento profissional, no ano de 2013 tive a oportunidade de realizar uma parceria por meio da Secretaria do Município com a Universidade Estadual Paulista Prof. Júlio Mesquita Filho (UNESP) que ofereceu a formação em sexualidade, mais precisamente, o curso de extensão direcionado à formação de gestores e professores.

Essa formação, cujo tema era: “Educação inicial para gestores e professores na temática educação sexual”, contou com encontros presenciais e com atividades semipresenciais, empregados para tanto a plataforma moodle.

O curso visou atender a demanda de formação. Inicialmente a discussão do mesmo foi sobre a história da sexualidade e enfatizou questões conceituais, por exemplo, elucidando o que seja sexo, sexualidade, relações de gênero e educação sexual.

Essa formação realizada na rede municipal contribuiu na minha vida enquanto pessoa, haja vista que comecei a me interessar por essa temática. Nesse curso, adquiri conhecimento na área e me embasei teoricamente. Cabe frisar que me sinto privilegiada por ter participado da formação junto com meus pares e ter conhecido os ⁹professores Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão e o Dr.^o Paulo Renner M. Ribeiro, que nos apresentou um vasto conhecimento na temática, dando ênfase à importância da sexualidade. Apreendemos que aprofundar-se nesta área de pesquisa é imprescindível para a realidade contemporânea, sendo de suma importância o envolvimento dos gestores escolares e equipe para que os mesmos reflitam e atuem, uma vez que, temos uma demanda transparente e ao mesmo tempo camuflada que pouco é explorado entre os profissionais das escolas, porque envolve tabu¹⁰, preconceito¹¹, discriminação¹².

Assim, após a minha aposentadoria, encorajei-me em aprimorar minha formação acadêmica nessa área, abrindo um novo ciclo de vida, ingressando no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, em 2015. Com isso, adquiri mais experiência, subsídios práticos e teóricos e, além disso, estudar a respeito da educação sexual foi uma descoberta em minha vida, como mulher, filha, esposa, amante, mãe e amiga; me completa enquanto ser humano, mediante as leituras e oportunidades em participar de cursos, congressos, simpósios, entre outros partilharem conhecimentos nessa temática, me realiza.

⁹ São docentes Doutores do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual e Educação Escolar na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara.

¹⁰ Assunto de que não se pode ou não se deve falar segundo Aurélio.

¹¹ Ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial, Segundo dicionário Aurélio

¹² Tratar de modo desigual ou injusto, com base em preconceitos de alguma ordem, notadamente sexual, religioso, étnico, etc., segundo dicionariodoaurelio.com. Conforme consta nas referências.

Descobri que a sexualidade faz parte da minha história! Dessa forma, como educadora, me aguça o desejo de saber se o tema sexualidade está sendo implementado e articulado nos planejamentos oficiais das escolas como prática cotidiana e de formação.

Nessa perspectiva, desenvolver pesquisa da prática escolar nessa temática vem corroborar não apenas no sentido de reflexão, mas também na desconstrução de todos os estereótipos¹³, e no incentivo à implementação de políticas educacionais nas redes de ensino, na educação sexual.

1. INTRODUÇÃO

A presente seção *Introdução* está organizada em três subseções dividindo-as

1.1 Problematização da pesquisa, 1.2 Justificativa da pesquisa e os objetivos,

1.3 Organização do trabalho, de modo a facilitar a compreensão de o trabalho a seguir:

1.1 Problematização da Pesquisa

Entende-se que a educação sexual, como pontua Figueiró (2010), carece de ser trabalhada no âmbito escolar de forma interdisciplinar.¹⁴ Conforme destaca a autora “... de que trabalhando dentro de um sistema de interdisciplinaridade o professor produz conhecimento útil, portanto, interligando teoria e prática, estabelecendo relação entre o conteúdo do ensino e a realidade social escolar” (Lück, 2007, p.34).

¹³ Conforme Aurélio- Esteriótipo: comportamento ou discurso caracterizado pela repetição automática de um modelo anterior, anônimo ou impessoal, e desprovidas de originalidade e da adaptação à situação presente.

¹⁴ Conforme Aurélio: Que implica relações entre várias disciplinas ou áreas de conhecimentos, que é comum a várias disciplinas. Interdisciplinar.

Trabalhar com o método da interdisciplinaridade contribui no cotidiano dos professores, uma vez que, os mesmos poderão desenvolver projetos, ações sobre educação sexual, trazendo a realidade social, cultural, articulando as disciplinas e possibilitando uma visão global de mundo, enfrentando as dificuldades e os problemas atuais.

Para tanto, compreende-se que não há necessidade de uma disciplina específica para essa temática, contudo a escola deverá propor uma interação das disciplinas no currículo escolar com a realidade, propondo ações planejadas sistematicamente para que todos os educadores possam desenvolver atividades voltadas a esse assunto.

A escola é uma instituição repleta de informações e situações reais que denotam a necessidade cada vez maior em incluir a temática da educação sexual no currículo escolar.

Com efeito, abordar sexualidade na escola não é um modismo momentâneo, é de fato um desafio que vem há tempos e tempos.

Nunes e Silva (2000) expõem que dos anos 80 a 90 a orientação sexual se expandiu como prática institucional em muitos estados brasileiros, pois a sexualidade abarcou formas de discursos distintos dos habituais, obtendo espaço na mídia de massa (TVs, rádios, jornais, entre outros), transformando-se num dos mais destacados assuntos de interesses sociais. Yara Sayão (1997) corrobora com a informação que na década de 80 iniciaram trabalhos sobre a orientação sexual ¹⁵ nas escolas da rede privada de ensino do Brasil, sendo que tal demanda foi resultante do surgimento da AIDS e do avanço da incidência de gravidez indesejada entre adolescentes, acontecimentos estes que instigaram a preocupação dos professores, entretanto

¹⁵ Os parâmetros curriculares nacionais (PCN), na primeira parte do documento “orientação sexual” utilizam o termo “Orientação Sexual” como tema transversal nos currículos, e o objetivo deste documento é sistematizar a ação pedagógica desenvolvendo um trabalho de educação sexual na escola. Atualmente esse termo orientação sexual é para intitular as diferentes formas de expressão da sexualidade, portanto nesse trabalho optou-se pelo termo educação sexual. Entretanto compreendemos que orientação sexual remete ao desejo sexual da pessoa, e educação sexual é o campo de intervenção pedagógica. (Pesquisadora)

um momento histórico de relevância na educação com a implementação dos documentos transversais os PCN.

O gestor escolar desempenhando a função de integrador com a equipe escolar precisa estar atento e ter um olhar mais global na escola, mediante a sugestão de estratégias que entrelaçam as disciplinas com o método da interdisciplinaridade, tendo em vista que é um tema de todos e para todos, e não apenas dirigido aos professores da área biológica, restrito ao ensino da reprodução, órgãos genitais e suas funções, que às vezes acaba reprimido e não abrangendo a temática de forma adequada aos alunos, ficando apenas uma aula expositiva e limitada.

Nunes & Silvia (2000) argumenta que:

“Uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem”. ... Este homem é um ser sexuado. Assim, tudo o que faz ou realiza envolve esta sua dimensão de “ser sexuado”, isto é, de constituir uma sexualidade, uma significação e vivência da mesma, diversamente da determinação instintiva e primariamente animal e reprodutiva. “... A sexualidade transcende à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas” (p.73).

Entretanto, apreende-se que a educação não tem como missão apenas transmitir, e sim, refletir acerca dos conhecimentos sobre a diversidade da cultura humana e levar as pessoas a tomarem consciência das semelhanças da interdependência entre todos os seres humanos. Freire considera “... que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença

definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidade para a sua produção ou a sua construção.”. (Freire, 2001, p.25).

Conforme frisa Leão em sua tese de doutorado “Uma vez que o papel do educador é formar cidadãos críticos, reflexivos e emancipatórios, ele precisa aguçar e visar desenvolver nos alunos a criticidade do que leem e veem, ou seja, um olhar contestador e mais apurado para a mídia televisiva e impressa” (Leão, 2009, p.308).

Os autores¹⁶ acima coadunam em seus pensamentos que o educador tem um papel imprescindível no âmbito escolar e que o mesmo carece de repensar sobre suas práticas pedagógicas em razão de não tolher o crescimento intelectual, emocional e crítico dos alunos, não os deixando ser influenciados pela sociedade e pela mídia, proporcionando uma educação emancipadora.

Freire (1999) buscava sempre algo diferente no processo pedagógico, dessa forma censurando a educação bancária pontua que:

Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (p.104).

¹⁶ Os autores nesse trabalho de pesquisa são os citados de acordo com suas obras literárias e científicas, e constam nas referências. (pesquisadora).

Nessa perspectiva, nota-se que a escola precisa acompanhar os tempos partindo do concreto, da realidade, e oferecer os conteúdos sistemáticos conectados ao dia a dia do aluno, de maneira que o leve a refletir, a opinar, a descobrir, a contestar, até chegar ao necessário para a sua aprendizagem de forma global.

Portanto, os profissionais necessitam estar preparados para oferecerem uma educação transformadora, visando novos paradigmas, e que venha ao encontro das necessidades dos alunos, concatenado com o cenário hodierno.

Como citado, anteriormente, na trajetória profissional, o município de maneira geral, não apresentou formações e nem políticas públicas direcionadas a temas de cunho sexual.

Apenas, a partir dos anos 2013 e 2014 começou a oferecer formação aos profissionais de educação. Deste modo, percebe-se a amplitude e complexidade em abordar a temática *Educação Sexual* no âmbito escolar.

Como gestora observei que, mesmo tendo ciência do interesse dos profissionais pela temática e sabendo que conseguiram realizar a formação sobre esse tema, fica a dúvida: Os diretores implantaram ou tiveram a coragem para colocar em prática esse assunto no Projeto Político Pedagógico? Nesse cenário, é preciso que o gestor escolar, conhecendo a demanda e a necessidade em desenvolver ações nesse âmbito na escola, elabore o Projeto Político Pedagógico em conjunto com a equipe escolar e dê o devido espaço a esse tema.

Para tanto, os diretores desse município que participaram da formação e devido terem recebido embasamento teórico relacionado à educação sexual, pesquisa-se:

- Há nas escolas diagnósticos de preconceitos e diversidades de gêneros? Se a resposta for afirmativa, como a escola trabalha cada situação?
- Nas escolas do município de Araraquara é rotina constar no Projeto Político Pedagógico ações pedagógicas independentes de ter uma demanda sobre a temática da Educação Sexual?

- Caso tenham ações, de que forma as mesmas são planejadas?
- Quem são os protagonistas na construção do Projeto Político Pedagógico? Todos da equipe têm voz nesse planejamento?
- Os diretores ou os gestores que participaram da formação inicial em educação sexual têm proporcionado espaço de formação na escola, para refletirem sobre essa temática?

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é averiguar se houve implementação de proposta, no tocante a educação sexual, no município do interior do estado de São Paulo, por quanto foi oferecido formação continuada aos gestores e aos profissionais da educação, com o intuito de adquirirem conhecimentos, para que os mesmos pudessem desenvolver ações e projetos no âmbito escolar, de forma interdisciplinar, atendendo às necessidades cotidianas no que se refere à temática em foco.

1.2 Justificativa da pesquisa e objetivos

Perante o exposto nos últimos anos, temos percebido uma demanda crescente no âmbito escolar, referente aos comportamentos dos alunos na convivência social, entre os mesmos, com os professores e os outros profissionais da instituição de ensino. Tais comportamentos se referem a preconceitos, violência, gravidez precoce, identidades de gêneros, dúvidas quanto à orientação sexual e assuntos correlatos à sexualidade. Ultimamente, as próprias mídias estão envolvendo as crianças e adolescentes através de novelas, músicas, sites pornográficos, transmitindo aos mesmos, conceitos degradantes, sem obter cuidados específicos e que acabam minando informações adequadas. Logo, é percebida com mais intensidade a necessidade da escola, da família e de outras instituições sociais assumirem essas questões expressas pelos alunos. Devido à falta de conhecimento ou até

mesmo ignomínia, as famílias não têm manifestado vontade de abordar o referido tema com seus filhos, todavia transferem esta responsabilidade para a escola, a qual teoricamente deveria incumbir-se do encargo, porém na prática não o faz.

Por essa razão, torna-se imprescindível um trabalho sistemático sobre esse assunto, sendo as escolas locais não há condições para desenvolver ações no âmbito da *educação sexual*. A educação sexual para se tornar viável na escola requer a formação devida do professor.

Figueiró (2010) enfatiza que o educador empenhado em uma abordagem pedagógica da educação sexual deve apresentar as seguintes características:

Volta-se mais diretamente para o processo ensino aprendizagem de conteúdos relacionados com a sexualidade; valoriza o aspecto informativo desse processo, podendo também dar ênfase ao aspecto formativo, no qual se propicie a discussão de valores e atitudes, tabus e preconceitos; considera a importância da discussão de dúvidas, sentimentos e emoções; direciona mais acentuadamente na reformulação de valores, atitudes e preconceitos, em como todo o processo de libertação para o nível individual. (p.116).

Pelos conhecimentos adquiridos na ¹⁷formação inicial sobre Educação Sexual, juntamente com os técnicos da secretaria da educação, professores e gestores escolares nos anos de 2013 e 2014, justifico o motivo que me inspirou a aprofundar-me na temática educação sexual, aliando a experiência à teoria. Partindo desse entendimento e de uma prática de formação vivenciada entre os profissionais da educação no interior do Estado de São Paulo, apresento abaixo os seguintes objetivos:

1.2.1 OBJETIVOS

Objetivo geral

Investigar a atuação interventiva, em sexualidade, dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em Educação Sexual da rede municipal do interior do estado de São Paulo, buscando conhecer se há ações e projetos de sexualidade nas escolas e se consta no documento projeto político pedagógico.

Objetivos específicos

Constatar a existência do documento oficial da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP), e investigar quem são os protagonistas que participam na construção desse documento;

Averiguar se no documento Projeto Político Pedagógico há ações e projetos dirigidos à temática de educação sexual;

Constatar se os gestores escolares participaram da referida formação continuada quanto à temática da educação sexual e quais são as influências para a implementação nas questões pedagógicas, políticas e no planejamento das ações educacionais.

¹⁷ A S.M.E do município no interior de São Paulo, proporcionou a todos os gestores e professores incluindo a

1.3 Organização do Trabalho

O conteúdo deste trabalho, que pretendemos empreender, encontra-se organizado nas sete seções que sumarizamos a seguir:

Na primeira seção será apresentada a *Introdução* delineando a problematização da pesquisa, nas próximas subseções apresentaremos a *Justificativa da Pesquisa e os Objetivos (geral e específico) e a Organização do trabalho*. Sequencialmente, na segunda seção de *Método*, no qual destacamos em subseção sendo este o *Procedimento Metodológico*. Na sequência apresentaremos a fundamentação teóricas e científicas, trazendo para a terceira seção *Sexualidade, Educação sexual e suas contribuições*. Na quarta seção, faremos uma reflexão por meio da revisão literária sobre a importância da *Formação do Profissional da Educação: Gestor Escolar*, no tocante à formação inicial e continuada, como ela se dá para esse profissional. Na quinta seção intitulada *Diretor de Escolar ou Gestor Escolar*. Na sexta seção, o *Resultado e Discussão*, na qual apresentaremos a análise e apontamentos. Na última seção, temos as *Considerações finais*, que trataremos das respectivas contribuições necessárias para uma política educacional acerca da educação sexual nas instituições escolares.

2 MÉTODO

Imprescindível em uma pesquisa ressaltar as técnicas¹⁸ e os métodos¹⁹. Assim sendo, as abordagens realizadas pela pesquisadora, é um conjunto de procedimento que garantirão a obtenção dos objetivos do estudo, assegurando, dentro disso, de maior confiabilidade aos resultados finais.

Para Lakatos & Marconi (2001) método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que favorecem o alcance de objetivos, traçando o caminho a serem trilhados, detectados possíveis erros e auxiliando na tomada de decisões do pesquisador. Conforme expressa Gil “... método é o caminho para se chegar a determinado fim. O método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil, 2008, p.8).

2.1 Procedimento Metodológico

O que levou a pesquisadora a escolher o gestor escolar como o participante desse estudo de pesquisa foi à familiarização com essa função, por tê-la desempenhado no período de dez anos (1994 a 2004), como foi mencionado. Em virtude disso, teve a oportunidade de ser protagonista na formação inicial de educação sexual em parceria com outros colegas/gestores.

Sexual em parceria com a Universidade Estadual “Júlio Mesquita Junior” – FCLAR -UNESP – SP.

¹⁸ Conforme Aurélio: técnicas, relativo a ensino prático, profissional ou tecnológico. (Referências)

¹⁹ Conforme Aurélio: Ordem pedagógica na educação. Tratado elementar, processo racional para chegar a determinado fim, Maneira de proceder, Processo racional para chegar ao conhecimento ou demonstração da verdade, Obra que contém disposta numa ordem de progressão lógica os principais elementos de uma ciência, de uma arte, Prudência; ponderação.

Laville & Dionne (1999) METODO e derivado do grego *methodos*, formado por *mefa*, "para", e *hodos*, "caminho". Poder-se-ia, então, traduzir a palavra por "caminho para" ou, então, “prosseguimento”, “pesquisa” (p.11).

Pesquisar nas Ciências ²⁰ e, mas precisamente nas Ciências Humana e Sociais²¹, compreende os fenômenos integrais. Dessa forma, o pesquisador não isolará os integrantes da pesquisa, considerando o gestor, sua formação e as articulações em parceria com a equipe no âmbito escolar, não dissociando do processo desta pesquisa.

É instigante para o pesquisador desenrolar essa pesquisa considerando-se que a vivenciou anteriormente na prática, que participou de um processo e que, hoje, esse mesmo “gestor escolar” está sendo o participante da presente pesquisa.

Desta forma, Laville & Dionne (1999) corroboram explicando que:

O pesquisador é alguém que, percebendo um *problema* em seu meio, pensa que a situação poderia ser melhor compreendida ou resolvida, caso fossem encontradas explicações ou soluções para a mesma. Pensando dessa forma, já dispõe, em geral, de uma pequena ideia a respeito das explicações ou soluções plausíveis: algumas *hipóteses*. Mas, resta confirmar se essas hipóteses são válidas, *verificá-las* na realidade, tirar as *conclusões* apropriadas de suas observações. Grosso modo, a pesquisa nas ciências humanas, como, aliás, a pesquisa em geral, é isto: *perceber um problema teórico ou prático a ser resolvido, formular uma hipótese, testá-la e tirar conclusões (p.11)*.

²⁰ Conforme Aurélio Ciência: Conjunto de conhecimentos fundados sobre princípios certos. Saber, instrução, conhecimentos vastos, ciência social: ciência da organização e do desenvolvimento da sociedade. (Referência)

²¹ Significado do holismo conforme Aurélio: Doutrina que concebe o indivíduo como um todo que não se explica apenas pela soma das suas partes, apenas podendo ser entendido em sua integridade. Concepção, nas ciências humanas e sociais, que defende a importância da compreensão integral dos fenômenos e não a análise isolada dos seus constituintes. (Referência)

Em razão disso, com a participação dos diretores, gestores escolares e com a aquisição de conhecimentos prévios na formação inicial em educação sexual, ponderou-se determinadas hipóteses mencionadas, que acentuou na probabilidade de investigar as intervenções e articulações destes no cotidiano escolar quanto à implementação da temática de forma sistemática no projeto político pedagógico.

Em vista do pesquisador necessita definir, cabe ressaltar que como referem Laville & Dionne (1999), o *método* indica regras, propõe um procedimento que orienta a pesquisa e auxilia a realiza-la com eficácia. A seguir, apresentaremos na sequência nossas opções metodológicas iniciando pela natureza da pesquisa.

2.1.1 Natureza da pesquisa

Este trabalho consiste em um estudo de pesquisa de abordagem qualitativo.

Laville & Dionne (1999) enfatizam que:

As nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e na das relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável. (p.227).

Entretanto, o formato para utilizar as regras e os procedimentos direciona objetividade e a transparência dos procedimentos assegurando uma estrutura sistemática.

Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu “significado”, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto, tendo como buscar:

Uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc). (p. 132).

Para os autores Bogdan e Biklen (1994), o mais importante em uma pesquisa qualitativa é o “significado” dos dados coletados para a compreensão das informações necessárias diante do problema de pesquisa. Segundo os autores a pesquisa qualitativa faz parte do ambiente natural como a sua fonte direta de dados e a pesquisadora será o instrumento. Dessa forma, a pesquisadora presenciará e observará as ações e situações cotidianas no âmbito escolar, sem qualquer manipulação intencional.

Outro elemento importante nessa pesquisa será o documento oficial da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo analisado e observado com o intuito de averiguar ações sistemáticas e formais nos planejamentos existentes nas escolas, priorizando o PPP no tocante a discussão da educação sexual ou sexualidade.

Dentro da abordagem qualitativa com a obtenção dos dados coletados optamos pela pesquisa descritiva analítica. Conforme a autora expõe “... a descrição analítica atua segundo funcionamentos sistemáticos e objetivos do conteúdo das mensagens.” (Bardin, 2011, p.41).

Desse modo, Laville & Dionne (1999) destacam que:

Outras notas, ditas *analíticas* vem juntar-se as *descritivas*. Nas notas *analíticas*, o pesquisador fala de suas reflexões pessoais; elas compreendem as idéias ou intuições frequentemente surgidas no fogo da *aqao* e logo registradas sob forma de breves lembretes. Esses lembretes e outras anotações mais elaboradas, redigidas fora da observação propriamente dita, dão conta da evolução do pesquisador no plano teórico. (p.181).

Consideramos, também, essa pesquisa um trabalho de campo, haja vista que o pesquisador estará em contato direto com os participantes, *in loco*. Assim sendo, para que não haja interferência optamos pela entrevista gravada, respeitando a todo o momento a pesquisa e os dados coletados. Cruz (1994) explica que:

Em Ciências Sociais, tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade de presente no campo. (p.51).

Nessa perspectiva, deverão ser observados os gestos, as opiniões, as crenças, os valores para que não interfiram negativamente nos dados da pesquisa, visando a enriquecer este estudo. Assim, é preciso considerar algumas interferências do pesquisador, como elucida Laville e Dionne (1999):

Resta ainda a questão sempre presente da influência do observador sobre a situação e as pessoas observadas, pois, inevitavelmente, sua presença modifica essa situação e pode afetar o comportamento dos atores. Esses efeitos, quando muito, poderão ser minimizados. Sabe-se, por exemplo, que, com o hábito, a sensibilidade à observação atenua-se nas pessoas: o observador lhes dará, pois, tempo para se familiarizarem com sua presença antes de realmente começar seu trabalho. Cuidando da apresentação de seus objetivos, poderá também atenuar as reações de resistência ou ansiedade dos participantes. (p.181).

Dessa forma, o pesquisador se limitará em desempenhar o papel de observador e de integrador, levando os participantes a emitir suas opiniões de uma forma franca e, assim, alcançar qualidade na obtenção das informações concatenadas aos objetivos do presente estudo.

2.1.2 Caracterização das participantes

Participaram deste estudo de pesquisa sete gestores escolares que atuam na educação básica da Secretaria Municipal Da Educação do município do interior do estado de São Paulo, sendo estes, particularmente, os que participaram e terminaram o curso de extensão intitulado “Formação inicial dos profissionais da educação em sexualidade e educação sexual”, oferecida entre os anos de 2013 a 2014.

Vale frisar, que ao procurar os participantes nas referidas unidades escolares onde anteriormente se encontravam, obtive a informação que dos sete participantes, quatro removeram-se das Unidades Escolares no ano de 2015, participaram do processo de remoção interna na rede municipal e foram transferidas das unidades escolares e até mesmo, de etapa

da educação básica, sendo que não se encontram na mesma unidade na qual participaram da formação inicial de ES em 2013 e 2014.

Para preservação ética não iremos identificar os respectivos nomes das participantes, respeitando às normas e os procedimentos em pesquisas com seres humanos. De acordo com a Lei Municipal Nº 6.251, ²²de 19 De Abril De 2005, dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos da Prefeitura do Município no interior de São Paulo, os participantes dessa pesquisa são servidores de empregos públicos e trabalham pela Consolidação das Leis do Trabalho e Legislações trabalhistas correlatas, salvo disposição legal em contrário, para provimento por concurso público em caráter efetivo.

A seguir apresentaremos a tabela 1 e 2, nota-se que na tabela I as participantes são do sexo feminino e encontram-se na faixa etária entre 33 até 56 anos com graduação em Pedagogia e com especialização *latu senso* e uma, especificamente, tem *Stricto Senso* em Mestrado, ainda na tabela 1. Apresentaremos às respectivas informações coletadas na entrevista sendo estas de identificação pessoal e de formação das participantes. Na tabela 2, faremos uma apresentação das participantes conhecendo um pouco do profissional, o tempo de atuação na docência, o tempo de gestor escolar no município em estudo no período que participou da formação inicial em educação sexual (E.S). O tempo que atua enquanto gestor na escola, quais as modalidades de ensino da Educação Básica que exerceu a função de gestor, e neste ano de 2017 na atual função em exercício.

²² <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Siave/documento?sigla=lo&numero=6251&c=true>

Tabela 1

Identificação Pessoal e a Formação dos Participantes.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E A FORMAÇÃO DAS PARTICIPANTES				
NOME²³	GÊNERO	IDADE	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÕES
MARIANA	Feminino	53	1ª Ciências Sociais 2ª Pedagogia	Gestão Escolar
ROBERTA	Feminino	56	Pedagogia	Mestrado assentamento rurais, na educação rural.
VALESCA	Feminino	33	Pedagogia	Educação Especial e Gestão Escolar
SAMARA	Feminino	46	Pedagogia	Direito educacional
ANALISA	Feminino	48	1ª Arte Educação 2ª Pedagogia	Psicopedagogia
ROMILDA	Feminino	52	Pedagogia	Educação Especial Gestão
VERÔNICA	Feminino	48	Pedagogia	Psicopedagogia

Fonte: Pesquisadora

²³ Os nomes nas tabelas 1 e 2 são fictícios, propostos pela pesquisadora para resguardar a identidade e o sigilo das gestoras de escola envolvidas nesta pesquisa. Optamos os seguintes nomes: Mariana, Roberta, Valesca, Romilda, Analisa, Samara e Verônica. As identificações estão por ordem cronológica das entrevistas.

Tabela 2

Identificação Profissional das Participantes.

IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DAS PARTICIPANTES					
Nome	Tempo/ ano de docência	Tempo/anos de Gestor no município	Tempo de exercício na U. Escolar no período da Formação ES	Modalidade de ensino que traalhou na U.E no município no período de 2013 a 2017.	Atual função no município
MARIANA	11	21	19	Educação Infantil	Diretor
ROBERTA	03	17	04	Educação Infantil e Ensino Fundamental	Gerente
VALESCA	01 e meio	07	02	Educação infantil e Educação Integral	Diretor
SAMARA	08	20	20	Educação Infantil	Diretor
ANALISA	19	6	3	Ensino Fundamental e Educação Infantil	Diretor
ROMILDA	02	29	29	Educação Infantil	Diretor
VERÔNICA	11	19	15	Ensino Fundamental	Diretor

Fonte: Pesquisadora

2.1.3 Campo de estudo

A pesquisa foi realizada em um município no interior do Estado de São Paulo, in loco, nas respectivas unidades escolares da educação básica da rede municipal Centro de educação e Recreação (CER), Ensino Municipal do Ensino Fundamental (EMEF) e Educação Complementar (EC) e com exceção a uma que se realizou na Secretária da Educação, na qual se encontravam as participantes²⁴ que finalizaram o curso de extensão na Formação inicial da educação em sexualidade e educação sexual. As entrevistas gravadas realizaram-se no decorrer do primeiro semestre do ano de 2017, entre os meses de março e maio, respeitando a disponibilidade das mesmas.

Em virtude de sentirmos a necessidade de dar voz aos protagonistas que são responsáveis em articular toda a equipe escolar em seu contexto e, em especialmente, na construção do projeto político pedagógico da escola, dando a oportunidade de apresentar à equipe escolar os seus conhecimentos obtidos na formação inicial de ES, garantindo a inserção da temática acerca da sexualidade.

2.1.4 Instrumentos de coletas de dados

Foram seguidos os seguintes passos para coleta de dados:

A – Na primeira quinzena do mês de março no ano 2016 encaminhamos ofício endereçado ao Secretário da Educação do Município para apresentar a proposta e os objetivos do presente estudo de pesquisa, e solicitar autorização para contatar os sete gestores escolares que participaram da formação inicial ES e entrevistá-los nas Unidades Escolares do Município, obtive o deferimento no mesmo ofício com nº guichê 017907/2016. (Apêndice A)

²⁴ Neste trabalho de pesquisa os sujeitos da pesquisa denominarão como “participantes”.

B - Após, deferimento, contatei os gestores e equipe escolar, encaminhando um ofício informando da presente pesquisa, e solicitando a participação e autorização dos mesmos; todas deferiram a solicitação aceitando participar da pesquisa; (Apêndice B)

C- Anterior ao início das entrevistas com os participantes, a pesquisadora, em dezembro de 2016, submeteu o projeto de pesquisa titulado *Gestor escolar: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual*, ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras de UNESP – Araraquara SP (Anexo A)

D- No ano letivo de 2017, com a mudança de governo reiterei a solicitação, via ofício, ²⁵com o nº guichê 010.874/2017 (Apêndice C), endereçado ao atual Secretário da Educação, apresentando a proposta da pesquisa, a carta de apresentação e o deferimento do comitê de ética, e através do ofício nº 054/2017/SE/GAB NO DIA 08/03/2017, da ilustríssima secretária da educação, obtive a concordância na continuidade da pesquisa, em razão da relevância do tema para a Educação.

E- Na segunda quinzena de março de 2017, iniciou com aval dos gestores, as entrevistas no horário e dia previamente marcado com as participantes e terminei no dia 02/05/2017, sendo que todas receberam o termo de consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) (Anexo B), assim como tomaram ciência e assinaram, (respeitando os critérios éticos da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Ministério da Saúde), nestes termos elas foram esclarecidas do objetivo da pesquisa, dando-lhes autonomia para decidirem sobre a participação. Os participantes não foram identificados garantindo-lhes confidencialidade e privacidade; protegendo-lhes a imagem, e receberam a carta de apresentação que segue no anexo Anexo C.

²⁵ Seguindo as normas éticas, no início do ano de 2016 via ofício solicitamos à secretária da educação a autorização o projeto de pesquisa sendo este deferido. Neste íterim submetemos ao comitê de ética para aprovação a pesquisa, sendo aprovado. No início do ano de 2017 com a troca de governo, a solicitação na continuidade na pesquisa foi reiterada por meio de ofício para atual secretária da educação no qual a mesma deferiu a continuidade da pesquisa e ressaltando a relevância do tema para a educação. (Pesquisadora)

As entrevistas com os gestores escolares foram efetuadas por meio de áudio (gravação), com o intuito de investigar o seu papel e as influências, sociocultural, pedagógica e políticas diante do Projeto Político Pedagógico (PPP), no que tange a educação sexual; (Apêndice D).

F- Os documentos oficiais do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola foi constatado a existência dos mesmos e os gestores nos encaminharam via e-mail com o intuito de que pudéssemos analisar as ações planejadas ao tema Educação Sexuais de uma forma mais minuciosa.

2.1.5 Instrumento da Pesquisa

Como instrumento de coleta de dados optou-se pela entrevista. Segundo Duarte (2004):

São fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios de modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelece no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (p.215).

Esse instrumento aproxima a pesquisadora dos participantes, sendo perguntas abertas e não rígidas dando liberdade para as participantes acrescentarem algo, independente de estar

no roteiro flexibilizando o diálogo entre as mesmas, gerando outras perguntas pertinentes que contribuíssem para a pesquisa. Para Marcuschi, a língua falada e a língua escrita podem apresentar função de interação, aproximando dialogicamente, dando uma dinamicidade e coerência “com maior clareza a língua como fenômeno interativo e dinâmico, voltado para as atividades dialógicas que marcam as características mais salientes da fala, tais como as estratégias de formulação em tempo real”. (Marcuschi, 2001, p. 33). Nota-se que por meio desse instrumento é possível interação com os participantes, quando se fizer necessário, a fim de compreender a realidade investigada, desse modo mais detalhado e aprofundado.

A entrevista previamente planejada e elaborada, com perguntas abertas, contudo com um roteiro a seguir, sem rigidez, proporciona liberdade às participantes em acrescentar algo relevante e enriquecedor. Deste modo, a entrevista foi elaborada e sugerida pela pesquisadora e posteriormente avaliada e reorganizada pela orientadora a fim de atender os objetivos do presente estudo de pesquisa finalizando o instrumento com um roteiro com perguntas abertas.

- Na primeira parte trabalhamos sobre a caracterização dos participantes, os dados pessoais, a formação e área profissional;
- Na segunda parte, formulamos duas perguntas abertas contendo subperguntas com categorias prévias que estão direcionadas ao envolvimento do gestor no âmbito escolar, e a afinidade com a equipe de trabalho quanto às questões pedagógicas, no que diz respeito ao projeto político pedagógico;
- Na terceira parte, organizamos oito perguntas abertas com subperguntas relacionadas à formação inicial de educação sexual que as mesmas participaram no ano de 2013 e 2014, conforme acima mencionamos. Elaboramos questões específicas em virtude de obter elementos que contribuíssem nos resultados dessas pesquisas.
- Na quarta parte, realizamos as respectivas entrevistas sendo que, todas foram gravadas com a duração de 20 a 45 minutos e, depois, foram transcritas seguindo as normas

linguísticas. Considerando que “o pesquisador qualitativo deve complementar a redação com as observações emergentes no “setting²⁶” da entrevista, sempre perguntando a si próprio o porquê dos detalhes da linguagem verbal e não verbal daquele entrevistado”. (Campos & Turato²⁷; 2000 p.105).

Ao entrevistar os participantes, a pesquisadora agiu naturalmente focando a atenção nas questões pré-estabelecidas anteriormente, estando atenta na interseção verbal, não verbal e interação social valorizando as experiências e conhecimentos das mesmas. Na transcrição, o autor Marcuschi (1986) corrobora dizendo que o pesquisador deve saber quais são os seus objetivos e assinalar o que lhe convém para a análise sendo que, inexistente “a melhor transcrição”, por ser muito complexa definir com perspectiva a uma conversação.

A entrevista foi transcrita pela pesquisadora, assim nota-se momentos de internalização com todas as informações sem perder detalhes importantes para a pesquisa. Bardin (2000) intitula esta fase como pré-análise, na qual baseada na transcrição são realizadas várias leituras do material para entender as idéias contidas e compor os dados da pesquisa. Assim, apresentaremos um quadro com as normas copiladas por Marcuschi (1986).

²⁶ <http://www.dicionarioinformal.com.br/setting/> É uma palavra do inglês que significa "cenário", e é usada no teatro brasileiro com o mesmo sentido. *Silêncio no setting, gravando.*

²⁷ Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas, Brasil: 1Enfermeiro, Doutor em Ciências Médicas, Professor colaborador, e-mail: cjcampos@fcm.unicamp.br; 2Psiquiatra, Livre-Docente, docente e-mail: erturato@uol.com.br.

Quadro 1 -

Quadro adaptado pela pesquisadora e as normas linguísticas, Marcuschi (1986; p10-13).

Categories	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
1. Falas simultâneas	[]	Usam-se colchetes para dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... B: mas eu não tive num remorso né' A: mas o que foi que houve" J: [meu irmão também fez uma dessas" B: depois ele voltou e tudo bem,
2. Sobreposição de vozes	[Dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno.	... E: o desequilíbrio ecológico pode a qualquer momento: acabar com a civilização natural J: [mas não pode ser/ o mundo tá se preocupando com isso E./ (+) o mundo ta evitando/.../
3. Sobreposições localizadas	[]	Ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno. Usa-se um colchete abrindo e outro fechando.	... M: A. é o segu inte' eu queria era:: A: [im] M: eh: dizer que ficou pronta a cópia A:[ah sim] M: ela fez essa noite (+)/.../
4. Pausas e silêncios	(+) ou (2.5)	Para pausas pequenas sugere-se um sinal + para cada 0.5 segundo. Pausas em mais de 1.5 segundo, cronometradas, indica-se o tempo.	Ver exemplos no item 5.

Fonte: adaptado pela pesquisadora.

Continuação do quadro adaptado pela autora e as normas linguísticas exemplificando apresentado por Marcuschi (1986, p10-13).

Categories	Sinais	Descrição das categorias	Exemplos
5. Dúvidas ou Sobreposições	()	Quando não se entender parte da fala, marca-se o local com parênteses e usa-se a expressão inaudível ou escreve-se o que se supõe ter ouvido.	... A: /.../ por exemplo (+) a gente tava falando em desajuste, (+) EU particularmente acho tudo na vida relativo, (1.8) TUDO TUDO TUDO (++) tem um que são: (+) / tem pessoas problemáticas porque tiveram muito amor (é o caso) incompreensível (+) outras porque/.../
6. Truncamentos Bruscos	/	Quando o falante corta a unidade pôde-se maçar o fato com uma barra. Esse sinal pode ser utilizado quando alguém é bruscamente cortado pelo interlocutor.	... L: vai tê que investi né” C: é/ (+) agora tem uma possibilidade boa que é quando ela sentiu que ia morá lá (+) e:le o dono/ ((rápido)) ela teve conversan comi/ agora ele já disse o seguinte (+)
7. Ênfase ou acento Forte	MAIÚSCU LA	Sílaba ou palavras pronunciada com ênfase ou acento mais forte que o habitual.	Ver exemplos
8. Alongamento de Vogal	::	Dependendo da duração os dois pontos podem ser repetidos.	... A: co::mo” (+) e:::u
9. Comentários do Analista	(())	Usa-se essa marcação no local da ocorrência ou imediatamente antes do segmento a que se refere.	((ri)), ((baixa o tom de voz)), ((tossindo)), ((fala nervosamente)), ((apresenta-se para falar)), ((gesticula pedindo a palavra))
10. Sinais de Entonação	” ’ ,	Aspas duplas para subida rápida. Aspas simples para subida leve (algo como um vírgula ou ponto e vírgula). Aspas simples abaixo da linha para descida leve ou simples.	Ver itens 1, 6 e 8.
11. Repetições	Própria letra	Reduplicação de letra ou sílaba.	e e e ele; ca ca cada um.
12. Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção		Usam-se reproduções de sons cuja grafia é muito discutida, mas alguns estão mais ou menos claros.	eh, ah, oh. ih:::, mhm, ahã, dentre outros

Fonte: quadro adaptado pela pesquisadora.

Ao analisar essas normas, nota-se que há possibilidade em utilizá-las para as entrevistas gravadas, sendo fidedignas às falas.

Dessa forma, para garantir a fidelidade da entrevista, a pesquisadora iniciou a transcrição logo após a mesma, ficando, assim, mais fácil para desenvolver o trabalho, trazendo as lembranças vivas, gestos e outros comentários. “Essa prática também é indicada por pesquisadores que têm trabalhado com entrevista”. (Albert, 1990 & Duarte 2004).

2.1.6 Procedimentos éticos

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, cumprindo a resolução nº 466 de 2012 que estabelece parâmetros éticos para o desenvolvimento de pesquisa com humanos (Conselho Nacional de Saúde, 1996). Junto aos aceites dos gestores, via Plataforma Brasil, recebemos nº1. 894.375 no dia 19/01/2017 aprovado, sem necessidade de alterações. (Anexo D)

Em continuidade no processo deste estudo de pesquisa entramos em contato com a secretaria da educação e em seguida contatamos os gestores escolares para o agendamento do dia e horário das entrevistas. As mesmas não foram realizadas na sequência, em virtude da disponibilidade de cada gestor, nota-se que a primeira entrevista realizou-se no dia 23 de março de 2017 e a terminamos no dia 02/05/2017 seis entrevistas ocorreram nas unidades escolares, com exceção de uma que foi realizada na Secretária da Educação, em virtude desta o gestor estar na função de gerente em uma modalidade da educação básica.

2.1.7 Procedimento de análise de conteúdo

O procedimento de análise de conteúdo nesse trabalho de pesquisa busca descrever e interpretar formas de depoimentos dos participantes e também analisar o documento oficial da escola representado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP).

Para tanto, a análise de conteúdo faz parte de uma busca tanto teórica, como prática no campo da investigação social. Assim sendo, optamos em utilizar uma metodologia da autora Bardin, conforme abaixo mencionado com suas próprias características, e não apenas utilizar técnicas, dando assim um significado natural à pesquisa. Bardin (2011) nos elucida que a análise de conteúdo,

... é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponível. A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para uso simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas e perguntas abertas de questionário cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (p.36).

Nessa perspectiva, consideramos a experiência e realidade de cada participante deste estudo de pesquisa, sendo assim a análise do conteúdo qualitativa tem sua especificidade, suas características próprias. Nota-se que nessa pesquisa a técnica da análise de conteúdo será organizada por categorias e subcategorias sendo essas consideradas as mais antigas, entre as quais desenvolveremos a investigação dos temas. Para Bardin (2011), a análise temática:

É transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas por meio de uma grade de categorias projetadas sobre os conteúdos. Não se tem em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos considerados dados segmentáveis e comparáveis. (p.222).

A condição e a organização para analisar a modalidade temática constituirão em algumas fases que Bardin (2011, p.125) nos esclarece, nomeando em três pólos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e 3) o tratamento dos resultados, a inferência, a interpretação.

Conforme a ordem na fase da pré-análise há três missões: “... a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (Bardin, 2011, p.125), consideramos essa fase a inicial do trabalho de pesquisa, a primeira atividade a qual é denominada pela autora Bardin (2011) de leitura “flutuante”, que consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações (p.126). Em virtude disso, a leitura torna-se mais clara e precisa. O segundo polo, é a exploração do material considerada a parte exaustiva no processo, momento em que ocorreu a codificação do conteúdo. As entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra e ao desenvolver os recortes e as respostas abertas foram sistematizadas em quadros de forma organizada. Esta fase da pesquisa é a mais relevante, consiste segundo a autora, “.. essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas...” (Bardin, 2011, p.131).

No terceiro polo são os resultados obtidos e interpretados. Bardin, (2011). “... os resultados brutos são tratados de maneira significativos (“falante”) e válidos... permitem

estabelecer quadros de resultados”. Por fim, a autora nos apresenta que “... o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferência e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.” (Bardin, 2011, p.131).

Em virtude das opções metodológicas acima mencionadas, transcorreremos ao trabalho de análise focando as categorias e subcategorias elaboradas a partir das respostas das sete participantes no qual fica explícito na seção seis que a seguir ilustraremos todos os resultados da pesquisa e da análise dos dados conforme as normas de transcrição sendo este a facilitar a compreensão da leitura e das falas analisadas. Nas próximas seções faremos uma explanação com fundamentações teóricas trazendo algumas temáticas que irão nos subsidiar na seção 6 na parte da discussão e resultados fazendo a análise dos conteúdos que pretendemos dialogar entre os autores, os entrevistados e o pesquisador, e, posteriormente, nas considerações finais trazer sugestões de ações para a melhoria desta rede municipal.

3 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL SUAS CONTRIBUIÇÕES

“... a sexualidade precisa estar nos currículos das escolas e na sua efetivação no meio escolar é preciso que os Estados assumam seu papel de traçar as diretrizes curriculares, dando o devido espaço para abrangência dos PCN. Do mesmo modo, é pertinente lembrar que é preciso ainda, a participação das escolas e dos professores para a concretização de tais diretrizes.” (Leão, 2009, p. 32).

Na presente seção trataremos de duas temáticas necessárias para o ser humano, traremos reflexões de maneira ética sobre sexualidade e educação sexual²⁸, desmistificando (pré)-conceitos e contribuindo na compreensão desses dois conceitos para e na educação como instituição escola.

3.1 O que é Sexualidade?

No dicionário a definição de sexualidade ²⁹é como qualidade do que é sexual, e o modo do ser próprio do que tem sexo (Aurélio, 2017). Já quanto ao conceito de sexo Nunes e Silva (2000), elucidam que “sexo é marca biológica, caracterização genital e natural”, com base nesta definição, poderiam dizer que a sociedade define sexualidade como sendo “sexo”, trazendo uma moral positivista.

²⁸ Neste trabalho usaremos o termo educação sexual, e não orientação sexual, como muito autores utilizam em seus trabalhos como sinônimo, e também não temos a intenção em discutir essa questão haja vista que já foi exaustivamente debatida na literatura científica. Concordamos com Maia e Ribeiro (2011) quando afirmam que “divergências à parte já que dificilmente contribuem para o fortalecimento da educação sexual enquanto ciências da educação e campo de intervenção pedagógica ” (p. 77). Entretanto, compreendemos que orientação sexual remete ao desejo sexual da pessoa: heterossexual, homossexual, bissexual, assexual, transexual.

²⁹ <https://d.icionariodoaurelio.com/sexualidade> consultado no dia 06/06/2017

Dessa forma, esse conceito restringe o significado como caráter biológico, ao passo que a sexualidade transcorre a sua verdadeira significação humana, ultrapassando o caráter preventivo, biológico e psicológico.

De acordo com Foucault “o próprio termo ‘sexualidade’ surgiu tardiamente, no início do século XIX” (Foucault, 2012, p. 9), e surge para ampliar o sentido que se tinha de sexo, que não é exclusivamente no aspecto biológico. Em pleno século XXI, em um processo de globalização tanto na economia, como na informação, percebe-se a distorção de informações sobre sexo, partindo de visões equivocadas sobre sexualidade. Portanto, sexo e a sexualidade são indissociáveis. Nota-se que como acentua Maia (2014):

O sexo faz parte da sexualidade, que é um fenômeno bem abrangente! Tendo ou não relações sexuais, todo mundo sempre será uma pessoa “sexuada”, pois todas as pessoas, independentemente de quais condições, são seres dotados de sexualidade. Assim, são capazes de sentir o bem-estar, diante de sensações prazerosas táteis, sensações confortantes diante da afetividade e acolhimento amoroso, vindo de relacionamentos conjugais ou mesmo fraternos ou de amizade. Dar e receber carinho são bons! Sentir-se amado e querido é bom! Receber um abraço afetuoso de quem confiou e gostou é muito bom! Isso tudo é sexualidade

(p. 2).

Figueiró (2006) corrobora explicando que:

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A

Sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem a negação de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. (p.48).

Bonfim (2012) ao debruçar em explicar este conceito pontua que “... a sexualidade é uma das dimensões humanas mais complexas, configurando-se como um dos núcleos estruturantes que formam a totalidade humana.” (p. 27). Já Webere (1998, p.5) expõe que a sexualidade humana, “...comporta dimensões biológicas, psicossociais e culturais”...” tem um sentido que transcende a simples reprodução.”

Através desta reflexão, os autores nos apresentam que: “A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico.” (Maia & Ribeiro, 2011, p.75).

Diante dos vastos conceitos mencionados no tocante a sexualidade, pressupõe-se a necessidade de se ampliar os olhares nas diversas áreas das ciências humanas, como a história, pedagogia, filosofia, sociologia, e a psicologia entre outras, partindo para uma visão multidisciplinar, para ampliar o conhecimento, entendendo o significado desta para o ser humano. Nessa perspectiva Bonfim (2012) explica que:

A necessidade que todo o ser humano tem que buscar sensações, bem-estar, prazer, afeto, contato e carinho, e pode se manifestar de diferentes maneiras: bem-estar, alegria, estímulo, desejos, fantasias, curiosidade do outro, relacionamentos de

amizade, amor, afeto, carinho, contato físico, sexo, sensibilidade, prazer, entre outras. (p.28).

Altman (2001) sintetiza esse conceito pontuando que:

A sexualidade é concebida nos parâmetros como um dado da natureza, como “algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida”, como “necessidade básica” ou “impulsos de desejo vividos no corpo”, algo sobre o que os sujeitos, principalmente os jovens, precisariam ser informados, (p.580).

Os autores acima definem a sexualidade de forma clara e simples que é um termo que envolve muitos sentimentos, muitos fatores e que não podemos defini-los como algo singular. A sexualidade manifesta diretamente em cada ser humano de acordo com sua realidade, suas experiências construindo a sua história.

Confunde-se muito o termo de sexualidade com o termo sexo, diante disso há o temor, vergonha e tabu e, conseqüentemente, encontramos dificuldades de exteriorizar quanto à nossa sexualidade. Para tanto, faz necessário esclarecer duvidas, questionamentos, conflitos internos, medos para uma vivencia profícua e positiva. Assim sendo, a família e a escola são as principais instituições que podem facilitar esses esclarecimentos, por meio da educação sexual, porém de forma prazerosa sem preconceitos.

3.2 O que é Educação Sexual?

Ao consultar o dicionário Aurélio³⁰ a respeito do significado de “Educação”, vemos que é a ação ou efeito de educar, aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém: educação formal; educação. Bonfim (2012) acrescenta que educar é,

Ensinar a ver a vida com olhos humanos, a conhecer a si mesmo e ao universo, para que a existência possa ser melhor e o mundo possa ser mais humano em um lugar digno de viver; caso contrário, o indivíduo continuará a ser produto social, objeto manipulado pelo mercado capitalista. (p.29).

Entendemos que a palavra sexual, é relativa de quem tem “sexo”, entretanto, quando fazemos a junção das palavras “educação sexual” subentendemos que é uma educação que vai ensinar sexo? Será? Anteriormente, vimos que o sexo é inerente da sexualidade, tendo em vista que a sexualidade vai além do sexo, do ato sexual, do ensino biológico.

Para Webere, a educação sexual: “... num sentido mais amplo compreende todas as ações, diretas ou indiretas, deliberadas ou não, conscientes ou não, exercidas sobre o indivíduo ao longo de seu desenvolvimento, que lhe permite situar-se em relação à sexualidade em geral e à sua vida sexual.” (Werebe, 1977, p.11). Os autores apontam que: “... A educação sexual é formar a pessoa por inteira para uma vivência gratificante e responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar, e ser amado”. (Nunes e Silva 2000, p.126). Complementa Cavalcante em suas elucidações que “... a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para,

³⁰ <https://www.dicio.com.br/educacao/>, consultado no dia 06/06/2017.

através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz da promoção da felicidade individual e coletiva.” (Cavalcante, 1993, p. 168). No entanto, Bonfim (2012), esclarece que:

Educação sexual não envolve apenas a biologia, mas a psicologia, a filosofia, a história, a sociedade, a afetividade, a ética. A não questão é meramente informar, mas conscientizar, orientar, rasgar fissuras de luz no fundo da caverna, oferecer espaços de diálogo e reflexão que possibilitem aos nossos adolescentes construir sua própria identidade ética e estética, no sentido filosófico dessas palavras, sem necessariamente perpetuar a educação moral de seus pais. Que eles possam criar possibilidades de liberta-se das amarras sociais encontrar o equilíbrio para a vivência qualitativa e emancipatória de suas sexualidades. (p.34).

Considerando essas teorias que fundamentaram o conceito da educação sexual, nota-se que, uma educação pautada em direitos, deveres, afetividade, sensualidade, igualdade e não de forma preconceituosa, vulgar, esclarecendo acerca dos tabus, uma construção de educação sexual com base em uma ética diferenciada da moral³¹, no qual a ética é pautada sobre imposições moralistas da sociedade.

Nessa perspectiva, educação não é apenas o desenvolvimento cognitivo e, sim, o desenvolvimento integral do indivíduo devendo este, a provocar o desenvolvimento da sexualidade, respeitando as diferenças individuais e a espontaneidade. Assim, a educação sexual deve ser intencional e contínua, proporcionando um espaço de reflexões e diálogos conscientizados concernentes aos distintos assuntos de sexualidade.

Nesse sentido, considerando esse processo educativo, a autora Figueiró, elucida a Educação Sexual: “... como sendo toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade

humana, seja nível do conhecimento de informação básica, seja no nível do conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual” (Figueiró, 2010, p.3).

Por esse viés, consideramos que esses conceitos são relevantes e podem contribuir para a educação, como instituição escolar, e na sociedade, de forma geral.

A seguir, vamos abordar acerca das contribuições que essas temáticas podem trazer para a educação, e se bem construídas poderão plenamente viver superando dogmas, tabus, estereótipos arraigados na formação humana, principalmente no Brasil, ainda machista e patriarcal embutidos em nós.

3.3 Contribuições destes conceitos para a educação

Nessa subseção, a intenção é mostrar uma reflexão das contribuições que essas temáticas trazem para as instituições sociais prioritariamente no âmbito escolar.

Na literatura científica muitos autores a partir dos séc. XIX como Freud (1923a), Foucault (1997) e Marcuse (1981), e no Brasil com, Webere (1998), Ribeiro (1996), Leão (2009), Maia, Bonfim (2012), Louro (1997), Nunes e Silvia (2000), Figueiró (2014) entres outros, nos apresentam teorias científicas fundamentadas na área da sexualidade entrelaçando as questões sociais, científicas, políticas, psicológicas, pedagógicas e religiosas trazendo uma visão social da sexualidade salientando a importância de ser um assunto evidentemente abarcado pela escola. Assim é incompreensível em pleno século XXI que falar de sexualidade, remete a algo negativo, sujo, pecaminoso, errôneo e “clandestino”.

Falar de sexualidade é necessário, uma vez que diz respeito ao ser humano. A educação sexual, neste contexto é atual, contudo vivenciada por diversos locais sociais e

³¹ Por moral Foucault (2009) entende tratar-se “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc.” (p.33).

instituições como: movimentos políticos, associações de pais, igrejas e até mesmo as mídias se repudia ou percebe este tema como algo de preventivo. A educação sexual vai além de prevenir, ela busca contribuir para desmistificar os estereótipos incutidos em nossa educação, por exemplo, quanto à própria educação sexual.

Sabe-se que a família e a escola são consideradas as principais instituições sociais que deveriam exercer papel de implementar a educação sexual, conscientizando seus filhos e discentes. Ribeiro ao discorrer sobre a família afirma que “a família, por ser a primeira instância onde a criança receberá noções sobre normas e padrões sexuais têm cabido o papel de doutrinadora do bem e do mal. É na família que os valores são transmitidos” (Ribeiro, 1990, p.39).

Figueiró (2006) contribui quando complementa que:

Educação sexual é utilizada por ser considerada mais coerente com a concepção do método da educação, onde o educando participa como sujeito ativo do processo de ensino e aprendizagem e não como um mero receptor do conhecimento. Nessa perspectiva o professor cria as condições para o aluno aprender e auxilia o aluno nesse processo de aprendizagem. (p.48).

Compreendemos que a sexualidade é inerente ao ser humano estando presente desde o seu nascimento até a tenra idade sendo saudável, parte integrante e fundamental do bem-estar do mesmo. Aliás, é indissociável, por isso, como algo próprio ao humano deve-se ter o devido espaço para ser problematizado.

Maia (2014) conceitua a sexualidade como:

O nome que damos para o aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas e subjetivas que envolvem, também, as questões emocionais. Claro que não dá para separar a emoção, a razão, a cognição e as questões sociais, o que torna a sexualidade um conceito abrangente, que diz respeito a várias manifestações e não somente a sexo. Quando falamos de sexo, nos referimos às práticas sexuais ou à relação sexual, isto é, um comportamento que envolve as questões genitais. Também falamos de sexo para categorizar pessoas em machos e fêmeas, mas isso seria mais um dos componentes da sexualidade. (p.2)

Nesse ponto de vista, através da definição destes conceitos acerca da sexualidade, nota-se que a educação sexual é um meio é a forma de ensinar, de conscientizar as pessoas de forma a extinguir os mitos, preconceitos e estereótipos de cunho sexual existentes na sociedade. Webere (1981) estabelece dois tipos de Educação Sexual quais sejam,

A educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre a vida sexual; - a educação formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro e fora da escola. (p.106).

A educação sexual pode ter entre duas vertentes, a educação formal em que há algo preparado, há também um planejamento de um trabalho sistematizado, sequencial e contínuo, sendo estes por meio de projetos ou mesmo dentro das várias disciplinas, podendo estas ser de forma interdisciplinar, por meios de cursos de curta ou longa duração, palestras, abrangendo

objetivos e metas, podendo ocorrer na escola, universidade, igreja, etc; e a informal quando nos referimos à educação da família por meio do convívio diário. Maia (2014) ao discorrer este assunto menciona que:

A educação sexual é um processo constante. Ela pode ocorrer de modo *não intencional*, nas mensagens cotidianas que cada sociedade e cada cultura, presente nos discursos familiares, religiosos, midiáticos (músicas, programas de televisão), nos comentários diversos etc. Outro modo de educação sexual é a *intencional*, quando, de modo planejado e organizado, pretende-se informar sobre sexualidade. Também chamada antes de “Orientação Sexual”, essa educação sexual seria um processo sistematizado e formal, e desde 1996 é previsto como um tema transversal proposto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), publicadas no volume 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que recomenda ao professor que assuma a tarefa da educação sexual no contexto da escola. (p. 11).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais³² (PCN), os temas transversais não constituem disciplinas novas. Leão (2009) explica que estes parâmetros apontam a possibilidade da articulação entre todas as disciplinas ‘clássicas’ (Biologia, Matemática, Geografia, entre outras), para abranger diferentes temas tais, como: ética, saúde, meio ambiente, estudos econômicos, pluralidade cultural e orientação sexual, temas estes intitulados transversais.

A educação Sexual formal, para Figueiró (2013),

...diz respeito a todo ensino intencional, planejado, sobre a sexualidade, feito na escola, na igreja, no posto de saúde, ou, até mesmo, em casa, quando os pais, por exemplo, intencionalmente, pegam um livro sobre sexualidade e decidem ler junto com a criança. (p. 20).

Nota-se a importância do educador, do orientador educacional e ou agente da saúde ao desenvolverem atividades acerca desta temática, para tanto eles precisam planejar traçando os objetivos do debate alinhados com os interesses dos alunos, de maneira que haja uma sensibilização e a devida reflexão destes.

Weber (1998) elucida que,

Uma autêntica educação sexual deve ter objetivos amplos: oferecer à criança e aos jovens a possibilidade de compreender as dimensões e a significação da sexualidade, de maneira a integrá-la positivamente na personalidade, a contribuir para que possam realizar projetos de vida pessoal e social como seres sexuados. (p.163).

A partir dessas elucidações, compreende-se que no âmbito das instituições escolares a sexualidade precisa ser abarcada como um processo de ensino-aprendizagem, tendo em conta que é importante abordar este assunto por ser de interesse dos alunos, algo que desperta a curiosidade deles.

³² volume 10 - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,

Figueiró (2006) defende a concepção dialética e política, a educação sexual emancipatória, na qual a sexualidade é concebida como a dimensão mais ampla da condição humana, em que o ser humano é o participante ativo na construção pessoal e social por influenciar na construção de valores e normas sexuais, ou seja, o indivíduo pode vir a ser sujeito da sua própria sexualidade. Destacamos a família e a escola como as duas instituições mais adequadas para uma educação sexual transformadora, libertadora, emancipatória para o ser humano.

Voltamos na perspectiva de Freire (2001), por quanto é preciso uma educação sexual emancipatória o qual consiga perceber o aluno como ser integral, buscando a superação do dualismo, corpo e mente presente na escola. Assim, é necessário se vislumbrar o corpo entendido em sua totalidade, ou seja, o ser humano é o seu corpo – que sente, pensa e age e a sexualidade como já referido é inerente a este corpo. Bonfim (2012) considera que a educação sexual pode contribuir para

...a diminuição dos índices de gravidez na adolescência e a redução de transmissão de DSTs entre os jovens, tornando-os conhecedores de que representa a sexualidade humana, para eles próprios e para o contexto da sociedade brasileira. (p.34).

Ressaltamos ainda a necessidade de esclarecimentos acerca dos tabus e preconceitos existentes na sociedade, promovendo o respeito à liberdade de expressão e à orientação sexual de cada um e discutindo os conceitos de puberdade, sexo seguro, aborto, opção sexual, abusos sexuais, violência, reconhecimento geral dos órgãos sexuais humanos e suas funções, sexo como reprodução e prazer.

A escola é considerada a instituição social que melhor poderá trabalhar com os alunos as questões acerca dessas temáticas, conscientizando-os e consentido uma construção de respeito, parceria entre escola e família a fim de prevenir esses comportamentos de indisciplina advindo entre os alunos no âmbito escolar tendo em vista um ambiente favorável para o aprender de forma prazeroso. Para Maia (2014)

Lidar com as mudanças da sexualidade, típicas do desenvolvimento humano, colabora para que eles possam aprender melhor as disciplinas acadêmicas e desenvolvam plenamente a condição sexual, pois ela faz parte integral de todo ser humano e, por isso, não pode ser deixada do lado de fora da sala de aula, nem dos muros da escola! (p.13).

A educação sexual pode ser desenvolvida no âmbito escolar como educação emancipatória. Para tanto, os profissionais da educação precisam de formação, adquirir conhecimentos prévios para planejar as ações educacionais e pedagógicas. Compreende-se, porém, que não deve ser tarefa exclusiva do professor isso, já que todos estão envolvidos direta e indiretamente com os alunos, a escola e a família.

Na próxima seção delinearemos algumas considerações legais quanto às políticas públicas e educacionais existentes nas esferas governamentais, que contribuirão na compreensão acerca desta temática.

3.4 Políticas Públicas e Educacionais: um olhar sobre a sexualidade na educação básica uma implementação necessária.

Começamos por entender o significado de política pública. Conforme o autor Osvaldo Canela Jr, refere “Estabelecido o direito fundamental social, os poderes Legislativos e Executivos, no âmbito de suas competências constitucionais têm o dever de promover a sua irradiação formal e material” (Canela, 2011, p.147), entretanto, nota-se que, política pública é um conjunto de normas de iniciativa governamental visando metas determinando os objetivos a serem alcançados. Entre estes possíveis são ações intencionais com longo prazo, podendo ter impactos de curtos prazos envolvendo processos, ou seja, implicam implementações, execuções e avaliações.

Souza, (2006) sintetiza elucidando que política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e /ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ao curso dessas ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (p.26).

Nessa perspectiva, as políticas públicas envolvem todos da sociedade civil, que são as políticas sociais, conforme INEP ³³(2006).

Estas “*determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais*” (p.165).

Dentre elas incluímos o direito à educação, por meio do qual podemos garantir o usufruto dos direitos de forma universal no que diz as políticas educacionais. A construção de uma Política Pública educacional não se trata de uma tarefa simples a ser executada, visto que envolve toda uma nação assim como, seus valores, a ética, os objetivos, as metas e entre outros elementos básicos e imprescindíveis.

³³ Instituto Nacional De Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Ao analisarmos a história da educação no Brasil através das literaturas é possível apreender que anteriormente ao século XX pouco espaço tinha para se discutir acerca da sexualidade, o assunto era mais voltado às questões higienista, e a igreja influenciava como ia ocorrer esta discussão nas escolas.

Os autores Reis e Ribeiro, (2002) relatam que “no início do século XIX, houve uma preocupação em trabalhar com a sexualidade no Brasil, especialmente com a vinda dos estudos médicos e higienistas sobre a área sexual, como forma de combater a masturbação e as doenças venéreas”. A preocupação se direcionava mais para as questões de saúde pública, isto é, profilaxia de doenças.

Neste sentido, a partir do século XX a área médica começa a se preocupar e iniciam estudos científicos sobre o sexo. Conforme Foucault, (1988) o comportamento sexual não é mais recriminado pelo pecado, mas sim, pelos riscos de doenças.

Conforme destaca Nardi e Quartiero (2012) “a partir da década de 90 surgiram importantes políticas governamentais relacionadas à abordagem da sexualidade na escola visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos”. Leão, (2009) traz que a partir desta década alguns acontecimentos trouxeram significativas contribuições para a abrangência deste assunto nas escolas, indo além da prevenção.

A partir de então as esferas governamentais começam timidamente a indicar nas legislações o início de um trabalho em sexualidade e gênero não deixando explícita uma obrigatoriedade, tampouco que conteúdos deveriam ser trabalhados no âmbito escolar.

As legislações governamentais das três esferas (nacional, estadual e municipal), tais como a Constituição Federal/88, LDB/96 apresentam propostas de direitos a respeito da temática sexualidade, porém nota-se que não apresentam ações educativas, como eixo norteador, para serem trabalhadas de forma sistemática.

De acordo com Vianna (2012)

A retomada dessa questão na área da educação teve início em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso,³⁴ a partir dos movimentos de mulheres que acordaram, internacionalmente, a uma agenda de assuntos referentes à sexualidade e gênero. Partindo dessa conjuntura, por meio de influência das agências de várias partes como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco³⁵), se instauraram no Ministério da Educação e Cultura (MEC) para iniciar o processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) sendo este um referencial para o ensino fundamental na construção do currículo, a partir de gênero/sexualidade na política pública de educação escolar no Brasil.(p.130-131).

Em 1997, os PCN foram distribuídos para todos os estados e municípios e redistribuídos nas escolas, para serem trabalhados como temas sociais de forma transversal, isto é, todas as disciplinas deveriam abranger alguns destes assuntos: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural, sendo esta uma proposta educativa publicada pelo MEC (Ministério da Educação e do Desporto).

Nota-se que foi um progresso do Plano Nacional de Educação (PNE) ter incluído o direito à educação sexual a todos os professores. De acordo com Figueiró (2006), eles

³⁴ Conhecido como FHC é sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Foi o 34º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 a 2003.

³⁵ Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. A sede da Unesco fica em Paris, na França, e atua em 112 países. A Unesco colabora para a formação de professores e contribui para a construção de escolas e à doação de equipamento necessário para o seu funcionamento, além de promover atividades culturais para as comunidades valorizarem seu patrimônio cultural através da preservação das entidades culturais e tradições, assim como a promoção dos livros e a leitura.

começaram a ser elaborados junto com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e foi a partir de 1998 que o material e os estudos se iniciaram.

Figueiró (2013) ao discorrer acerca deste documento refere que

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem uma publicação organizada em vários volumes que trazem as diretrizes para que cada estado, cada município e cada escola organizem seu currículo, isto é, um conjunto de conteúdos, atitudes e habilidades que vai ensinar a seus alunos, de forma que sejam assegurados muito pontos essenciais do desenvolvimento pessoal e intelectual na formação dos estudantes, de Norte a Sul do país, levando em consideração as especificidades e necessidades peculiares de cada região e de cada realidade. (p.104).

De acordo com Ribeiro (2004), os PCN trouxeram à tona resultados de discussões que vêm acontecendo há anos, por meio de Conferências Internacionais, Congressos e Encontros de caráter político/científico. Segundo Leão (2009) a partir da inserção destes e do tema transversal orientação sexual, a sexualidade ganha notoriedade e passa a ser importante a sua abordagem de modo formal e sistemático pela e na escola.

De fato, por meio deste documento a política pública da sexualidade “... apareceu oficialmente integrando o currículo por meio da transversalidade.” (Ribeiro, 2013, p.13). Assim, o PCN traz a legitimidade deste assunto estar contido no currículo.

Altman (1999) destaca que a produção desse documento não foi à garantia de que a discussão acerca da sexualidade fosse implementada na escola. Contudo, foi por meio dele que alguns debates foram recolocados na instituição escolar.

Sendo assim, Maia & Ribeiro, (2011) enfatizam que:

A educação sexual nas escolas deve abranger, portanto, além das temáticas pre-ventivas como a saúde sexual e reprodutiva, discussões que incluam os relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade sexual. O direito à informação e a educação sexual é um dos Direitos sexuais que fazem parte dos Direitos Humanos. (p.81).

Cabe dizer que a constituição de 1988 foi um marco histórico da transição para a democracia e o início da efetivação dos Direitos Humanos no Brasil acerca dessa temática. O Brasil, a partir da década de 90 sofreu pressão internacional para incluir essas temáticas nos documentos oficiais.

O Princípio de Yogyakarta ³⁶(2007), afirmam que,

...todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Todos os direitos humanos são universais, interdependentes, indivisíveis e inter-relacionados. A orientação sexual e a identidade gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso (p.7).

Recentemente a Organizações das Nações Unidas para a Educação, para a ciência e a cultura – UNESCO (2014) publicou as orientações técnicas de educação em sexualidade no cenário brasileiro traçando os objetivos de aprendizagem, com as contribuições de

³⁶ São normas jurídicas internacionais vinculantes, que deverão ser cumpridas em todos os estados a respeito dos direitos humanos.

especialistas e instituições de ensino que dispuseram a debater no período e de 2009 a 2013, neste elucidam que a:

“Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade” na perspectiva brasileira sobre estes conteúdos com um recorte cultural e etário. No século XXI, ainda existem países, sistemas de ensino, escolas, profissionais de educação e famílias que evitam os temas da sexualidade. O resultado é o despreparo de adolescentes e jovens em lidar com a própria sexualidade, com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e com a gravidez. (p.7).

No Brasil, sabem-se da existência desta orientação técnica em sexualidade por meio dos PCN, documentos da UNESCO, porém não deixam claro quem deve desenvolver o conteúdo nas escolas, como desenvolver, entretanto não é esclarecido aos profissionais e isto trás insegurança devido o despreparo dos mesmos, e conseqüentemente as demandas nas escolas aumentam e os adolescentes encontram dificuldade em lidar com a sexualidade.

Arroyo elucida que “relação entre educação, política pública, estado e desigualdade vão deixando lugar às políticas de inclusão, escola inclusiva, projetos inclusivos, currículos inclusivos”. (Arroyo, 2010, p.1391). Porém, se existe um acordo em defender a política inclusiva, o mesmo não se constitui para Seffner “... quando se trata de discutir o que deve ser feito, como deve ser feito, quando deve ser feito, quem está habilitado a fazer” (Seffner, 2009, p.127). Ou seja, há um documento oficial que prevê a inserção da discussão da sexualidade por meio do tema transversal orientação sexual, porém, não fica claro quem abordará esse assunto quando, de que forma entre outros.

Nesse ponto de vista, as políticas públicas e educacionais são a ligação entre os objetivos legais e a realidade local, sendo assim a escola é o lócus da realidade que precisa

ser atingida, tendo a precisão e diminuição da importância da inserção deste tema, bem como aos seus objetivos e de como implementar este tema.

Conforme o parecer no documento da UNESCO (2014) atesta,

Considerando todos esses avanços nas políticas públicas brasileiras para a inclusão da discussão de temas tão importantes para a igualdade social, a divulgação desses *tópicos e objetivos de aprendizagem* tem como meta somarem-se a essas conquistas e serem instrumentos práticos para educadores e educadoras de todo país, incluam as demandas educacionais que impulsionam o surgimento dessas políticas, bem como contribuam para trazer essas discussões para a realidade atual das escolas no Brasil.(p.14).

A inserção da sexualidade nas políticas públicas educacionais, principalmente nos currículos escolares, é remota, porém nota-se que as leis não apresentam em nenhum momento, eixos norteadores para um trabalho obrigatório, e, também, na prática não são oferecidas formações iniciais, continuadas, aos profissionais da educação, para desenvolverem ações de forma transversal no âmbito escolar. Além disso, atualmente, estamos passando por momento de retrocesso na Educação Brasileira, por um processo de construção e desconstrução de política pública educacional acerca desta temática, por meio do projeto lei da câmara dos deputados Nº 1.859 de 2015, (Sr. Izalci e outros), que acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9394/96 (LDB - Lei Diretrizes e Bases da Educação). Prevê a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação. E no Art. 2º O art.º 3 da Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único:

“Art. 3º... Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual.’”

Dessa forma, o artigo 3º da LDB estabelece:

O artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), à qual propomos acrescentar um novo parágrafo, estabelece que o ensino nacional será ministrado com base nos seguintes princípios: “[...] *III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;*”

Em diversos estudos desde 2011 sobre a Base Nacional Comum Curriculares (BNCC) que esta define as competências e os objetivos de aprendizagem dos estudantes, em sua versão final em junho de 2014 suprimiram ao termo "sexualidade" e “orientação sexual”, ³⁷o primeiro trecho alterado está na página 11 da Base. O trecho anterior ressaltava que as instituições escolares deveriam ser abertas e agradáveis para todos "sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.” Na alteração, o MEC retirou o trecho "identidade de gênero, orientação sexual" e deixou apenas "[...] aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos [...]".

Nesse sentido, com essas alterações promulgadas recentemente nas leis nacionais e por meio da Lei do PME (Plano Municipal de Educação), os estados e

municípios revogaram todo o trabalho construído durante décadas mediante a garantia de ações pedagógicas e educativas quanto à temática de gênero, preconceito, sexualidade e outros correlatos que observava um currículo oculto no âmbito escolar acerca da sexualidade.

Atualmente, quanto ao Plano Municipal de Educação (PME), do município em que o presente estudo foi realizado nota-se que foi promulgada para dez anos (2015 a 2025), através da Lei Nº 8.479 de 17 de junho de 2015 /projeto Lei nº117/15, no item da Qualidade da Educação:

7.15 garantir políticas intersetoriais de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação permanente de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providencias adequadas para promover a construção da cultura e de paz em um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. Para garantir que essa estratégia seja atingida é necessário estabelecer parcerias com profissionais tais como: assistentes sociais, psicólogos, e educadores sexuais. (p.75).

A partir de então é nítido a desconstrução de várias conquistas legais e significativas, de políticas públicas e educacionais no Brasil, alterações feitas em leis e documentos oficiais sugeridos pelos governantes e sociedade civil, transgredindo a prática docente no cotidiano escolar, bem como, estimulando atitudes preconceituosas acerca da sexualidade e de gênero.

Em particular, nesse município, nota-se que a opção para um trabalho com essa temática será realizado em parceria com outros profissionais das áreas, os quais não fazem parte do cotidiano escolar, desenvolvendo trabalhos geralmente pontual certo que não há uma

³⁷ Fonte <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2017-04-07/mec-orientacao-sexual.html> acessado no dia 26/10/2017.

sistematização. Desvincilhado de um trabalho contínuo e formal pelos profissionais da própria unidade escolar com os temas transversais.

Na próxima subseção, abordaremos a respeito da transversalidade e a interdisciplinaridade uma possibilidade de trabalharmos a educação sexual no âmbito escolar.

3. 5 Transversalidade e interdisciplinaridade: questões sociais acerca da sexualidade no currículo escolar

Na educação há tempos que estamos mencionando os termos interdisciplinaridade e transversalidade nos momentos de planejamentos de atividades pedagógicas, porém percebe-se que há dificuldade na aplicabilidade destas metodologias. Nesse primeiro momento, vamos nos situar quanto ao conceito das terminologias. Compreende que, a transversalidade, bem como a transdisciplinaridade é um princípio teórico que ocorrem em várias práticas tanto metodológicas de ensino, quanto na proposta curricular e pedagógica.

Esses princípios hoje aparecem nos sistemas de ensino como uma proposta inovadora para vários países. No entanto, no início do século quando se falava de ensino global, alguns educadores renomados entre eles, os franceses Ovídio Decroly (1871-1932) e Celestin Freinet (1896-1966), os nortistas americanos John Dewey (1852-1952) e Willingham Kilpatrick (1871-1965) entre outros, já trabalhavam com esses princípios.

Conforme a autora elucida “O movimento interdisciplinar surgiu na Europa, mais especificamente na França e na Itália em meados da década de 1960, época em que surgiram os movimentos estudantis que colocavam em discussão a necessidade de um novo estatuto para a universidade e para a escola.” (Fazenda, 1994, p. 18). Nesse aspecto, a interdisciplinaridade não é novidade por enquanto surgiu no final do século XIX por uma necessidade de responder à fragmentação causada pela concepção positivista. Nesse período

as ciências foram subdivididas e assim, conseqüentemente, foram surgindo diversas disciplinas e, após longas décadas, a ideia de interdisciplinaridade foi restabelecendo um diálogo entre as diversas áreas de conhecimentos científicos.

Fazenda (1993) expressa com suas definições que,

O prefixo “Inter” dentre as diversas conotações que podemos lhes atribuir, tem o significado de ‘troca’, ‘reciprocidade’, e ‘disciplina’, de ‘ensino’, ‘instrução’, “ciência”. Logo, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como sendo a troca de reciprocidade entre as disciplinas ou ciências, ou melhor, áreas do conhecimento. (p.21-22). No entanto, nota-se que a interdisciplinaridade precisa de um envolvimento, de reciprocidade dos conhecimentos.

Entretanto, para que se efetive esse trabalho no âmbito escolar é imprescindível o desenvolvimento de uma metodologia interdisciplinar, uma integração dos conhecimentos, uma concepção fragmentada substituída por uma concepção única, superando a dicotomia entre o ensino e a pesquisa, dessa forma, contribuindo para as diversas ciências no processo de ensino aprendizagem centrado na visão que aprendemos ao longo da vida.

Para a autora Fazenda (1994),

A metodologia interdisciplinar parte de uma liberdade científica, alicerça-se no diálogo e na colaboração, funda-se no desejo de inovar, de criar, de ir além e suscita-se na arte de pesquisar, não objetivando apenas a valorização técnico-produtiva ou material, mas, sobretudo, possibilitando um acesso humano, no qual desenvolve a capacidade criativa de transformar a concreta realidade mundana e histórica numa aquisição maior de educação em seu sentido lato, humanizam-te e libertador do próprio sentido de ser no mundo (p. 69-70).

Nesse sentido, a ação pedagógica da interdisciplinaridade nos apresenta uma construção de uma escola participativa.

Bellini e Ruiz (1998), ao se debruçarem neste assunto colocam que,

A reflexão sobre a interdisciplinaridade na escola precisa nascer do pensamento sobre o pensamento que orienta o fazer educacional. Identificando as crenças epistemológicas que orientam o seu fazer e, nesse processo, buscar eliminar os procedimentos destinados a economizar pensamento, nascendo daí, talvez, uma cultura escolar que privilegie o direito de pensar (p. 63-64).

Nesse sentido, os PCN (Brasil, 1998) diferenciam entre a interdisciplinaridade e a transversalidade.

A interdisciplinaridade nos PCN é definida como a dimensão que questiona a segmentação entre os diferentes campos do conhecimento produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles, questiona a visão compartimentada (disciplinar) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constituiu. A transversalidade traz a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender a realidade da realidade) (p. 30).

Os profissionais da educação precisam desenvolver uma visão mais ampla, indo além do conhecimento fragmentado, de modo a integrar os conhecimentos para uma cultura interdisciplinar. A transversalidade e a interdisciplinaridade são meios para superar o

conceito isolado das disciplinas. Na nossa atualidade a transversalidade tornou-se um tema proeminente no campo educacional. Segundo os pensamentos do autor Yus, quando falamos em transversalidade, “... estamos colocando em questão temas que se apresentam dentro de um conjunto de conteúdos educacionais e eixos condutores comuns a todas as disciplinas, sob um ângulo transversal no currículo global da educação” (Yus, 1998, p.17).

Na educação básica é notório o desinteresse dos alunos com relação ao ensino, partindo daí, percebe-se que é preciso repensar no âmbito educacional acerca da concepção de formação integral da pessoa visando à formação de uma cidadania plena.

Edgar Morin (2000) vai além e expressa que,

O mundo torna-se cada vez mais um todo. Cada parte do mundo faz, mais e mais, parte do mundo e o mundo, como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isto se verifica não apenas para as nações e povos, mas para os indivíduos. Assim como cada ponto de um holograma contém a informação do todo do qual faz parte, também, doravante, cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo (p. 67).

É inegável a necessidade de um diálogo entre as diversas áreas de conhecimentos na educação básica, a respeito dos temas transversais que perpassam valores ao exercício da cidadania. O Ministério da Educação e Desporto (MEC) do Brasil, conforme visto no item anterior, criaram os PCN que são propostas de conteúdos, que orientam a estrutura curricular no sistema educacional do país. Yus (1988) explica que os temas transversais são:

Conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que não estando ligada a nenhuma área em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de

forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola (p.17)

Os temas anunciam conceitos e valores à democracia e à cidadania sendo esses fundamentais para a sociedade brasileira de hoje. De acordo com Figueiró (2000), estes temas são de caráter social, ai remete sua importância.

De acordo com os PCN os temas transversais proporcionam a inserção de questões sociais à estrutura curricular implicando uma metodologia de ensino interdisciplinar, porém procurando respeitar a faixa etária de cada aluno. Diante disso, os temas transversais e a interdisciplinaridade são parâmetros para as práticas pedagógicas.

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam - se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significados construídos na realidade dos alunos (Brasil, 1998a, p.30).

Dessa forma, na prática educativa, os temas transversais possibilitam estabelecer uma relação entre o aprender com a realidade, trazendo para o aluno as questões da vida real, propondo a transformação em sua vida. Como expressa Busquets (2000),

Entende que os conteúdos curriculares tradicionais formam um eixo longitudinal do sistema educacional e, em torno dessas áreas de conhecimento, devem circular, ou perpassar, transversalmente esses temas, mais vinculados aos cotidianos da sociedade. Assim, nessa concepção, se mantem as disciplinas que estamos chamando de tradicionais dos currículos (como Matemática, as Ciências e Línguas), mas os seus conteúdos devem ser impregnados como temas transversais (p.13).

Portanto, a interdisciplinaridade e a transversalidade apresentam uma forma de trabalhar os conhecimentos não de maneira fracionada e sim, integrando-os disciplinarmente, revelando o todo de uma realidade mais ampla que às vezes do modo como nos é apresentada parece fragmentada. Desse modo, a questão é trabalhar os conhecimentos do tema sexualidade de forma interdisciplinar e transversal, tal quais os PCN propõem?

Uma das alternativas viáveis para trabalhar os temas transversais são os “projetos”, desconsiderando assim a possibilidade de mais uma disciplina, e através dos conhecimentos gerais, interagindo com as áreas do currículo, superando o conceito de disciplina e possibilitando a todos, no âmbito escolar desenvolver ações com um único objetivo. “O trabalho com projetos vai além, despertando o interesse dos alunos. Projetos estimulam a curiosidade a um nível mais elevado de raciocínio”. (Thomas, 2000, p.3). Hernández (1998) trata especificamente da “organização do currículo por projetos de trabalho”. A proposta do

autor está vinculada à perspectiva do conhecimento globalizado e relacional, e em suas palavras.

Essa modalidade de articulação dos conhecimentos escolares é uma forma de organizar a atividade de ensino aprendizagem, que implica considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de uma forma rígida em função de alguns referências disciplinares preestabelecidos ou de uma homogeneização de alunos. A função projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos. Num projeto os alunos ajudam os alunos a serem conscientes de seu processo de aprendizagem e exige do professor responder aos desafios que estabelece uma estruturação muito mais aberta e flexível dos conteúdos escolares. (p.61-64).

Portanto, essa necessidade é enfatizada pelos PCN e que apresentam a sexualidade como tema transversal nas discussões atuais do campo educacional, de maneira que os profissionais da educação transmitam e problematizem questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados (Brasil, 1997).

Na próxima subseção vamos descrever a cerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) no âmbito escolar do município do interior Estado de São Paulo acerca da educação sexual.

3.6 Projetos Político Pedagógico sua relevância no âmbito escolar acerca da sexualidade.

Na história da educação brasileira, a Constituição de 1988 demarca o início de um processo de discussões sobre a gestão democrática nas escolas. Em seu artigo 206, incisos III e VI, estabelece-se como um dos princípios orientadores a gestão democrática dos sistemas

de ensino público, a igualdade de condições de acesso à escola e a garantia de padrão de qualidade. Dessa forma, apresenta às escolas uma mudança na forma de governar os processos e as tomadas de decisões.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), seu discurso de gestão democrática da escola é regulamentado, sendo no que tange aos PPP. “Por sua vez, legitimada na base de imperativos de modernização e de reforma educativa, a lei pode comprometer a ação política e pedagógica inerente a ambos” (De Rossi, 2006, p.13). Na LDB 9394/96 nos artigos 12, 13,14 o PPP é citado com diversas nomenclaturas, como se pode verificar a seguir:

Art. 12 Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I) elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Art. 13 - Os docentes incumbir-se-ão de: participar da elaboração da proposta pedagógica;

II) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14 Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

Com a lei aprovada, foram propostas muitas mudanças na educação brasileira, especificamente, quanto à democratização e a autonomia das escolas ressaltando a relevância

da participação do profissional da educação e da comunidade escolar por meio dos conselhos escolares. Desse modo, uma tarefa bastante complexa à gestão escolar, “a qual deve responsabilizar-se não apenas pelo funcionamento do sistema escolar, mas também pela realização dos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades educativas e de qualidade do ensino” (Fonseca, 2003, p. 306).

Na LDB 9.394/96 em seu art. 15 define que “... os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público”.

A partir da década de 90 por meio de políticas públicas governamentais, através de programas que levaram a descentralização e a autonomia das escolas.

A Conferência Nacional de Educação (CONAE), em (2010), estabeleceu em suas diretrizes, estratégias de ação em um compromisso assumido em 2008, durante Conferência Nacional de Educação Básica (CNEB), para um novo Plano Nacional de Educação (PNE), sendo que:

A ausência de um efetivo sistema nacional de educação configura a forma fragmentada e desarticulada do projeto educacional ainda vigente no País. Assim, a sua criação passa, obrigatoriamente, pela regulamentação do regime de colaboração, que envolva as esferas de governo no atendimento à população em todas as etapas e modalidades de educação, em regime de corresponsabilidade, utilizando mecanismos democráticos, como as deliberações da comunidade escolar e local, bem como a participação dos/das profissionais da educação nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino (p.22).

É importante ressaltar as influências dos dispositivos legais no processo de definição político pedagógico dos PPP nas escolas, sendo estes um espaço com crenças ideológicas que contribui na produção da transformação educativa. No texto da Conae (2010) há menção a “... uma perspectiva democrática de participação coletiva em que o PPP é citado como um elemento imprescindível para a organização político-pedagógico da escola”.

Após a promulgação da LDB, meados da década de 90, os Estados representados pelas Diretorias de Ensino e os Municípios pelas Secretarias de Educação iniciaram a organização da construção dos PPP nas escolas públicas. De acordo com a autora Veiga (2006), uma das pesquisadoras pioneiras no Brasil, os PPP são na realidade o cerne do trabalho de escola e apresenta um contexto singular e,

... pressupõe uma relativa autonomia da escola e da sua capacidade de delinear sua própria identidade. Desta forma, deve ser uma construção coletiva e democrática. É também uma ação intencional com sentido explícito e, portanto, resulta de um compromisso assumido e definido coletivamente (p.13-14).

A autora caracteriza o Projeto Político Pedagógico como um “... eterno diagnosticar, planejar, repensar, começar e recomeçar, analisar e avaliar as práticas educativas”. (Villas Boas 1998, p.20 -21). Sendo assim “... os projetos pedagógicos configuram-se como um espaço organizado para o desenvolvimento profissional ao estabelecer critérios que orientam a prática educativa” (Araújo2003. p.73).

Pereira nos diz que “... na organização da escola, a autonomia e a gestão democráticos são princípios norteadores, e assumi-los como ponto de partida possibilitará uma maior articulação das dimensões filosófica, pedagógica, financeira e jurídica da escola” (Pereira, 2004, p.21).

Veiga (2006) elucida que,

“... o Projeto Político Pedagógico da escola é uma reflexão de seu cotidiano, o que pressupõe continuidade das ações, descentralização, democratização do processo de tomada de decisões e instalação de um processo coletivo de avaliação de cunho emancipatório” (p.13).

No município em que se realizou a pesquisa, por meio da Lei Nº 8.479 de 17 de junho de 2015. Projeto Lei nº117/15, aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015/2025. Os princípios que regem o Plano municipal de Educação, desse município a respeito de cidadania, gestão democrática, diversidade e discriminação constam nos itens III, IV, V, VI, IX e X conforme a seguir:

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV- Melhoria da qualidade da educação;

V- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – Promoção de princípio de gestão democrática da educação pública;

IX Valorização dos (as) profissionais da educação;

X Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental. (p.11-12).

Em continuidade as Metas 18, a serem alcançadas desse Plano Municipal de Educação referente à gestão democrática, as estratégias desse município são:

(18.8) favorecer processos de autonomia pedagógica na elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas, autonomia administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino, alinhados às diretrizes organizacionais e educacionais estabelecidas para a rede de ensino, inclusive, prevendo momentos no Calendário Escolar para reunir a equipe, a comunidade escolar e articular as propostas; (p.110)

A gestão democrática proporciona a autonomia sendo este um dos mais importantes princípios. “... o significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa sem imposições externas” (Veiga, 2006, p.19).

Por isso, a gestão democrática possibilita uma autonomia aos profissionais das escolas, no sentido de trabalharem no currículo de acordo com suas necessidades, sanando as demandas locais. De acordo com o que afirma Padilha (2007):

A autonomia pressupõe, pois, a alteridade, a participação, a liberdade de expressão, o trabalho coletivo na sala de aula, na sala dos professores, na escola e fora dela. A educação enquanto processo de conscientização (desalienação) tem tudo a ver com a própria autonomia e, como esta, se fundamenta no pluralismo político pedagógico, garante a mudança possível no próprio sistema educacional e nos próprios elementos que o integram. (p.65-66).

Neste sentido, o trabalho em equipe é necessário, de acordo com Libâneo (2004).

O modelo de gestão é importante, bem como se faz necessária a atuação da equipe nas palavras do autor é preciso que esta equipe apresente primeira, a

consciência do seu papel nas decisões coletivas e do que foi decidido coletivamente; segundo, a equipe precisa dispor de um PPP; terceiro, para que o trabalho em equipe funcione, os membros dessa equipe que compreende a escola devem desenvolver algumas competências, como: capacidade de comunicação e expressão oral, habilidades de trabalhar em grupo, capacidade de argumentação, formas criativas de enfrentar problemas e situações difíceis. (p.103)

A gestão democrática da escola é uma das necessidades para a construção do Projeto Político Pedagógico. Isso implica em refletir sobre as políticas educacionais.

Dessa forma, a gestão democrática da educação e, portanto, da escola “... requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudanças de paradigmas que fundamentam a construção de uma Proposta Educacional e uma gestão diferente da que hoje é vivenciada.” (Bordignon & Graciando, 2004, p. 148).

Neste sentido, os profissionais das escolas precisam estar abertos à atualidade e para novos conhecimentos de maneira que possam enfrentar as demandas que vão surgindo no âmbito escolar. Há as dificuldades inerentes à atuação dos profissionais para trabalharem com a sexualidade, deixando essa temática na responsabilidade dos professores de ciências ou biologia.

Vale lembrar que no trabalho com a sexualidade é preciso ir além de corpo humano, anatomia, e a responsabilidade não ser apenas de um ou dois, porém de todos os profissionais, podendo este ser trabalhado como, por exemplo, com projeto, ou ações envolvendo a todos os profissionais de escola, atrelando-os ao PPP da escola.

As escolas são espaços de muitos embates de valores nas suas peculiaridades e isso ocorre em virtude de prementes que permeiam, incluindo a sexualidade, visando à formação do aluno.

A sociedade é muito conservadora, é notória ainda a existência de tabus, preconceitos por parte dos profissionais, que atuam no âmbito escolar.

Nesta perspectiva, as ações pedagógicas articuladas ao PPP e de forma planejada poderão ocorrer reflexões críticas dialógicas e abertas, possibilitando o respeito entre os mesmos, favorecendo a conscientização e aprendizado tanto dos alunos, quanto às professoras de forma prazerosa e saudável.

4.0 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO – O GESTOR ESCOLAR.

“A formação inicial é uma etapa essencial para instrumentalizar estes profissionais para a prática pedagógica futura no contexto de sala de aula, munindo-os dos conhecimentos primários que irão lhes dar suporte e embasamento teórico para prática pedagógica.” (Leão, 2009, 2012, p. 18).

4.1 Formação inicial e continuada do profissional da Educação Básica: seus conceitos e relevância no cotidiano escolar acerca da sexualidade.

Discorrer sobre esse tema é uma das premissas para a qualidade da educação básica brasileira, portanto, primeiramente, precisamos conceituar “formação”³⁸. Aliás, na educação descrevemos como: preparar, educar, instruir. Nesse sentido, nos perguntamos: o que é? Para que? E Para quem esta formação?

Com essas indagações podemos transformar e melhorar a si mesmo e ao mesmo tempo o outro, buscando alcançar metas, objetivos com os conhecimentos e experiências

³⁸ Dar corpo ou forma a.; Constituir; Organizar; Fundar; conceber; imaginar; Preparar; Amoldar; instruir, educar; Traçar; descrever, criar; Alinhar; estabelecer <https://dicionarioaurelio.com/formacao>

adquiridos no percurso da vida, para um crescimento humano e profissional. Definimos formação como um processo inseparável ao desenvolvimento humano, sendo este, pessoal e social com movimento dialético e ininterrupto.

Podemos entender que o conceito de formação é muito equivocado quando se coloca em prática, não há um diagnóstico da realidade escolar, assim impossibilita atender a demanda.

Atualmente temos múltiplos conhecimentos. “... formar é ajudar a tomar consciência das próprias atuações e como melhorá-las”. De La Torre & Barrios (2002 p14). Dessa forma, a formação do professor permitirá realizar uma constante reflexão da sua prática, de tal forma que seja possível provocar a transformação e melhorias constantes em sua forma de agir. De acordo com Pacheco, “... o professor é um profissional dotado de saberes, conhecimentos e competências cuja função está dimensionada num contexto social e a sua atuação concretizada num contexto sociocultural, institucional e didático” (Pacheco, 1999, p.45).

Na educação, para que haja a transformação, mudança e qualidade faz-se importante uma apropriada formação do professor. Na contemporaneidade, a formação inicial deste professor necessita qualificá-lo para uma educação reflexiva crítica, desenvolvendo suas habilidades próprias, superando o papel do professor como um agente do saber ou um mero transmissor do aluno. A formação do professor precisa ser compreendida como algo incompleto.

A formação inicial é uma etapa essencial para instrumentalizar estes profissionais para a prática pedagógica futura no contexto de sala de aula, munindo-os dos conhecimentos primários que irão lhes dar suporte e embasamento teórico para prática pedagógica (Leão, 2009, 2012, p. 18).

A formação inicial não se extenua em si mesma, ou seja, a formação continuada cumpre a função de elo entre a formação inicial e as mudanças no âmbito escolar do próprio

sistema de ensino. Sendo assim, os processos de formação precisam estar em conformidade com a realidade dos professores, haja vista o bem-estar dos alunos. Segundo Garcia, "... a formação aparece como o instrumento mais potente para democratizar o acesso das pessoas à cultura, à informação e ao trabalho" (Garcia, 1995, p.11). Nesse sentido, a formação do professor demanda uma reflexão sobre o conhecimento das competências profissionais que lhes são exigidas e necessárias na sua função, em seu trabalho o qual requer um desempenho de conhecimento profissional em sua atividade docente. Freire (1996) nos explica que,

As diferenças entre o modelo ideal e o que comumente tem sido aplicado, da ideia de racionalização da educação, que acabam por produzir uma prática de formação sendo esta contrária ao trabalho que deveria ser da educação. Não podemos rejeitar o conhecimento universitário, isto é, a formação inicial o que um erro grave como na perspectiva oposta de desprezar o conhecimento gerado na escola, ou seja, na formação continuada da profissional. É preciso que, pelo contrário, desde o começo do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido, que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, *formar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discente, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (p. 25).

As discussões e estudos sobre a formação dos profissionais da educação têm sido objetos de debates do Conselho Nacional de Educação (CNE). A partir da aprovação do PNE

por meio da Lei nº 13.005/2014, realizaram-se discussões com vários representantes da comissão nas conferências municipais, estaduais e nacional, no qual a temática da formação esteve no eixo IV dos documentos finais da CONAE 2014, simultaneamente, participaram instituições de educação superior, conselhos estaduais de educação, na construção das Diretrizes Curriculares Nacionais, para a formação de profissionais da educação. O PNE apresenta 20 metas e em todas as estratégias que envolvem a educação básica e o ensino superior em suas etapas e modalidades, discutem acerca da qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação.

As metas, especialmente nº 12,15,16,17 e 18 e suas estratégias, estabelecem as políticas educacionais de forma geral na educação e em particular na educação superior. A base busca efetivar uma política nacional, considerando as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, com o intento de melhoria do ensino e sua expansão, especificamente a meta 15 que visa à formação dos profissionais da educação, professores da educação básica com formação específica de nível superior.

As novas diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) aprovadas pelo Conselho Pleno e Conselho Nacional de Educação (CP/CNE) e sancionadas pelos Ministérios de Educação e Cultura (MEC), no mês de junho de 2015, apresentam 13 aportes e concepções fundamentais para a melhoria da formação inicial e continuada e suas dinâmicas formativas, sendo que esta desconsidera a temática da sexualidade assim como de gênero e outras correlatas. Na terceira concepção direcionam a questão da tolerância e na décima primeira concepção. A educação para os direitos humanos, e para as questões relativas à diversidade cultural, todas as formas de preconceitos e outros considerados fundamentais de serem debatidas, porém sendo vetada no currículo das formações iniciais e continuada dos profissionais da educação.

Silva (2014) nos mobiliza a refletir que o currículo destes profissionais não enfatiza a diversidade, demonstrando que é um currículo que apresenta limitações uma vez que não dá o devido espaço para discutir acerca da identidade e diferença, como se este profissional não fosse atuar com um público heterogêneo.

Nesse cenário nos apresenta um grande desafio na atualidade no que se refere à educação, formação dos profissionais e à prática pedagógica no âmbito escolar acerca da diferença.

Conforme Rizza & Ribeiro (2017)

As diretrizes se propunham a pensar as diferenças. Ao mencionarem as diversidades é preciso termos cuidado para não cairmos na armadilha de promover a diferença, mas com o sentimento de benevolência, ou seja, de tolerância. Dessa forma, não estaremos promovendo uma pedagogia da diferença, mas sim produzindo outras dicotomias, tais como: a identidade hegemônica que respeita a identidade subalterna, ou a atribuição da diferença do outro a problemas psicológicos, ou ainda trabalhar com uma abordagem do outro como aquele que é exótico. (p.64).

A partir desse contexto, precisamos focar na formação continuada desses profissionais. Leão (2009, p152) “esclarece que a figura do professor é imprescindível em debater essa temática, porém é necessário oferecer momentos livres de forma que possibilitem a apresentar as suas dificuldades, exigências e divergências”.

Sendo indispensáveis esses momentos de reflexão, como o próprio Freire nos apresenta, a educação continuada deve “... ultrapassar a visão fragmentada da realidade” (Freire, P 1983, p.26).

No entanto, Leão (2009) nos aponta que a sexualidade precisa estar nos currículos das escolas sendo que é preciso também que os Estados assumam seu papel de traçar as diretrizes curriculares, dando o devido espaço para abrangência dos PCN. Do mesmo modo, é pertinente lembrar que é preciso ainda, “a participação das escolas e dos professores para a concretização de tais diretrizes” (p.32).

Para Maestro (2006), quanto à implementação desses parâmetros, discursa que, “... cada escola buscará maneiras coerentes com as suas necessidades quanto à forma de abrangê-los, não há regras.” O PCN apresenta um novo sentido à formação para a palavra cidadania, pois está subentendida neles a inquietação”.

Leão (2009) enfatiza a importância da formação os profissionais em direção a educação para a cidadania visto que cabe a escola educar para a cidadania de modo que os alunos tenham acesso a uma formação integral, para o exercício da participação ativa e consciente na sociedade.

Nessa perspectiva, (Melo, 2004, p.106) destaca a relevância da cidadania na defesa dos direitos humanos. Argumentando que “... não existe qualidade de vida nem direitos humanos, mesmo que apenas em intenção, a não ser para corpos encarnados, sexuados”. Ou seja, abarcar sexualidade é de direitos, faz parte do rol dos direitos humanos sua discussão.

Assim sendo, a escola poderia promover a cidadania na medida em que fosse efetiva na exposição de informações sobre sexualidade, e possibilitasse a reflexão crítica dos seus alunos sobre esse tema. (Ribeiro, 1990).

Em linhas gerais, os estados obterão o sucesso e a eficácia na qualidade da educação por meio de implementação de uma política de formação continuada pautada na demanda e nas necessidades locais que propicie ações formativas com o intento de melhoria, transformação, mudança no âmbito escolar para conscientizar, instruir e educar os alunos para uma educação inclusiva e emancipatória.

Nesta subseção focaremos na formação inicial de Educação Sexual, formação esta que os gestores do presente estudo participaram.

4.2 O gestor escolar: formação em educação sexual no período de 2013 a 2014 no interior do Estado de São Paulo.

Como protagonista desse processo, o intento desse trabalho como foi mencionado, é descrever a respeito da Formação Inicial em Educação Sexual realizada no período de 2013 a 2014, conforme visto na apresentação da subseção *Caminhos traçados até a chegada do tema*, que foi uma parceria entre a Universidade e a Rede Municipal de Ensino. Nessa subseção, focaremos o público do gestor escolar, nomeado, nesse município, como diretor de escola.

A proposta da formação foi ampla, envolvendo uma continuidade de públicos e não resultou em apenas palestra ou curso de pequena duração. Foram envolvidos nesse primeiro momento, diretores de escola, vagas abertas aos supervisores e aos técnicos da secretaria da educação e à equipe diretiva da escola envolvendo os coordenadores, vice-diretores e assistentes educacionais pedagógicos (AEP's), contando com quarenta participantes e, posteriormente, trinta professores, agentes educacionais e mais cinquenta pais.

A formação ocorreu nas dependências da secretaria da educação, com 11 encontros presenciais de 4 horas cada, contendo 16 horas de atividades on-line, como: fórum de discussão, chats, vídeos, atividades, entre outros, na plataforma moodle (Leão, 2016).

Conforme a citada autora menciona “Os assuntos tratados no curso foram voltados à equipe gestora e estava na dependência da necessidade formativa dos participantes.” (Leão, 2016, p.27). Esta atitude da autora é similar ao procedimento de tese em trabalho anterior com discente do curso de pedagogia. Os autores, Leão e Ribeiro (2013), ao referir se a este

curso, constataram que os assuntos que os discentes careciam de uma formação mais peculiar eram: conceitos em sexualidade (sexo, sexualidade e relações de gênero); educação sexual - o que é e como implantar; sexualidade infantil; violência sexual infantil; adolescência e sexualidade e sexualidade e deficiências.

Quanto a esta formação Leão (2016) esclarece que o intento foi buscar sensibilizar os diferentes profissionais para o trabalho de modo que fossem preparados para serem multiplicadores, isto é, pudessem assessorar outros profissionais.

Barros, Ribeiro e Quadrado (2011) ao falar sobre cursos direcionados aos profissionais entendem que é sua atribuição contribuir na formação continuada dos professores de suas escolas repassando materiais, oferecendo sugestões de trabalhos, levando as discussões dos cursos que realizaram, entre outros.

Esta necessidade decorre do fato de que a formação inicial, o exercício de reflexão da prática pedagógica fica limitado, e na prática, com as dificuldades e a realidade do trabalho do professor é que eles poderão exercitar a reflexão e buscar o aprimoramento profissional (Figueiró, 2006). Leão (2016) acrescenta que na formação continuada tem-se a oportunidade de se destacar de forma mais enfática e diretiva a reflexão e a aprimoramento da formação.

Os temas abordados nessa formação foram:

História da sexualidade- Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea;
Conceitos em sexualidade- sexo, sexualidade, educação sexual, relações de gênero, entre outros; diversidade sexual; fundamentos da educação sexual- estratégias de implementar esse trabalho; desenvolvimento psicosssexual; sexualidade infantil; violência sexual; conflitos e dilemas da adolescência; sexualidade e deficiência; mídia e sexualidade, entre outros. (Leão, 2016, p.27).

Foram abordados assuntos acerca da sexualidade, que trouxeram como a citada autora declara, para a ampliação de conhecimentos aos seus participantes e a conscientização da importância dos mesmos no âmbito escolar. A opção por se iniciar o trabalho formativo pela História da Sexualidade é uma estratégia para esclarecer aos participantes dos cursos, a repressão, os mitos, tabus e preconceitos de cunho sexual tão presentes nos dias de hoje (Leão & Ribeiro, 2013). Ademais, como proferem Maia e Ribeiro (2011), para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade é preciso que tenham clareza da abordagem histórica e cultural acerca da sua construção.

Leão (2016) nos aponta em seu relatório da Fapesp³⁹ do citado curso, relatório este encaminhado a órgão fomentado do mesmo, os resultados obtidos no cerne dessa formação, onde, especificamente, faremos um direcionamento aos gestores escolares que são o foco desse trabalho de pesquisa. Leão (2009) explica que,

Antes do início do curso, as pessoas que se inscreverem receberam o questionário com questões problematizadas de sexualidade, e o mesmo ocorreu no seu término. O intuito deste instrumento era ter dados de modo que fosse possível equiparar os conhecimentos dos participantes antes e no final do curso, de forma a apurar as contribuições ou não no curso, no sentido de os profissionais terem um conhecimento mais sólido para a abrangência da sexualidade. Ademais, finalizado o curso, os professores tiveram como atividade desenvolver e implementar uma proposta de educação sexual voltada para seus alunos e contaram, para isso, com o

³⁹ A formação inicial oferecida aos gestores escolares no ano de 2013 e 2014 em parceria com a UNESP no interior do Estado de São Paulo com a rede municipal de ensino, “CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PAIS SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL: Elaboração, aplicação e avaliação de cursos interventivos voltados para pais, professores e alunos Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp (Fundação de Amparo de Pesquisa do Estado de São Paulo) Pesquisa regular. Processo n.2243-0/2013)

auxílio e acompanhamento da pesquisadora, autora da presente pesquisa. A finalidade foi verificar se o curso contribui na adoção de estratégias semelhantes e vivenciadas por eles, de modo a saberem como implementar essa proposta. (p.28).

A autora articulou a efetividade do curso por meio de um questionário que foi aplicado antes de se iniciar o conteúdo da formação e após foram várias perguntas, porém focaremos, precisamente, naquelas que são interessantes para esse atual trabalho de pesquisa.

“Se os gestores na atuação profissional já tiveram de realizar alguma ação interventiva em sexualidade”

Conforme os participantes.

“*Orientação aos alunos*”-G⁴⁰16; G7; “*A ação sempre foi de orientação*”-G20; “*Instruindo e orientando os alunos*” –G19. As gestoras também relataram que orientam a família: “*Orientação às famílias*”- G23; “*Orientar pais acerca dos comentários que o filho (aluno) trouxe para a escola*”- G4. Algumas gestoras ainda mencionaram que tiveram de orientar os professores: “*Orientar professor sobre criança que se masturbava durante o sono*”- G30. Ou seja, algumas gestoras relataram que tentam orientar os professores quanto às condutas que devem adotar com os alunos. Foi possível perceber que não há uma sistemática de ações interventivas de sexualidade, o que houve foram algumas ações isoladas (p.36-37).

Nota-se, então que as ações dos gestores foram relativas a alguns aspectos pontuais. Continuando, foi perguntado a respeito de “Dúvidas sobre o que falar acerca da sexualidade no contexto escolar”, as mesmas responderam:

⁴⁰ São os gestores, por motivo ético foram ocultados os nomes das participantes e nomeou-se com a letra G.

“Falta-me um conhecimento mais aprofundado sobre a sexualidade das crianças pequenas (em idade pré-escolar) ”-G18; “O que abordar nas diferentes faixas-etárias”-G6; “Na educação infantil, como tratar o tema com crianças? ”-G16; “Idade certa, linguagem a ser usada de acordo com a idade”- G3; “O modo de abordar esse assunto com as crianças”- G21. (p.38).

Quanto à questão do consentimento da família, se é preciso para o trabalho de educação sexual, e como tratar este tema sem ser invasivo com essa instância social. Conforme eles pontuaram: *“A orientação, prevenção e esclarecimento deve existir com o consentimento dos responsáveis/comunidade? ”-G1; “Explorar o tema sem ser invasiva no contexto familiar (relação escola x família x religião)” G14. (Leão, 2016, p.39).* Também foi perguntado quanto aos conceitos as participantes foram solicitadas a discorrer sobre educação sexual, mais precisamente acerca do que é, para que e para quem. Elas responderam:

“É para crianças e adolescentes e para aqueles que não têm conhecimento”-G3; “A educação sexual é a informação sobre sexualidade. Ela tem o papel de informar no contexto escolar os jovens acerca da sexualidade”- G11; “[...] Possibilitando ao aluno o conhecimento detalhado de tudo o que envolve o ato sexual”-G13; “Trazer esclarecimentos”- G4; “Informar, orientar, esclarecer, enfim, educar”-G23; “Orientação a respeito do tema para acrescentar conhecimentos dos adultos e ampliá-los aos alunos e responsáveis”- G9; “Meio de informar nossos alunos e até, se necessário, familiares sobre sexualidade”- G14; “A educação sexual aborda o comportamento em relação a sexualidade para

melhor conhecimento”- G34; “Orientação para sanar dúvidas”- G5. Duas cursistas mencionaram que a educação sexual deve ocorrer em ambiente formal com profissional preparado: “Abordagem do tema em ambientes de educação formal para os alunos, pelos educadores”- G31; “Trata-se de uma abordagem formal acerca de temas como sexualidade etc, realizada por educador preparado e destinada aos alunos, objetivando a orientação dos mesmos”- G19. (p.39).

Os gestores, também, explicaram a importância de formação para os professores da rede municipal.

“É importante que os educadores sejam capacitados para lidar com as questões da sexualidade. Acredito em formação para educadores onde eles sejam levados a vencer tabus”- G13; “Formação voltada para orientar aos alunos, porém com fundamentações”-G2; “É importante que educadores em geral tenham conhecimentos sobre o assunto”- G10; “Temos que estar preparados para responder ou resolver algumas situações que sem conhecimento pode nos trazer constrangimento”- G24; “Considero relevante o educador ter formação específica em sexualidade para que possa esclarecer várias questões”- G14; Outras ainda salientaram que na realidade todo professor deveria ter formação nesta área: “Todo professor deve ter formação em sexualidade, pois enquanto educador estará colaborando para resolver e intervir nos problemas que envolvem as questões sexuais que poderão ocorrer na escola”-G4; “Todo curso de formação de professores deveria ter na sua grade curricular esta temática”- G33 “Todo professor deve ter formação básica que possibilitasse uma atuação mais adequada e segura em relação ao tema”- G3.(p.44).

Quanto à formação vale frisar que ela deve “instrumentalizar criticamente o professor para que possa lidar com as dificuldades naturais resultantes dos tabus e preconceitos inerentes ao sexo, ao gênero e à orientação sexual”. (Maia e Ribeiro, 2011, p. 80).

Leão (2016, p.481), trabalhou no citado curso: relações de gênero; “sexualidade e infância; educação sexual formal e informal; trabalho de educação sexual na escola; postura dos educadores; relação escola – família e formas de prevenção à violência sexual; exploração sexual infantil; homofobia, entre outros”.

No término do curso, os gestores apontaram que ele contribuiu incitando à reflexão das mesmas. Nas falas destas, tem-se: *“Este curso contribuiu muito em meu conhecimento [...] Mudou algumas formas de pensar sobre a sexualidade, o que colaborou para o tratamento de algumas questões envolvendo alunos em algumas escolas em que atuo. Passei a entender e a tratar com mais naturalidade [...]”*- C17. (Leão, 2016). Outras falas que se tem são:

“A formação provocou algumas reflexões sobre minha vida que possibilitaram uma nova forma de compreender e encarar a relação sexual. Quanto a prática pedagógica possibilitou-me entender algumas situações que ocorrem na escola e atuar de maneira mais adequada e desprovida de preconceitos”- C11. *“A formação foi muito importante para mim, pois me fez enxergar questões referentes à sexualidade de forma consciente e reflexiva, entendendo as questões sociais que permeiam este tema, as questões históricas e até mesmo as questões psicológicas e filosóficas envolvidas. Na prática pedagógica me fez saber lidar e conduzir situações que surgem no cotidiano da escola, relacionadas à sexualidade. Antes da formação, me sentia insegura diante de algumas situações. Agora já consigo orientar os professores, as crianças e até mesmo os pais’*- C5. (p.99-100).

De acordo com a autora “... Há caminhos, assim como, estratégias a serem empregadas para a implementação da educação sexual, seja no âmbito familiar ou escolar.” (Leão, 2016, p.192). Partindo desses depoimentos dos gestores, nota-se que a formação possibilitou subsídios teóricos e práticos para as mesmas se sentirem seguras para saberem como implementar discussões, propondo ações no âmbito escolar relativo a sexualidade. Dessa forma, a autora Leão, (2016, p.194) esclarece que o curso: “... procurou colaborar com os profissionais da educação e famílias, sendo que os mesmos justificavam que não havia formação para lidar com a temática, desta forma o curso abarcou a todos os gestores para que os mesmos alcançassem no âmbito escolar a desenvolver atividades com a temática.”.

Considerando a importância, e a concretização da formação para os gestores entende-se que os mesmos terá o papel em assessorar os profissionais da escola devido o embasamento teórico que foi estudado, e conforme nos depoimentos, estão preparados para desenvolver um trabalho nesta temática.

Na próxima seção abordaremos de acordo com as literaturas, a respeito dos Gestores escolares e suas funções, e nas subseções abordaremos a articulação quanto à construção do projeto político pedagógico no tocante a inserção da sexualidade.

5.0 DIRETOR DE ESCOLA OU GESTOR ESCOLAR.

Por seu caráter intrínseco e indissociável da natureza humana, é preciso que tanto os pais, quanto os profissionais da educação consigam vencer os temores de se abordar este assunto possibilitando aos alunos o acesso à educação sexual formal a qual visa, entre outros, extinguir os temores destes no tocante as dúvidas e questões de sexualidade. (Leão, 2016, p.194)

Nesta seção utilizaremos textos da literatura científica que discorrerem sobre os significados e as atribuições do diretor escolar e gestor escolar, haja vista que nesse município, atualmente, utilizam a nomenclatura de “diretor de escola” em seu plano de carreira; em seguida, falaremos sobre suas influências na articulação da construção do PPP no que tange a educação sexual.

5.1 Atribuições dos Diretores de Escola no município no interior de São Paulo.

Atualmente o diretor de escola é um profissional dentro da instituição, que tem a função específica de atuar como um líder, envolvendo a todos do âmbito escolar e da comunidade, para atingir seus objetivos e metas em serviço da escola. Dentro do princípio da gestão democrática, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Art. 206, da Constituição acerca da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A concepção de gestão escolar passa a ser incorporada pela sociedade contemporânea. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, no seu Art. 14, destaca o princípio da gestão democrática como um trabalho coletivo, participativo e dialógico.

Portanto, neste município os diretores de escola desempenham suas atribuições legais de acordo com suas especificações do emprego público, contanto em lei municipal.⁴¹ Na meta 18, p109, do Plano Municipal de Educação, ”...assegurar condições no prazo de 4 anos, para a consolidação e fortalecimento da gestão democrática da educação”.

Para as escolas as estratégias 18.6 do Plano Municipal da Educação (PME),

⁴¹ DECRETO Nº 8.477 De 23 de outubro de 2006 que regulamente os artigos do Título III, do PCCV (plano de Carreiras, cargos e vencimentos do quadro de Magistério da Prefeitura – Lei nº 6.251, 19 de abril de 2005.

Garantir a criação, nas escolas, de grupo de gestão compartilhada sob a responsabilidade dos gestores, em parceria com a comunidade escolar e órgãos competentes, visando à ampliação e operacionalização da gestão participativa, sistêmica e articulada no ambiente escolar e alinhando a participação e o protagonismo de representantes de grêmios estudantis, do conselho de escola, dos profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos políticos pedagógicos, currículo escolar, regimento escolar e do plano estratégico da escola (p.110).

Segundo Lück (2006) a ideia de gestão educacional desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua:

...dimensão política e social, ação para a transformação, globalização, participação, práxis, cidadania etc. A expressão “gestão educacional”, comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes, surge, por conseguinte, em substituição a "administração educacional", para representar não apenas novas ideias, mas sim um novo paradigma, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização de rede de relações que ocorrem, dialeticamente, no seu contexto interno e externo. Compromissado com os princípios da DEMOCRACIA e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional AUTÔNOMO (soluções próprias no âmbito de suas competências), de PARTICIPAÇÃO e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação) TRANSPARÊNCIA Demonstração pública de seus projetos e resultados (LUCK, 2006, p.36).

Nessa perspectiva, o autor Teixeira (2003, p. 6) afirma que “o diretor da escola é o principal articulador dos interesses e motivações dos diversos grupos envolvidos com a escola”. Sendo assim, a gestão eficaz provoca no âmbito escolar espaços participativos, independentes das intenções burocráticas e centralizadoras, que tenham uma cultura organizacional escolar vigente. Segundo Lück (2002), esse tipo de sistema visa:

“Construir uma realidade mais significativa, não se constitui em uma prática comum nas escolas”. O que é verificado de mais comum são as queixas dos diretores de que “têm que fazer tudo sozinhos “... para o trabalho da escola como um todo, limitando-se os professores a suas responsabilidades de sala de aula.” (p.17)

Para Teixeira (2003, p.4), esse tipo de escola deve funcionar “como um tempo de vivências socialmente desejáveis. Para tanto, a rede de relações dentro da escola necessita estar fundada em valores e princípios éticos e morais suficientemente fortes para oferecer às crianças e jovens uma experiência positiva de convivência”. A autora contribui nos mostrando que... “no processo social escolar, dos seus profissionais, de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica no sentido de cidadania”. (Lück, 2002, p.18).

Nesse novo panorama o gestor escolar passa a atuar de forma mais dinâmica e proativa, corresponsabilizando todos os protagonistas da instituição escolar e a comunidade local em todos os aspectos seja ele social político e ou pedagógico.

O sucesso escolar vai depender das políticas educacionais tomadas pelo trabalho coletivo da escola e articuladas pelo gestor escolar.

Cabe, então, aos gestores escolares a responsabilidade de atuar em suas atividades que são bastante complexas, porém se alinhando aos princípios legais da gestão democrática

traçando estratégias e metas com o foco nos objetivos a serem alcançados. Ao analisar as atribuições dos diretores escolares desse município, em seu afã de atividades tanto administrativas como pedagógicas, os gestores devem, em sua prática, estar em consonância à realidade local, direcionado a uma gestão democrática e uma educação para a cidadania. A seguir vamos apresentar as respectivas atribuições dos diretores de escolas.

Tabela 3

Atribuições ⁴² dos diretores escolares no Município do Interior do SP.

<p>DIRETOR DE ESCOLA: Escolaridade Básica: Curso Superior – licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar. DEFINIÇÃO: Este cargo existe para, como núcleo executivo, organizar, superintender, coordenar e gerenciar as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar, objetivando a consecução eficaz da política educacional do sistema e o desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) Organizar as atividades de planejamento no âmbito da escola, organizando a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, acompanhando, avaliando e gerenciando a execução da Proposta Pedagógica e dos projetos a ela vinculados, assegurando a observação da Legislação Federal, Estadual e Municipal vigente; b) Subsidiar o planejamento educacional, responsabilizando-se pela atualização, exatidão, sistematização e fluxo dos dados necessários à sua elaboração, prevendo recursos físicos, materiais e humanos para atender às necessidades da escola a curto, médio e longo prazo; c) Criar condições para promover o contínuo aperfeiçoamento dos recursos físicos, materiais e humanos da escola; d) Promover a integração escola/família/comunidade, proporcionando condições para a participação de órgãos e entidades públicas e privadas de caráter cultural, educativo e assistencial, bem como de membros da comunidade nas programações da escola, assegurando a participação da escola em atividades cívicas, culturais, sociais e desportivas da comunidade; e) Criar e estimular experiências para o aprimoramento do processo educativo; f) Mediar situações de conflitos; g) Deferir matrícula, transferência e reclassificação de alunos, bem como, conferir e expedir certificados de ciclo/ano/classe/termo; h) Assinar, juntamente com o secretário de escola todos os documentos relativos à vida escolar do aluno; i) Convocar e dirigir reuniões de professores, funcionários e pais de alunos; j) Presidir solenidades, cerimônias e representar a escola em atos oficiais e atividades da comunidade; k) Aplicar penalidades a alunos, professores e funcionários, de conformidade com a legislação pertinente; l) Controlar a frequência diária do pessoal subordinado; m) Decidir sobre petições e recursos em sua área de competência legal; n) Delegar e avocar as atribuições e competências do pessoal subordinado; o) Articular os diferentes coletivos da unidade escolar, incluindo o Conselho de Escola; p) Articular os profissionais de sua unidade escolar, nas práticas pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento, de modo adequado e necessário para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no espaço escolar; q) Socializar as informações entre os diversos segmentos da escola.

Fonte: quadro elaborado pela pesquisadora do Decreto Municipal Nº 8.477/2006.

Os gestores escolares, além de suas atribuições, não podem se esquivar das situações do cotidiano, sempre ouvindo as demandas dos alunos, observando suas inquietações e

⁴² DECRETO Nº 8.477 De 23 de outubro de 2006 (Regulamenta os artigos constantes do Título III, do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos do Quadro de Magistério da Prefeitura do Município de Araraquara - Lei nº 6.251, de 19 de abril de 2005, e dá outras providências.

desejos. Alguns autores defendem a perspectiva de liderança que destaca as pessoas e os seus valores ou as pessoas unidas em torno de valores. Barroso (1996, p. 170) apresenta a escola como “construção social”, valorizando o “papel dos indivíduos” e afirmando o “primado dos valores sobre os factos”. Em sua análise, a escola é valorizada dando enfoque no papel dos indivíduos, no contexto social e histórico da sua ação, sendo assim, a abordagem crítica permite uma ruptura teórica e metodológica com o paradigma científico-racional que, anteriormente, era tradição dominar a sua organização e administração.

Dessa forma, a escola passa a ser vista como uma construção social. É imprescindível que o diretor de escola, seja o articulador administrativo, pedagógico, político, cultural, social, econômico. A equipe escolar passa, então, a perceber a importância do gestor, criando com ele um vínculo de aliado e não o vendo como um controlador. Assim, gestor e equipe escolar devem desenvolver um trabalho compartilhado, de confiança, para juntos solucionarem as demandas sociais, culturais, educativas e de aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, o papel social é fundamental para essa parceria.

Na subseção seguinte, falaremos da influência do gestor na construção do Projeto Político Pedagógico acerca da sexualidade, o quanto é importante à parceria entre gestor, equipe escolar e a comunidade local para efetivação de uma gestão democrática para a cidadania dando o devido espaço para temas prementes de serem abrangidos como é o caso da sexualidade.

5.2 Gestores Escolares e Educação Sexual uma aproximação indispensável: a influência na articulação da construção do Projeto Político Pedagógico com a sexualidade.

Nessa subseção, a reflexão será sobre a temática educação sexual como assunto necessário no âmbito escolar, à importância na inserção de ações formais de forma democrática expressa no Projeto Político Pedagógico.

Conforme visto no item anterior, as escolas, na perspectiva da gestão democrática, cada vez mais, estão se fortalecendo quanto à liberdade de discussão e debates sobre o projeto político pedagógico (PPP), tendo como características a autonomia, participação geral e a descentralização. Nas palavras de Vasconcelos, o PPP “é o processo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar (Vasconcelos, 2002, p.169)”.

Cabe ao gestor articular os diversos segmentos envolvidos no processo, para que se organizem e, de forma coletiva, envolva-se em uma discussão para construir o PPP no âmbito escolar, no sentido de propiciar uma sociedade justa e igualitária.

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu Art. 1º, Inciso III, como regra maior, o respeito à dignidade humana; e em seu Artigo 3º apresenta em seu Inciso IV, como um de seus objetivos fundamentais: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já em seu Artigo 5º dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo em seu Inciso I que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Para Gomes (2001, p.86) “... Em certos momentos as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias”. Nota-se o quanto é

importante à prática educativa no dia a dia, sendo assim, o educador observa mais, aproxima-se mais do aluno, possibilitando atenção para às diferenças.

Os profissionais da educação precisam ampliar seus repertórios quanto à igualdade humana, caso contrário, surgirá à discriminação. Para tanto, o gestor escolar é aquele que dá o “tom” na escola, que desenvolverá a característica que pretende articular às condições humanas e materiais para o avanço no processo sócio-político-educacional no âmbito escolar.

Entretanto, o gestor e os profissionais da educação precisam focar na aprendizagem dos alunos, e no cotidiano desenvolver competências quanto aos valores morais e princípios éticos que são indispensáveis para o exercício da cidadania. É um eterno repensar da escola.

Diante disso O que queremos? Quais são as necessidades, bem como as demandas sociais? Quanto à questão moral, não no sentido de religião, associando-se com posições rígidas de intolerância e de puritanismo, as quais denominaram moralismos e não da moral.

A formação do gestor escolar na temática sexualidade é então, imprescindível para quebrar obstáculos, estando apto a desempenhar suas funções de educador, rompendo as barreiras sociais de uma sociedade preconceituosa. Como Leão (2009, p.193), pontua os profissionais da educação apresentam resistências em implementar propostas de sexualidade.

O gestor escolar, dentro do princípio democrático, com embasamento teórico e metodológico acerca da sexualidade e em consonância com a equipe de profissionais da escola e a comunidade local, possibilita a articulação reflexiva sobre seus posicionamentos no trato pedagógico quanto à temática de sexualidade assim como no que diz respeito aos temas preconceitos e outros correlatos, podendo possibilitar um trabalho formal de educação sexual no âmbito escola por meio da inserção no PPP.

Leão elucida (2009, p 194) “...a educação sexual é de forma própria do ser humano, e faz necessário que a família, e os educadores não tenham receio e nem tabu em aproximar da temática e os mesmos permitem que todos os discentes por meio desta, possam sanar suas

duvidas e angustias” Maia (2005, p 96) adentra este assunto e refere que as pessoas que agem assim: “...Entendem que o desenvolvimento sexual nascessem na simplicidade e na inocência sem obter influência do meio, e que todo o conhecimento sobre não precisassem de orientação e explicação” .

Entendemos que a escola é uma das instituições sociais que precisa se aproximar das temáticas de sexualidade de forma dialógica, conscientizando a importância dela para os seres humanos. Leão (2009) esclarece que: “... o não tratar da educação sexual tendo-se como argumento e ancoragem o medo significa despir a sexualidade de seu caráter eminentemente humano” (p.194).

A reflexão e um trabalho coletivo formal, quanto à temática da educação sexual, viabilizam as manifestações de discriminações, preconceitos, estereótipos presentes na realidade da instituição, cuja existência é negada e velada. A autora, Ramos (2004, p.50) nos mostra a importância da elaboração do PPP, considerando a realidade e o contexto em que o aluno está inserido, garantindo seus direitos do conhecimento, “... Se o conhecimento não supera o senso comum, não é conhecimento; são suposições desagregadas que seduzem os trabalhadores mais simples; por se aproximarem de sua realidade, mas os mantêm subordinados aos desígnios do espontaneísmo. Essa educação é conservadora”.

Nesse sentido, os profissionais da educação precisam ressignificar às informações trazidas da vida cotidiana, superando o senso comum do processo de ensino aprendizagem; os conhecimentos devem ser repensados, reelaborados no tempo e espaço que vivemos.

A autora esclarece que “... toda a ação educativa só produzirá melhores resultados se for desenvolvida com base no conhecimento da realidade do aluno” (Pabis, 2012, p.2).

De acordo com a autora Garcia “... pressupõe um trabalho educativo comprometido em promover a autonomia do educando, buscando superar padrões de comportamentos hierarquizados e estereotipados, superando preconceitos e tabus através da compreensão dos

aspectos sócio-históricos-políticos que influenciaram na construção dos mesmos” (Garcia, 2005, p.37).

Assim, para Leão, (2009) falar de sexualidade no âmbito escolar demanda um delineamento teórico e humanista no que tange à temática, superando, portanto, o senso comum como forma de conhecimento. Contudo, é extremamente importante que as crianças, durante a escolarização desfrutem de um ambiente acolhedor no qual possam aprender sobre diferentes assuntos relacionados à sexualidade, os quais precisam ser informados de acordo com o nível de entendimento das mesmas.

Por fim, Segundo Bonfim (2009) admoesta que o gestor escolar precisa estar comprometido com a verdade escolar, assim como, com os educandos e que se empenhe na elaboração de uma imagem boa da escola em si, dos alunos e do seu corpo diretivo, por isso reflete de forma direta no bom trabalho da gestão escolar.

Conclui-se que a educação sexual no âmbito escolar é um trabalho imprescindível no processo educativo, no qual a tarefa é do gestor em parceria com os profissionais da escola e comunidade local, que deverão articular por meio de diálogos e ações conjuntas, viabilizando o PPP com o único objetivo: o bem-estar dos alunos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES DE DADOS

Nesta seção se propõe apresentar os resultados e discussões de dados da pesquisa obtidos durante a coleta através das entrevistas e por meio da análise do documento oficial do Projeto Político Pedagógico. O intento é trazer uma clareza e compreensão acerca dos materiais estudados e analisados optou-se por dividir os resultados obtidos em duas etapas:

Na primeira etapa: análise do documento oficial da escola enviado pelos diretores de escola projeto político pedagógico. Na segunda etapa serão analisadas as entrevistas, a parte

específica da participação dos gestores escolares na formação em educação sexual, conforme mencionado anteriormente. Conforme proposto por Bardin (2011), neste momento da análise do conteúdo destacaremos as dimensões da codificação e categorização que possibilitam as interpretações sendo que,

“...corresponde a uma transformação –efctuada (sic) segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão”(p.133).

Para a citada autora categorização consiste na caracterização de um conjunto de informações que as distingue por grupos ou classes em comuns previamente definidos.

Entretanto, dividimos em duas tabelas na primeira a tabela 4, estão às categorias de assuntos gerais, sendo que o intento é de investigar a atuação do gestor no âmbito escolar, referente à construção do Projeto Político Pedagógico nesse município do interior do Estado de São Paulo.

6.1 PRIMEIRA ETAPA

Tabela 4

Descrição das Categorias da Temática Geral

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA
1 - Projetos na escola	Depoimento sobre quais são os/ o projeto/s que são/ é desenvolvido no âmbito escolar no qual as participantes são gestoras.	- Meio ambiente
2- Projetos Político Pedagógico (PPP)	Depoimento sobre a existência do projeto político pedagógico e quem são os protagonistas nessa construção e quais são as ações planejadas.	- Desenvolvimento - Coletivo

Fonte: tabela elaborada pela pesquisadora

6.1.1 categoria 1 “PROJETO NA ESCOLA”

No campo educacional desenvolver projetos nas escolas é uma das estratégias de ensinar e aprender novos conhecimentos abrindo caminhos a uma ruptura de uma educação tradicional, bancária de trabalhar exclusivamente com as disciplinas. Neste processo de aprendizagem os professores são os mediadores. Assim conseguem interagir no ensino e aprendizagem na busca de descobertas, de novas criações e melhor compreensão de conhecimento. Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos nas escolas reforça a interdisciplinaridade.

A autora Fazenda (1994) enfatiza que trabalhar com a interdisciplinaridade se dá sem perder a identidade das disciplinas. Como Almeida (2002, p.58), diz “... que o projeto rompe

com as fronteiras disciplinares, tornando-as permeáveis na ação de articular diferentes áreas de conhecimento, mobilizadas na investigação de problemáticas e situações da realidade”.

O intento deste foi investigar se as participantes desenvolviam projetos nas escolas onde atuavam e quais eram os temas elencados pela equipe de profissionais de cada escola, e se o tema sexualidade ou outros correlatos constariam em seus planejamentos.

A partir das respostas percebemos a ausência de projetos acerca da temática da sexualidade ou outros correlatos desenvolvidos pela equipe de profissionais da escola.

Observou-se a existência de trabalhos com projetos tanto de forma coletiva quanto individual por parte do professor. Dentro da categoria “Projetos na Escola” o que elencamos como subcategoria “meio ambiente”, o que pudemos analisar nas falas é que desenvolvem vários projetos, porém o que se destacam no âmbito escolar são os “projetos de meio ambientes”.

Tabela 5

Resultados da Categoria Geral I Projeto na Escola e subcategoria

CATEGORIA GERAL	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	RESULTADO DOS DEPOIMENTOS GESTORES
1 - Projetos na escola	Depoimento sobre quais são os/o projeto/s que são desenvolvido no ambiente escolar no qual as participantes são as gestoras.	MEIO AMBIENTE	Existem Projetos nas escolas com diversas temáticas. Projetos em estaque foi meio ambiente. Os Gestores têm autonomia para escolher o tema com a equipe,

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora

Especificamente um gestor mencionou um trabalho desenvolvido com a temática sexualidade, porém nada formal.

Conforme a fala das participantes:

“...” Sim nós temos alguns projetos como:: ... nós temos ... preservação do meio ambiente, educação ambiental, prevenção as drogas, entre outros.”
(Verônica/EMEF)

“...meio ambiente” “...projetos individualizados” ...”alguns professores também queee poucos né mas que as vezes faziam projetos por conta própria”.
(Roberta/EMEF)

...”projeto específico de sexualidade não”... “temos um projeto do Jabuti, que preservação da natureza, meio ambiente.” (Romilda/CER).

Conforme a fala dos gestores percebe-se que os mesmos têm autonomia em definir com a equipe escolar quais temas são importantes trabalhar com os alunos.

“...Então nós trabalhamos também os outros temas que aparecem no dia a dia, inclusive da sexualidade e o da questão racial que a gente também tenta trabalhar dentro da história, da historia do Brasil é esses temas..., mas de uma forma meio transversal e com algumas dificuldades que a gente tem para implantar isso dentro da escola.” (Mariana/CER).

...“a gente trabalhava”a:: ...”todo ano em cima de um projeto que direcionava as atividades do ano ...“então a gente teve projeto que envolvia a questão do brincar, que eu trabalhei o tema brincar”. (Valesca/EC)

...”sim /.../ projeto” /.../ “com projetos de boas maneiras”. (Samara/CER).

...”projeto de integração né entre as crianças e os funcionários são necessidade que eles sentiram e a gente montou por setor.” (Analisa/CER).

Essa mesma participante nos elucidou que na escola anterior que trabalhava no período da formação desenvolveu junto com a equipe e os funcionários um projeto de valores com as crianças e famílias que envolveram essa temática:

”... no outro CER 2012 a 2015” ...” sim nós desenvolvíamos projetos lá e inclusive nos últimos ano um dos projeto a professora Andreza, ela visitou e deu uma palestra para os pais sobre educação sexual e foi bem é::: esclarecedora os pais gostaram muito , né... “mas trabalhamos na época valores e não chegamos a entrar muito na questão da educação sexual. “Mas por fim a professora Andreza conseguiu a... fechar a questão do projeto conversando com os pais nessa vertente”. (Analisa/CER).

Neste contexto, vemos que, a prática em trabalhar com projetos nas escolas existem, porém, a respeito à temática em sexualidade ou outros temas correlatos ainda são escassos.

Nota-se que os gestores ao externar nas entrevistas a respeito de desenvolver projetos ainda estão encontrado dificuldades de articular essa estratégia pedagógica com a equipe de profissionais na escola, mesmo percebendo necessidade dos alunos e a importância em trabalhar com essa demanda. Aliás, para trabalhar com projeto o aluno precisa estar

motivado, precisa ter objetivos significativos para obter as competências de uma aprendizagem, por isso ressalta-se a importância de projetos que vão à direção do interesse dele.

Segundo Hernandez (1998), “... o tema do projeto pode surgir por meio das atitudes apresentadas pelos alunos ao professor, e este conseguirá identificar o problema e sugerir um projeto”. Assim sendo, o aluno deve interagir com o projeto, estar por dentro de todo o assunto e se sentir livre para opinar, desenvolver, planejar, se posicionar diante dele, favorecendo o desenvolvimento da autonomia.

6.1.2 O tema Categoria 2 “PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO”

Na categoria do “projeto político pedagógico” procuramos conhecer a respeito da existência destes documentos oficial da escola, que são os protagonistas que participam nessa construção, quais os objetivos do PPP e quais as ações planejadas. Nesse sentido, analisamos os planos das escolas que as participantes atuam e por meio da transcrição das entrevistas encontramos as seguintes subcategorias: “Desenvolvimento” e “coletivo”.

Para as participantes, o PPP deve ser construído com ações anuais acompanhando o desenvolvimento de cada faixa etária das crianças. Conforme abaixo apresentaremos os depoimentos coletados de algumas participantes na subcategoria “Desenvolvimento” por meio da entrevista e da análise dos documentos PPP.

Tabela 6

Resultado da Categoria Geral I Projeto Político P. e subcategorias

CATEGORIA GERAL	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	RESULTADO DOS DEPOIMENTOS GESTORES
Projeto Político Pedagógico (PPP)	Depoimento sobre a existência do PPP. Quem são os Protagonistas na Construção PPP, Quais são as ações Planejadas no PPP	DESENVOLVIMENTO	Ações são planejada de acordo com o desenvolvimento da criança. Preocupação com o currículo e o desenvolvimento global da criança, Falta segurança na questão sexualidade dando a responsabilidade a biologia e a ciência .
		COLETIVO	Acreditam no planejar com o coletivo, até envolver comunidade, mas não conseguem na prática. Participação da Comunidade por Questionário conselho de escola, poucas reuniões coletivo/

Fonte: Tabela elaborada pela Pesquisadora.

6.1.3 Subcategoria: Desenvolvimento

Essas duas subcategorias são fundamentais na construção do PPP e nota-se a importância da junção das mesmas para o entendimento das falas das participantes quanto à construção deste documento da escola.

Para Mariana as ações pedagógicas são planejadas de acordo com a idade da criança em seu desenvolvimento. O trabalho deu ser realizado naquilo que é esperado pela faixa etária.

“... o desenvolvimento de acordo com a idade, a gente trabalha com criança de zero a três meses até cinco anos, seis anos, cada etapa né tem o seu desenvolvimento esperado para cada faixa etária, de acordo com aquilo que a gente propõem e planeja no planejamento anual, e aí a gente te assim um trabalho a mais longo que é uma coisa importante para o desenvolvimento das crianças também”.
(Mariana/CER).

... “a gente tem que colocar tudo aquilo que a gente vai desenvolver a concepção da educação o que a gente acredita.” (Roberta/EMEF).

...”os objetivos que a gente que a escola procurava alcançar né o que desenvolver naqueles alunos é a::: ... gente chamava de missão e visão da unidade na época a visão e a missão da unidade, visão e a missão da secretaria da educação uma coisa que já que veio pronta e que contava me nossos PPP.”
(Valesca/EC)

...”desenvolver um trabalho organizado, né!, de uma maneira mais clara e transparente e mais democrática”. (Romilda/CER).

Nesse sentido, o PPP nestas escolas estão sendo planejados tanto nos aspectos administrativos e pedagógicos partindo pelo desenvolvimento da criança de uma forma sistemática com a concepção da unidade escolar e da secretaria da educação de forma organizada, sendo que as ações ficam na responsabilidade de cada professor. Conforme uma das participantes nos elucida:

...”questões pedagógica sim, e pelo desenvolvimento da criança “. “...Os objetivos mais específicos ai cada professor e educador fazem o seu planejamento como se fosse semanário. E ai eles coloca as ações que ele desenvolve com as crianças, seja através de história , musica, é de brincadeira de faz de conta, então são essas ações que elas atingem os objetivos seja na área de matemática, de historia, geografia, de ciências.”(Mariana/CER).

...”é ações pedagógicas que a gente desenvolver é o desenvolvimento desse projeto são história a gente associa história infantis é brincadeiras, jogos e até assim a questão da participação da comunidade também em reuniões de pais os professores trabalham também... nosso projeto a gente que inclui ele como ele é um programa pra toda a rede, a escola trabalha da maneira que acha melhor que desenvolve o seu projeto de acordo com a sua necessidade” (Samara/CER).

Ao analisar os PPP das sete escolas que as participantes atuam nota-se que algumas delas sentem-se seguras quanto à autonomia da escola, porém não são todas que se sentem

desta forma, pois ainda estão presas as orientações da Secretaria da Educação. Entretanto, percebe-se que as mesmas têm uma preocupação de seguir com a parte curricular e os conteúdos por faixa etária pensando no aluno de forma global em seu desenvolvimento, porém desconsideram as questões sociais e históricas acerca da sexualidade apenas falar de sua importância, mas sem nada planejava como ações pedagógicas.

Tanto na educação infantil quanto no fundamental falta nos conteúdos programáticos conteúdos sobre o corpo, e apenas nas disciplinas de Ciência e biologia e história que são apresentados. Além disso, não há menção do conteúdo de gênero.

Desta forma, na análise do documento oficial PPP nota-se que no período de 2013 a 2014 da formação dos gestores as participantes chegaram a citar sem formalizarem em seus PPP, justificando, porém que encontraram dificuldades em dar continuidade, haja vista que não foram todos os profissionais que participaram da formação.

6.1.4 Subcategoria: Coletivo.

Os dados coletados na categoria do Projeto Político Pedagógico subentende que a subcategoria faz parte dos princípios básico da gestão democrática quando o gestor de escola ao elaborar o PPP deverá articular a todos os envolvidos para a construção deste.

Nas falas das participantes nota-se um interesse de planejar no coletivo da equipe escolar e inclusive com o envolvimento da comunidade, porém não conseguem exercer essa prática, de acordo com as participantes.

“... Projeto Político Pedagógico né eu acho que ele é muito importante né:: ele vem dentro de uma ideia de uma gestão democrática só que infelizmente a gente barra em uma situações difíceis pra tratar não só elaborando né e utilizando esse projeto durante o::: o

trabalho né!”... né, o problema que a gente não consegue fazer o coletivo né!.”(Roberta/EMEF).

As participantes nos coloca que envolvem a equipe nas reuniões e desenvolvem um trabalho coletivo na escola, trazendo todos os profissionais que atuam na escola para o dia da reunião, sendo que neste dia não há aula. A oportunidade para todos terem voz e participação, porém consideram poucas reuniões para desenvolver um trabalho satisfatório.

“... sim em reuniões e planejamento, então é dispensado às crianças e toda a equipe escolar merendeiro, porteiro, servente todos participam.”(Samara/CER)

...”Olha né, na educação infantil a gente tem poucas reuniões coletiva durante o ano com a equipe, são poucas porque tem que ser um calendário escolar a cumprir de dias letivos tem que atender uma demanda de alunos integrais que as mães trabalham e precisam estar deixando então são pouquíssimas reuniões então no CER. O que eu priorizava né nessas reuniões colocar em pauta as discussões do PPP alguns itens que eram que tinha que ser decidido no coletivo então tema anual, dinâmica das ativi... calendário do ano, as atividades que a gente ia promover naquele ano as atividades fixas no caso do PPP” (Valesca/EC).

...”sim, a equipe ela esta ativa, aliás, a equipe que monta o diretor ele não conhece o que está acontecendo na cozinha, ele não conhece que está acontecendo na quinta etapa, ora não sei então a professora de lá sabe de todas as necessidades, todas as fragilidades que a escola tem naquele seguimento né. Nada mais justo que ele participa e colaborem, porque assim eles fazem parte do processo, eles são o processo eu só sou um FACILITADORA do processo né” (Analisa/CER)

*“... há sim , essas reuniões são estabelecidas de acordo com o calendário escolar
rã::: : “ ... neste dia são supensa a aula e a diretora/ a gestora da unidade escolar
organiza a equipe ... de modo que todos possam estar juntos nessa construção” “...são
ações educativas ou ações voltadas para a comunidade, porque dependendo tanto de uma
realização de um evento, de uma festa, de organização de um trabalho, é o um projeto
escolar, com os alunos” (Romilda/CER).*

*“... sempre comunidade i:: escola “ “... nós convidamos os pais para tarem fazendo
um levantamento das discussões do que vão ser discutido no âmbito escolar”.*

*“... comunidade e escola todos junto fazendo projeto político pedagógico” (Verônica
/EMEF).*

*...”então existe só o diretor no Centro de Educação e Recreação, então os
professores os agentes educacionais e berçário e de recreação. É os agentes operacionais
que são os da limpeza, né:: equipe de limpeza e as merendeiras que também fazem parte da
equipe de merenda. E os pais dos alunos que participam através do conselho de escola e
também em todas as reuniões e avaliações de final de ano a gente pega esses questionários
do começo do ano que eles respondem, e a gente tenta também inserir as sugestões que eles
deram por escritos muitas vezes, tem quem não falam nas reuniões” ...”a gente tenta
sempre inserir essas opiniões, essas sugestões dos pais no PPP” (Mariana/CER).*

Nos depoimentos dos gestores fica claro que ele tem desenvolvido ações na escola de forma a envolver a todos no coletivo até a comunidade por meio do conselho de escola, e em algumas escolas todos são participativos, porém encontram dificuldades devido o cumprimento do calendário e constam poucas reuniões e ficam distante as discussões e a continuidade de um trabalho sequencial.

A construção do PPP é um constante repensar na socialização de poder da escola haja vista que propicia a participação coletiva entre equipe escolar e comunidade sendo que este deverá estar em sintonia com as necessidades e a realidade local.

Segundo Lück (2010), “... a gestão escolar precisa dar vez e voz à própria escola, pois ela reproduz as desigualdades do grupo social”.

A partir do momento que não há autonomia da escola nota-se uma ruptura nos processos da gestão e no aprimoramento pedagógico tornando-se ações mecânicas e repetitivas anualmente, eliminando assim, a visão sociopolítica, técnica e pedagógica.

Vasconcellos (2002) afirma que a função primordial do gestor é ser o elo integrador, o articulador dos vários setores, dentro e fora da escola, gerindo as atividades em conformidade com os projetos estabelecidos. O PPP é um documento que deverá estar “vivo” na escola. A equipe escolar junto com a comunidade precisa ter espaço e prática para a reflexão e discussão e reavaliação de seus problemas e as necessidades, um olhar para os alunos em busca de alternativas possíveis e viáveis a efetivar a intencionalidade. A princípio o diretor escolar deve refletir sobre “o que queremos para nossos alunos?” “que escola queremos?” e posteriormente junto com os envolvidos desenvolverem esse documento de forma verdadeira e sem medos, partindo da realidade local.

De acordo com autor “... *Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar (Freire,P)*”.

Nota-se nas falas das participantes uma confusão e ao mesmo tempo contradição quando nos referimos a prática da organização para planejar com a equipe e família. Uns assumem que é difícil devido à falta de tempo, outros que divide as questões administrativas e burocráticas e que o diretor assume por não ter equipe diretiva na escola. Outras citam que a comunidade participa por meio de questionário, assim de forma indireta os pais possam

externar suas opiniões, outra diz que a comunidade participa por meio do conselho de escola, como diz as seguintes participantes:

“... O que ocorre é:: eu acho que com o passar do tempo os próprios educadores né! a::: equipe de apoio é difícil de participar, e todas as escolas a gente eu sempre fazia as reuniões antes de chamar o pessoal e explicava direitinho mas eu observei que é::: ...vem justamente de::: “... encontro que observei que veio do problema não só da educação mas de uma maneira geral que é a falta de participação” (Roberta /EMEF)

“...no CER o que eu priorizava né! Nessas reuniões colocar em pauta as discussões do PPP alguns itens que eram que tinha que ser decidido no coletivo. Então tema anual, dinâmica das ativi..... calendário do ano, as atividades que a gente ia promover naquele ano as atividades fixas no caso do PPP que é trianual atividades que faziam parte do calendário oficial da escola” Para Valesca o PPP é: “...o PPP serve pra isso direcionar o trabalho dentro dessa ideologia que a gente prega dentro da escola, né esse é o objetivo maior dele. (Valesca/CER)

“... No final do ano, a gente faz uma avaliação com toda a equipe escolar que participaram do projeto. Durante o ano então uma avaliação até por escrito junto com as avaliações dos pais também, os pais também tem acesso eles são informados em reuniões sobre o que vai ser trabalhado durante o ano, ao final de ano eles avaliam então a gente via a necessidade de ampliando ou modificando do plano seguinte. Então a participação é efetiva, mesmo com pouca reuniões que a gente acha que isso deveria ser frisado então nós tivemos duas reuniões um ano final do

ano para avaliação e uma no início do ano para a gente montagem desse projeto e a sistematização a gente vai fazendo durante o ano” (Samara/CER).

Para Romilda, essa diretora, nos fala que o PPP

“... Sim é uma obrigatoriedade, elaborado por todos. O início de cada ano com a equipe toda, a escola o gestor a ter um plano (PPP), ele elaborado em todos o início de ano” “... Na verdade o PPP é mais amplo, ele engloba as questões de estrutura, legislações, /.../ né a visão a missão das escolas nessas” “...olha o objetivo é você estar com documento em mãos eu acredito, é::: está é a questão de você ter um documento que realmente representa a unidade escolar, por que assim, nem sempre as pessoas que frequenta a unidade escolar e que vem e nos procuram são pessoas da área da educação. (Romilda/CER).

Desta forma, o PPP precisa ser compartilhado com todos os atores envolvidos da escola tanto interno como externo caso ao contrário não tem sentido de existir. O grande desafio é transformar esse documento em uma constante participação de todos, viabilizando meios coerentes com comprometimento a uma educação emancipatória alinhando o documento oficial PPP, com seus objetivos previstos coerentes com a prática no cotidiano escolar sanando suas necessidades e demandas de cada escola. Sendo assim, o PPP precisa estar vivo e não ser um mero documento engavetado ou até mesmo para apresentar a alguém que não seja da educação e, sim, para os atores que são responsáveis para garantir o direito do ensino e aprendizagem dos alunos desenvolvendo e possibilitando a partir de cada faixa etária suas necessidades, suas capacidades de autoconhecimento, pensamentos críticos, e inovação a abertura às diferenças, a apreciação da diversidade, a sociabilidade com muita responsabilidade. Para tanto, é da responsabilidade de todos os envolvidos atuarem com

muito respeito, comprometimento com a aprendizagem e necessidades dos alunos, haja vista que esse documento não pode ser copiado e engavetado ou apenas cumprir como uma tarefa de obrigatoriedade. Assim, cabe aos gestores articularem em conjunto ações de mais que o PPP possa ressignificar seja no âmbito escolar.

7. SEGUNDA PARTE

Adentrando na parte específica dos dados coletados, partiremos para demonstração das três categorias com os temas: “Demanda em Educação Sexual”, “Formação e a Implementação da Educação sexual”, “Políticas Públicas”.

Tabela 7

Descrição das Categorias da Temática Específicas

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
1-Demanda em educação sexual	Depoimento das demandas e as intervenções realizadas no âmbito escolar.	- Gênero. - Preconceito.
2- Formação e a implementação da Educação Sexual.	Depoimento quais foram às ações planejadas PPP articulada com os protagonistas.	- Curso / formação. - Criança.
3- Políticas públicas	Depoimento da importância da SME implementar projetos de educação sexual enquanto rede ou deixar para as equipes escolares.	- enquanto rede.

Fonte: tabela elaborada pela Pesquisadora.

7.1 Tema 1 Categoria Específica - DEMANDA EM EDUCAÇÃO SEXUAL

A escola é um local social de convívio de pessoas com diversas faixas etárias e não podemos desconsiderar que a sexualidade faz parte do desenvolvimento pleno de uma pessoa.

Portanto, os profissionais que estão próximos dos alunos precisam estar vigilantes quanto ao interesse dos mesmos acerca desta demanda.

A autora Leão (2015), nos esclarece que a escola enquanto instância social é responsável por desenvolver trabalho acerca da sexualidade se responsabilizando pela educação global do aluno como um direito sendo assim, é preciso que possam ter conhecimento sobre o que passa em seus corpos. De acordo com as participantes constataram-se algumas subcategorias quanto ao tema (orientação e gênero, preconceito) e quais foram suas intervenções realizadas.

Tabela 8

Resultados das Categorias da Temática Específicas 1 e subcategorias

CATEGORIA ESPECÍFICA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	RESULTADO DOS DEPOIMENTOS GESTORES
1 Demanda em Educação Sexual	Depoimento das demandas e as quais são as intervenções realizadas no âmbito escolar.	GÊNERO PRECONCEITO	Trabalhar gênero é fundamental, porém sentem inseguros. Percebem a existência de preconceitos no âmbito escolar tanto dos alunos/pais e os funcionários. Salientam a necessidade de um trabalho voltado a essa temática. Não tem tempo para o Planejamento Formal e sim no cotidiano informal.

Fonte: Tabela elaborada pela Pesquisadora.

7.1.1 Subcategoria: Gênero

De acordo com alguns gestores trabalhar na escola a questão de gênero é de fundamental importância, alguns definem bem quando que deverá iniciar o trabalho desde bebê, desde os berçários, conforme a fala abaixo da Analisa (CER), e outras acham a partir dos três anos. Diante destes testemunhos, percebe-se que os gestores ainda sentem inseguro conduzir as discussões, reflexões com os professores, pais sobre esse tema que os consideram tão importante e necessário como elas mesmas apresentam em seus depoimentos abaixo.

...”sim a gente percebe já tivemos assim algumas é dificuldades aqui com essa questão de gênero” “... sim, bastante os professores e os agentes educacionais embora a gente e os agentes educacionais a gente não tem muito tempo disponível para conversar com eles é um tema que sempre é.. e incomoda e mexe com os educadores por que é quase todo as discussões aparece alguma questão é de sexualidade que a criança ou perguntou para o educador ou fez alguma ação na sala que o educador não soube como lidar e as vezes ele é vem até a direção pedir orientação as vezes a direção quando tem alguma orientação dá, ou quando não tem busca em outros lugares, seria no caso a secretaria da educação ou pessoas especializadas que nem sempre estão disponível para nos dar a orientação correta” (Mariana/CER).

“... é::: “... eu acho que desde pequenininho né é uma coisa assim” “... sim essa questão acho que a gente tem que discutir muito, a gente teve agora esse mês da mulher é::: a gente tá vendo caso sim horríveis pra gente não tem noção que um país que precisa até de uma lei Maria da Penha, né? A gente ve que é::: tá nossas casas tão na escola na sociedade né é:: uma... uma coisa muito ruim né” “... e que

prejudica tantos os homens quanto as mulheres né acho que a::::: o gênero nessa compreensão é o respeito pelo corpo né a questão da tolerância né em todos os sentidos eu acho que os movimentos que a gente tem tanto de de pessoas de orientação sexuais diferente né a sociedade mudou muito eu acho” (Roberta/EMEF).

...”né agora eu acho vou falar de hoje nessa escola que as questões de gênero e das crianças se identificar no mundo enquanto um ser sexual, começa do berçário né. (03 meses em diante)” (Analisa/CER).

...”é questão de gênero e sexualidade da criança, o preconceito ainda ele existe tanto religioso quanto racial, menor proporção do que anos anteriores”.

...”a partir de três anos de idade por que ai na verdade ã::::: criança já tinha uma elaboração melhor né de palavras e mapeação de vocabulários que ã::::: permitia para que eles trouxessem as questões verbalmente para o grupo de conversa e diálogo na escola” (Romilda/CER).

Diante dos depoimentos acima entendemos o quanto faz necessário a inserção da temática de gênero, e sexualidade no âmbito escolar, e o quanto é crítico a falta de formação destes profissionais para lidar com os alunos principalmente na fase da formação de sua identidade. Entretanto a identidade de gênero pode ser abarcada na percepção de cada pessoa, com as peculiaridades das características de masculino e feminino, o gênero é construído socialmente, na própria cultura de cada indivíduo estabelecendo a sua história de vida. Louro,(2003) & Ribeiro,(2002) nos esclarece o desenvolvimento do gênero, “Seu desenvolvimento ocorre desde o nascimento, numa interação constante entre o indivíduo e os outros, não se constituindo nem se apresentando de maneira fixa”. Contudo percebe-se nesta rede de ensino a ausência na continuidade das discussões a respeito neste tema, especialmente aos profissionais que estão diretamente ligados na formação das crianças, e na falta desta,

negligenciamos o papel da escola enquanto formadora social. Leão e Ribeiro (2012 p.55) “... Gênero e Sexualidade são conceitos culturalmente construídos, e são temas que se completam”. A escola é um recinto que precisa despir de uma prática de educação sexista, sendo esta um local evidente que as diferenças existem e são diversas. Para tanto, a instituição escola é uma das responsáveis a desenvolver práticas pedagógicas, com vista ao ensino e aprendizagem na elaboração de recursos práticos educativos para evitar a desigualdade entre os alunos gerando entre os profissionais da educação e alunos um diálogo crítico e democrático.

7.1.2 Preconceitos

As participantes relatam a existência no âmbito escolar até mesmo com os próprios funcionários e família de muitos preconceitos, o que salienta a necessidade de um trabalho voltado a essa temática.

“...entre dez (10) e catorze (14) anos”. “...Eu acredito que esta mais voltada ao preconceito ainda.. ainda o preconceito....isso ela é bem.... bemela bem visível quando você vai tratar desse assunto.. a uma mistura de da parte religiosa também” “... sempre vai através do preconceito que está mais gritante hoje ainda está mais gritante é o preconceito” (Verônica/EMEF).

“...sim, acho que é muito importante, por que ainda é um tema que a gente percebe que é meio que um tabu entre os professores entre as crianças” (Mariana/CER).

Diante deste contexto, perguntei quais foram às intervenções que faziam acerca da sexualidade, as participantes relataram que:

“... são poucas as intervenções até por que a gente não tem muito tempo para abranger esses assuntos” (Mariana/CER).

“... Não, não consegui nada que envolvesse a escola como um todo” (Valesca/EC).

“... Intervenções são é isso mesmo são pontuais aos educadores” (Samara /CER).

“... e quanto às intervenções sim, mas foi o ano passado, quando foi votado o plano municipal de educação e foi excluída a educação sexual nas escolas, e eu tava mandando uma professora daqui da escola pra essas discussões, e ela trouxe esse assuntos e nós discutimos” (Analisa/CER).

“... quanto a intervenções sim e existe assim, durante as reuniões de pais e mestres nós procuramos trazer textos e temas para a discussão, mas isso não é um projeto ainda específico” (Romilda/CER).

Essas intervenções são realizadas de forma informal no cotidiano escolar conforme vão aparecendo às necessidades e não há um planejamento prévio como seria de se esperar uma Educação Sexual no âmbito escolar.

8. Categoria Específica 2 Tema - FORMAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Nesta categoria a intenção foi investigar após a realização da formação se as participantes conseguiram implementar a educação sexual no âmbito escolar, quais foram as ações planejadas no PPP. Neste tema encontramos algumas subcategorias, quais são: Curso/ formação e Criança.

Tabela 9

Resultado das Categorias da Temática Específicas 2 e subcategorias

CATEGORIA ESPECÍFICA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	RESULTADO DOS DEPOIMENTOS GESTORES
Formação e a Implementação da Educação Sexual	Depoimento quais foram às ações planejadas PPP articulada com os protagonistas.	CURSO / FORMAÇÃO	Todos profissionais precisam de Formação, e da Formação Contínua e não pontual ; Gestores Ed I precisam de um coordenador não conseguem fazer as formações / a continuidade na escola Fundamental e I pais e religião impedem ações.
		CRIANÇA	Confirmam a necessidade de trabalho com as crianças e com o envolvimento da família.

Fonte: Tabela elaborada pela Pesquisadora.

8.1 Subcategoria: Curso /Formação

Esta subcategoria é imprescindível, os profissionais da escola precisam estar aptos, precisam estar em constante reflexão de sua prática, e para isso precisam estar habilitados para planejar e desenvolver ações acerca da sexualidade. Entretanto, o gestor participou da formação com o intento de serem multiplicadores desta formação para sua equipe, haja vista que os mesmos mencionaram que encontraram dificuldades de tempo para discutir e desenvolver atividades com a equipe escolar. Nos CERs inexistente a função de coordenador pedagógico, portanto, cabe ao gestor desenvolver essa função e na prática inviabilizar essa organização. Na modalidade do ensino fundamental e na educação integral as justificativas apontadas são as famílias e a religião que impedem ações no âmbito escolar.

As participantes colocaram que:

“... o educador é muitas vezes ele não conhece ele né! “... não discuti e todo ano temos educador novo que chega na escola e chega depois do processo de planejamento e um perde demissão e depois vem outro contratado que não tiveram nenhum tipo de formação e hoje a gente se depara com essas situações realidades assim que e se você não tiver uma orientação na hora você acha que é tudo aquilo rrsrrsrrs” (Mariana/CER).

“... na escola habilitados são muitos poucos era eu e duas professoras que participaram da formação, né em um CER que eu estava e no outro eu e mais uma então são duas pessoas em uma unidade de quarenta, não dá é:: três pessoas em uma unidade só de quarenta e cinco não dá é muito pouco (Valesca /CER)

“... durante o curso de formação é:::: eu trazia muito material da própria Unesp, é:: para as discussões daquele curso que eu participei a gente já trazia algum tema discutido lá na Unesp para a equipe escolar.(Romilda/CER)

“...muito muito o curso foi de grande valor, eu gostaria que esse curso se estendesse aos professores também, isso também já pedi numa quando teve uma sugestão eu coloquei que esse curso tinha ser estendido aos professores”(Verônica/EMEF.)

Conclui-se que é de suma importância formação a todos os profissionais que estão envolvidos e posteriormente a reflexão deverá continuar em lócus, de acordo com Figueiró (2006) “... formação continuada diz respeito às ações, como cursos, estudos, reflexões, entre outros, voltados a aperfeiçoar a prática profissional docente”. Os autores (Leão, Bedin & Ribeiro, 2010) complementam que...”os cursos de formação continuada podem habilitar o educador a saberem como abordar os distintos temas de sexualidade com seus aluno, considerando ser um assunto indispensável à formação e à informação dos mesmos.”.

8.1.2 subcategoria: Criança

De acordo com Maia em seu livro sexualidade e educação sexual,

“... Na infância, a sexualidade se expressa por meio de curiosidades, questionamentos, exploração do próprio corpo e do outro, reconhecimento das diferenças sexuais” “... O que caracteriza essa fase é a exploração do seu corpo e do outro”. “... A adolescência, fase que começa na puberdade e termina quando se assumem papéis de adultos, é um período muito importante para a sexualidade, pois

é quando descobrimos e vivenciamos nossas escolhas amorosas e sexuais e nos reconhecemos como sujeitos sexuados no mundo” (Maia, 2014, p.3).

Nota-se que na prática as falas das participantes percebem uma necessidade de tratar desta temática com as crianças e os adolescentes.

“... que a criança esta se descobrindo, então questões de preconceitos tem que ser abolida e até essa questão da sensualidade que a gente tem também esse cuidado com as crianças. “...em situações de risco tá sim um olhar diferente pra essa criança” ”...a criança tem que conhecer muito bem o seu corpo fica com um olhar mais atento e até orientando essa criança pra falar sobre seu corpo, e também falar qualquer situação não foi pra ela normal, por que isso assim o que o curso nos trouxe essa visão essa” “... esse olhar mais atento pra essa questão da vulnerabilidade infantil a criança é muito vulnerável esta questão” (Samara/CER)

“... é::: mostrar pra crianças que eles... e eles podem se permitir a fazer coisa que feita pra menina e menino e eles podem fazer em conjunto por que eles tem o mesmo condicionamento e tem tudo pra fazer igual e não tem nada diferente””... desde criança o menino tem que entender que ele tem respeitar, então é um caminho árduo e por que a escola não tem perspectiva, por que a escola não tem orientação” (Analisa/CER).

Diante dos dados exposto entende-se que no âmbito escolar existem situações que nos apresentam claramente a necessidade de iniciar um trabalho de educação sexual na escola e que não adianta camuflar ou negar, por que as situações aparecem pontualmente no cotidiano escolar e nota-se que é de suma importância que todos os envolvidos se conscientizam da

necessidade de desenvolver ações acerca da educação sexual, e que faz necessário iniciar desde a infância para que os mesmos possam ter uma vida adulta saudável.

Vale ressaltar em relação à implementação da educação sexual nas escolas, o que as diretoras relatam após terem participado da formação.

“... é eu acho que sim, inclusive a professora que participou junto comigo e as outras educadoras a gente na época fizemos um levantamento e a gente é comprou alguns livrinhos, fizemos algumas pesquisas e até então a gente tentou fazer um material, pesquisamos até para comprar aqueles bonecos para ter na escola, mas acabamos não conseguindo”. “... Então são situações que eu acho que assim.” (Mariana/CER)

“... eu acho que sim implementar um projeto ou fazer um trabalho sistemático não eu não fiz”. “... mas eu sempre levei discussões e levei pro ... professores conversei muito com as crianças com as famílias procuram muito o diretor né” (Roberta/EMEF).

“... é:: como eu disse me deu segurança pra eu resolver varias questões pontuais que eu não consegui desenrolar até então” “... eu acho que pra envolver toda a equipe tem que ter mais pessoas formadas e não e isso que inviabilizou a implementação de um projeto mais efetivo.(Valesca/EC).

“...eu acredito que sim , mesmo que foi o mínimo de contribuição de orientação ao educador eu acho que so a partir dai já valeu a participação do curso” (Samara/CER)

“...foi mais pontual mesmo” ”... Aqui eu tenho um pouco de dificuldade ainda por que estou com tabus religiosos e tudo mais” (Analisa/CER)

“... eu acredito que sim” “... Eu procurava dentro das minhas reuniões de PPP, dentro das reuniões da equipe escolar né de uma certa forma discutir o tema com os profissionais que atuam” (Romilda/CER).

Neste contexto, mesmo que os gestores participaram da formação em educação sexual junto com alguns professores e educadores ainda as mesmas encontraram dificuldade na prática em iniciar uma proposta de trabalho acerca da temática com a equipe escolar. Neste sentido, percebemos que foi devido à falta do envolvimento dos outros profissionais, receio das famílias e da religião que acabaram influenciando a não implementação. Notam-se o despreparo dos outros profissionais em tratar do assunto, mesmo por que sempre vão à busca de ajuda do diretor quando aparecem situações pontuais e, conseqüentemente, os diretores acabam por tratar apenas de questões pontuais.

9. Categoria: Tema - POLÍTICA PÚBLICA

Para concluir foi investigado nesta última categoria a opinião das participantes quanto a possibilidade da Secretaria da Educação implementar uma política pública de educação sexual nas unidades escolares enquanto rede ou deixar a critério das equipes escolares. A partir das respostas das participantes elencamos uma subcategoria: Uma política enquanto Rede.

Tabela 10

Resultado das Categorias da Temática Específicas 3 e subcategorias

CATEGORIA ESPECÍFICA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA	RESULTADO DOS DEPOIMENTOS GESTORES
3 Política Pública	Depoimento da importância da SME implementar projetos de educação sexual enquanto rede ou deixar para as equipes escolares.	ENQUANTO REDE	Dois gestores não concordam no trabalho em comum em rede, presam pela autonomia, Cinco gestores acreditam na importância do trabalho em rede, por que dá segurança . Consideram um assunto ainda polêmico com muitos tabus

Fonte: Tabela elaborada pela Pesquisadora.

9.1 Subcategorias: Enquanto Rede.

Diante das falas dos gestores Mariana, Valesca, Samara, Analisa e Romilda nota-se que as mesmas sentem a necessidade de trabalhar a educação sexual na escola, contudo com um respaldo da secretaria da educação instituindo políticas públicas para a Rede Municipal. Considerando isso, Verônica e Roberta não acredita que se faz necessário desenvolver ações acerca da temática enquanto rede pensa que, a escola tem autonomia em escolher quais projetos a desenvolver: “... *fica muito difícil trabalhar em rede isso*” “... *eu acredito que cada escola tem a sua peculiaridade né?*” “... *então deveria cada escola trabalhar o seu. o seu tema*” (Verônica /EMEF).

“... *é difícil né... eu acho assim não*”. “...*todos os municípios né todos*” “...*é como eu falei não é um trabalho fácil a ser realizar né, mas eu acredito que ele é*

importante e ele tá sim né acho que eu tô vendo né eu tô percebendo agora que é tá na pauta sim né” (Roberta/EMEF)

Desta forma, as falas das participantes esclarecem necessidade de se respaldarem em rede enquanto política pública.

“... Eu acho que enquanto rede seria bom pra gente pelos menos assim é movimentar, sabe fazer um movimento de rede.” “...então eu penso que como rede seria a forma de fazer esse movimento importante e das pessoas perceberem que não é só a questão de matemática, português, ciência, história e geografia é então a criança enquanto ser e pessoa ela precisa se envolver a sexualidade dela enquanto pequena, então ela precisa saber de coisa que muitas vezes eu acho que a gente não fala na nesta fase da idade “ (Mariana/CER) .

“... eu acho que uma política enquanto rede, acho muito importantíssimo” “... eu acho da ...” “... tem acontecido da educação sexual né ! “...eu acho que ela foi tomando uma proporção que não dá mais se falar em questão de escola, a rede inteira tem que falar uma linguagem, pra falar um a mesma linguagem tem que ter uma política de rede.” (Valesca /EC).

“... eu acho que a secretaria tem” “... que respaldar o trabalho das escolas, tinha que vir da secretaria a orientação pra que se trabalho fosse realizado até por que respaldo de cada um ade nós”. (Samara/CER)

“... A rede municipal não pode fechar os olhos pra isso, então me preocupou muito quando foi tirado do plano municipal por que nós regredimos à vez de avançarmos né!” “... então tem que ser uma política vinda de cima, como, né!”. “... respaldo pra escola, pra que a escola possa atuar e cumpri o seu papel na sociedade” (Analisa/CER).

...”muito importante ...No momento esta sendo a critério de cada unidade escolar, por que, como eu coloquei existe ainda uma dificuldade muito grande de ãã~ate mesmo de termos teóricos né com relação ao profissional que atua e trabalha na rede , então assim se ele tivesse na capacitação específica ele poderia então também porque os próprios profissionais fazem parte da nossa sociedade , eles também foram criados dentro de uma cultura bastante restrita né assim com relação ao tema de sexualidade. (Romilda, CER)

Evidenciamos nas falas dos gestores o reconhecimento da inserção da educação sexual no âmbito escolar, e que as mesmas sozinhas encontram dificuldade na implementação nas escolas devida vários fatores que as impedem, sendo esses: formação acerca da temática para todos envolvidos com a criança incluindo a família, respaldo da secretária enquanto política pública para que todos da rede possam dentro de cada realidade desenvolver um trabalho de forma mais segura e natural superando os preconceitos, tabus que são enfrentados nas demandas cotidianas na escola.

Conforme sinaliza Maia (2014)...”a escola nunca será neutra nas questões da sexualidade, e todos os envolvidos principalmente os professores precisam assumir sua responsabilidade nas formações dos alunos incluindo à sexualidade”. Sendo assim, se faz necessário à figura do gestor escolar em articular o processo das ações pedagógicas com os

profissionais. Na contemporaneidade a escola é um espaço da diversidade, para tanto cada vez mais está ficando complexo e exigente, e todos precisam ter táticas, formação e competência para essa transformação que é uma realidade social.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos trazer um pouco da realidade vivenciada no âmbito escolar acerca da sexualidade, neste contexto da pesquisa procuramos certificar três eixos que se articulam: Gestores Escolares, Formação Educação Sexual, Projeto Político Pedagógico.

Os gestores escolares que participaram da formação inicial em educação sexual, e que são participantes do presente estudo, nos mostraram as dificuldades que tiveram em desenvolver em conjunto com a equipe escolar ações planejadas no PPP acerca da sexualidade para uma demanda tão evidente no âmbito escolar. Nesta perspectiva procuramos lançar um olhar sobre a importância da implementação da educação sexual nas escolas, e conseqüentemente, os gestoras nos trouxeram na presente pesquisa alguns apontamentos para que essa prática torne-se uma realidade tão necessária na contemporaneidade.

Neste contexto, a literatura científica tem nos mostrado que a instituição escolar é um dos lugares imprescindíveis para iniciar um trabalho de educação sexual, e nesta pesquisa ficou evidente essa necessidade. Os gestores nos esclarecem da importância do envolvimento das famílias nesta conjuntura, devido à existência de muitos tabus e preconceitos até mesmo dos profissionais que atuam indiretamente com os alunos.

Diante de tantas discussões por parte governamental nas três esferas, e das inserções de leis, reconhecimento da UNESCO, e especificamente em relação aos PCN para serem trabalhados como tema transversal, e que historicamente sabemos que poucos foram utilizados no âmbito escolar e que os profissionais da educação não tiveram formação

continuada para estar aptos a desenvolver e colocarem em os conteúdos sugeridos pelo PCN, portanto poucas mudanças ocorreram. Recentemente, no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos Planos Estaduais e Municipais, as metas arroladas ao combate à discriminação e desigualdade de gênero têm provocado intenso debate público em todo o país. As discussões se intensificaram desde junho de 2014, e podemos dizer que há um retrocesso quanto a prosseguimento de trabalhar essa temática no âmbito escolar. O ministério da Educação (MEC) retirou do documento da ⁴³Base Nacional Comum curricular (BNCC), entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE), parte do texto que narravam que os estudantes tinham que respeitar a orientação sexual dos demais. Na BCNN, foi suprimida a expressão “orientação sexual” e “gênero”.

Os municípios por questão religiosa e morais, não estão reconhecendo a importância de serem desenvolvidas ações pelos próprios profissionais das escolas e estão se safando desta responsabilidade passando para outros profissionais externos para estarem tratando desta temática, sendo que esses não tem vínculo com os alunos.

O poder público deste município não está preocupado na continuidade de uma educação sexual e, sim, de trabalhos pontuais preferencialmente trabalhos estes com um caráter biológico ou higienista. Neste sentido, verificou-se que os gestores deste município que participaram da formação em educação sexual demonstraram que foi de grande valia para eles mesmos enquanto ser sexuado tem participado a formação e solicitam que o município estende para todos os outros profissionais das escolas enquanto política pública e torna-se essa temática como uma proposta de política educacional para que a Rede municipal, para que em conjunto possa desenvolver ações de acordo com cada realidade local. Desta forma, a educação sexual passa a ser tratada naturalmente no âmbito escolar como conteúdo dos

⁴³ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

alunos de forma que os levam a debater e sanar suas dúvidas com seus questionamentos em todos os aspectos e assim não sendo um trabalho isolado no contexto escolar.

Fica evidente nesta pesquisa que os gestores consideram que é de suma importância desenvolver um trabalho coletivo para discutir no PPP, e com mais tempo para que esse documento torne-se real e que na prática todos possam a vir participar de forma democrática nesse debate, incluindo as famílias. Neste sentido, a formação para todos é imprescindível com o intuito de prepará-los para desenvolverem atividades enquanto projeto nas escolas. Desse modo, os resultados desta dissertação nos apontam para a necessidade de um investimento voltado às necessidades e práticas dos gestores e equipe escolar:

- Viabilidade na construção do PPP de forma mais coerente com a realidade, para que possam ter tempo e espaço para desenvolver um trabalho coeso e democrático em conjunto com a equipe e comunidade local;

- Respaldo da Secretária da Educação para que todos os gestores possam ter mais autonomia e credibilidade em seu trabalho desenvolvido dentro das necessidades reais nas questões pedagógicas;

- Formação em educação sexual para todos os envolvidos com os alunos no âmbito escolar;

- Implementação de políticas públicas na educação sexual de acordo com o desenvolvimento de cada faixa etária, assim será um trabalho de continuidade dentro das unidades escolares e não pontuais, ampliando de forma interdisciplinar por meios de projetos.

Para finalizarmos, queremos destacar a relevância desta pesquisa, por abarcar esta temática sendo esta uma necessidade contemporânea dentro de uma realidade escolar, entretanto, não podemos nos calar desconsiderando esse tema tão proeminente a vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

- Altman, H. (1999). Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 24 jun.2017.
- Alberti, V. (1990). História oral: a experiência do cpdoc. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Almeida, M.E.B. (2002), Como se trabalha com projetos (Entrevista). Revista TV ESCOLA. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, nº 22, março/abril.
- _____. Educação, projetos, tecnologia e conhecimento. São Paulo: PROEM, 2002.
- Araújo, C. M. M. & Almeida, S. F. C. (2003). De. Psicologia Escolar Institucional: desenvolvendo competências para uma atuação relacional. In: Almeida, S. F. C. De (Org.). Psicologia Escolar: Ética e competências na formação e atuação profissional. Campinas: Editora Alínea. (p. 59-82)
- Arroyo, M. (2010). Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113. (p. 1381-1416)
- Bardin, L. (1977) Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Bogdan, R.& Biklen, S.(1994)-Características da investigação qualitativa. In: Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora,(p.47)
- Bonfim, C. (2012). Desnudando a educação sexual. (Coleção Papyrus Educação). Campinas, SP: Papyrus.
- Bonfim, S. S. (2009). Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão. Recuperado em 02 de junho, 2017.
- <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SANDRA-SOUZA-BOMFIM.pdf>

- Barroso, J.(1996) O estudo da escola. Porto: Porto Editora.
- Bordignon, G. & Gracindo, R. V (2004). Gestão da educação: o município e a escola. In: Ferreira, N.S.C. & AGUIAR, M.A.S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4 ed. São Paulo: Cortez (p. 147-176).
- Brasil Ministério da Educação (2006) INEP/MEC. (2006) Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- Brasil (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais: 3ºe 4º Ciclos do Ensino Fundamental: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/ SEF.
- Brasil (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais: 3ºe 4º Ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Carrer, A. C.(1999) A Construção do projeto político-pedagógico do CEFAM Butantã: um Exercício de autonomia escolar? Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Educação Da Universidade de São Paulo, São Paulo. (175 f).
- Conferência Nacional de Educação (2010)- CONAE. Documento Final,.
- De La Torres, S. & Barrios, O (2002): curso de Formação para Educadores, São Paulo, Madras Editora Ltda.
- De Rossi, V. L. (2006) Gestão do Projeto Político-pedagógico: entre corações e mentes. São Paulo: Moderna, (Coleção cotidiano escolar).
- Canela J. O.(2011). Controle judicial de políticas públicas. São Paulo: Saraiva, (Cap. III, item 5, p. 147-168)
- Campos, C. J. G & Turato E. R(2009) Rev Latino-am Enfermagem março-abril; 17(2) www.eerp.usp.br/rlae.

- Cavalcanti, R. C.(1993). Educação sexual no Brasil e América Latina. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 3(1), p164-177.
- Cruz, O. Nt. (1994). O trabalho de campo como descoberta e criação In: Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Gomes. R (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (23a ed., pp. 51-66). Petrópolis, RJ: Vozes.
- De Rossi, Vera Lúcia. Projetos Político-pedagógicos emancipadores: histórias ao contrário. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 23, n. 61, p. 318-337, dez. 2003.
- Direitos Humanos. – 4a ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 441 p.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar, Curitiba*, n. 24, p. 213- 225.
- Fazenda, I. C. A (1993) Práticas interdisciplinares na escola. *Revista Educação e linguagens, Campo Mourão*, v.2, n.3, Jul/dez São Paulo: Cortez.
- Fazenda, I. C. A (1994). *Interdisciplinaridade: História, teoria e Pesquisa*. São Paulo: Papyrus.
- Figueiró, M. N. D. (1999). *Educação sexual no dia a dia: 1ª coletânea*. Londrina, PR: Moriá Gráfica e Editora Ltda.
- Figueiró, M. N. D. (2001). *Educação sexual: Retomando uma proposta, um desafio* (2a ed.). Londrina, PR: Eduel.
- Figueiró, M.N. D.(2006). Educação Sexual: Como ensinar no espaço da escola. *Linhas*, 7(1). Recuperado 23 de junho de dois mil e sete
<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>
- Figueiró, M. N. D. (2006). Formação de Educadores Sexuais: adiar não é possível – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel (Coleção Dimensões da Sexualidade).
- Figueiró, M. N. D. Ribeiro. P. R. M., & Melo, S. M. M. (Orgs.). (2009). Educação sexual no Brasil: Panorama de pesquisa do sul e do sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica.

- Figueiró, M. N. D. (2010). Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio (3a. Ed. Rev. E atualizada). Londrina: Eduel.
- Figueiró, M. N. D. (2013). Educação sexual no dia a dia. Londrina, PR: Eduel.
- Fonseca, M.(2003) O projeto político-pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola: Duas concepções antagônicas de gestão escolar. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 302-318.
- Foucault, M. (2009). História da Sexualidade I: a vontade de saber. 19. Ed Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2012). História da Sexualidade II: o uso dos prazeres (M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Freire, P.(1983) Vivendo a aprendendo: experiências do IDAC em educação popular. São Paulo: Brasiliense.
- Freire, P (1959). Educação e atualidade brasileira. Recife, Universidade do Recife (Tese de concurso par a Cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco).
- _____ (1999). Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, P (1996) Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: 19^a edição editora Paz e Terra, Coleção Leitura.
- Freire, P (2001) Garcia, C. M (1995): Formação de Professores – para uma mudança Educativa, Porto, Porto Editora.
- Garcia, L. J. V. (2005) O processo de educação sexual na escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de professores da rede municipal de ensino de Camboriú- SC sobre educação sexual. 81 f. Dissertação (Mestrado Educação e Cultura) – Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, Florianópolis.

- Gil, A C. (2008.) Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. Ed. - São Paulo: Atlas,
- Gomes, N. L. (2001) Educação cidadã, Etnia E Raça: O trato pedagógico da diversidade. In: Cavalleiro, E. (Org). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, p. 83-96.
- Hernández, Fernando & Ventura Montserrat. ,(1998) *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- _____.*Cultura Visual, Mudança Educativa e Projeto de Trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- Hernández, F.(2000) *Cultura visual, mudança na educação e projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed.
- Laville, C & Dionne, J A (1999) *Construção do saber - manual de metodologia da pesquisa em Anísio Teixeira, Ciências humanas / Christian Laville e Jean Dionne; tradução o Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: editoraufmq.*
- Lakatos, e. M.; Marconi, M. De a. - fundamentos de metodologia científica. 4.ed., são paulo, atlas, 2001. 288p.
- Lei n. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro) Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.
- Lei Constituição da República Federativa do Brasil.(1988). Brasil. Ministério da Educação e Cultura.
- Lei Plano Nacional de Educação (2001. p.123). PNE. Brasília: Inep, Brasil. Ministério da Educação.
- Lei municipal nº 6.251, de 19 de abril de 2.005 texto compilado (vide Câmara municipal de Araraquara estado de São Paulo.

- Leão, A. M. C. (2009) Estudo analítico- descritivo do curso de pedagogia da unesp- Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos. 2009. 343 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara,.
- Leão, A. M. C. (2012). A percepção do (a)s professore (a)s e coordenadores (a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. Relatório de Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Araraquara.
- Leão, A.M. de C & Silva, C.B (2015), Apontamentos de um curso de extensão: formação de gestores em sexualidade e educação sexual. 8º Congresso de extensão universitária da UNESP, (p.1-4), Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/142214> >.
- Leão & Ribeiro & Bedin (2010), A Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores Florianópolis, v. 11, n. 01, jan. / jun.(p. 36 – 52).
- Leão, A.M, de C (2016): Concepção dos Profissionais da Educação e Pais sobre sexualidade e Educação Sexual: elaboração, aplicação e avaliação de cursos interventivos voltados para pais, professores e alunos. Relatório de pesquisa apresentado à Fapesp. Pesquisa regular. Processo n. 22432-0/2013.
- Libâneo, J. C.(2004) Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. (p.319) Ed. Goiânia: Alternativa.
- Louro, G. L. (2003). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.5. ed. Petrópolis, Vozes.
- Lück, H (2001), Gestão Educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 2 ed. São Paulo, Cortez.

- Lück, H (2007). *Pedagogia Interdisciplinar Fundamentos Teórico-Metodológicos*. Petropolis: 15ª edição Editora Vozes.
- Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 15(1), Maia, A. C. B. Sexualidade e educação sexual. Texto utilizado no Ambiente virtual da aprendizagem. Programa Refedor, Curso de Especialização em Educação Especial, UNESP, Nead, 2014. (pp.75-84.)
- Maia, A. C. B (2014). Sexualidade e educação sexual. Texto utilizado no Ambiente virtual da aprendizagem. Programa Refedor, Curso de Especialização em Educação Especial, UNESP, Nead.
- Marcuschi, L. A.(2001) *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986. 94 p. _____. *Da fala para a escrita: atividades de textualização*. São Paulo: Cortez., 133 p.
- Melo, S. M. M. (2004) O invólucro perfeito: paradigmas de corporeidade e formação de educadores. In: RIBEIRO, P.R.M. (Org.). *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, p.73-113.
- Morin, E. (2010) *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- _____. *A via para o futuro da humanidade*. Tradução de Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013.
- _____. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. Almeida & Maria da C & Carvalho, E. de A. (Orgs.). São Paulo: Cortez. 2009.
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget. 2001. 11
- _____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. Brasília: UNESCO, 2000. P. 39.

- Nardi, H. C., & Quartiero, E. (2012) Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, (11) p 59-87.
- Nunes, C.; Silvia, E. (2000) A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas Práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Tópicos e objetivos de aprendizagem. -- Brasília: UNESCO, il.
- Pabis, N. A. (2012) Diagnóstico da realidade do estudante: desafio para o professor no momento do planejamento e da prática pedagógica. IX ANPED SUL. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.
- Pacheco, J.A & Flores, M^a. A. (1999): formação e Avaliação de professores, Porto, Porto Editora.
- _____, (org.) (2000): Políticas de Integração Curricular, Porto, Porto Editora.
- Padilha, P. R. (2007) Planejamento dialógico: como construir o projeto político Pedagógico. 7. Ed. São Paulo: Cortez,. (Guia da escola cidadã, 7).
- Pereira, M. Z da C (2004). Projeto Político-pedagógico: debate emergente na escola atual. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Princípios De Yogyakarta: (2014) Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (Sonia Onufer Corrêa Vitit Muntarhorn) Autores Associados, Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro 53 p.
- Ramos, M. N. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: Frigotto, Gaudêncio; Ciavatta, M (org.). Ensino médio: ciência, cultura e trabalho. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004.
- Ribeiro, P.R. M. (1990). Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU

- Ribeiro, P. R. M. (Org.) (2004). *Sexualidade e educação: Aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciências.
- Ribeiro, P. R. C. (2002). *Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental*. Tese (Doutorado no Instituto de Ciências Básicas da Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Ribeiro, P. R. C.(2013) *Revisitando a historia da educação sexual no Brasil*, In Ribeiro, Paula Regina Costa (Org.). *Corpo, gêneros e sexualidade:questões possíveis para o currículo escolar*.2.ed Rio Grande: FURG, p.11-16) (caderno pedagógico- anos Iniciais)
- Ribeiro, P. R. C & Magalhães, J, C (2017): *Debates Contemporâneos sobre Educação para a sexualidade / [organizações] – Rio Grande: Ed. D FURG, 284p ISBN978-85-7566-461-2*.
- Ruiz, A. R & Bellini, L. M (1998) *Ensino e conhecimento: elementos para uma edagogia da ação*: Ed. UEM.
- Sayão, R. (1997) *A educação sexual nossa de cada dia*. São Paulo: FDE,. P.269-281. (Série Idéias, n. 28).
- Seffner, F. (2009) *Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar*. In: Junqueira, R. *Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, p. 125-139.
- Silva,T,T da. (2007), *Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica; (p.156).
- Souza, C (2006) *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias (online). N.16,. ISSN 1517-4522. [Http://dx.doi.org/10.1590/S1517-5222006000200003](http://dx.doi.org/10.1590/S1517-5222006000200003).(11/06/2017) pp.20-45).

- Teixeira, H. J. (2003) Da Administração Geral à Administração Escolar: Uma Revalorização do Papel do Diretor da Escola Pública. São Paulo – SP: Editora Edgard Blucher Ltda.
- Trivinhos, A. N. S. (1987)- Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 175p.
- Thomas, J.W. (1998). Project-based learning: Overview (Ensino com abordagem de projeto: visão geral). Novato, Califórnia: Instituto Buck para Educação.
- Thomas, J.W. (2000). A review of research on project-based learning (Análise da pesquisa sobre ensino com abordagem de projeto). San Rafael, Califórnia: Autodesk.
[Http://web.archive.org/web/20030812124529/www.k12reform.org/foundation/pbl/research/arch/](http://web.archive.org/web/20030812124529/www.k12reform.org/foundation/pbl/research/arch/)*
- Veiga, I. P. A. (2003) Inovações e projeto político-pedagógico: uma ação regulatória ou emancipatória? Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez.
- Veiga, I. P. A. (2006) (org.). Projeto político- pedagógico da escola: uma construção possível. 22. ed. Campinas, SP: Papirus
- Vianna. C. (2012) Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143.
- Villas-Boas, B. M. de F.(1998) Planejamento da avaliação escolar. Pró-posições, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov.
- Werebe, M. J. (1998). A implantação da educação sexual no Brasil. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, Webere, M.J.G Sexualidade, política, educação. São Paulo: Autores Associados. n.26, p.21/27.
- Yus, R.(1988) p.17. Temas transversais: em busca de uma nova escola. Tradução de Ernani F. Da F. Da Rosa. Porto Alegre: Artmed.

Internet

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei> no dia 13/05/2017 as 18:37 definição de Lei

<https://dicionarioaurelio.com>

Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/tabu>>. Acesso em: 26 May. 2017

<https://dicionarioaurelio.com>

Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/preconceito>>. Acesso em: 26 May. 2017

<https://dicionarioaurelio.com/>

Publicado em: 2016-09-24, revisado em: 2017-02-27

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/discriminacao>>. Acesso em: 26 May. 2017

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/sexualidade>>. Acesso em: 02 Jun. 2017

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/tecnica>>. Acesso em: 02 Jun. 2017

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/ciencias>>. Acesso em: 04 Jun. 2017

Disponível em: <<https://dicionarioaurelio.com/holismo>>. Acesso em: 04 Jun. 2017

<https://www.significados.com.br/sine-qua-non/>. Acesso em 11 Jun. 2017

<https://www.significados.com.br/unesco/> acesso em 13 Jun. 2017

https://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso acesso em 13 Jun. 2017

<https://nacoesunidas.org/agencia/cepal/> acesso em 13 jun 2017

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> acesso em 20 de jun de 2017

<http://www.dicionarioinformal.com.br/setting/acesso> em 20 de jun.2017

APÊNDICE A

Ofício para a Secretaria da Educação do Município.

Ilm^a Sr^a
Arary Ferreira
Secretaria da Educação
N E S T A

Araraquara, 25 de março de 2016.

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, solicitar autorização de Vossa Senhoria para desenvolver uma pesquisa de Mestrado que será desenvolvido junto ao departamento Psicologia do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista– UNESP “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara, cujo título *GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual*.

O projeto de pesquisa que tem por objetivo investigar a atuação profissional do Gestor Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação Sexual.

Assim, no decorrer do ano de 2016 temos a pretensão de contatar as Unidades Escolares do Ensino Fundamental, os Gestores Escolares, (diretoras) e os profissionais da educação que participaram da formação inicial de Gestores na temática Educação Sexual, oferecida no ano de 2013 e 2014, em uma parceria com a Secretaria da Educação por meio do Centro de Desenvolvimento Profissional Paulo Freire (CEDEPE) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

Vale esclarecer que as informações obtidas no contato com esses profissionais serão utilizadas para fins acadêmicos e científicos, resguardada a identidade da secretaria, assim como dos Gestores Escolares participantes.

Aguardamos o deferimento para a realização desta pesquisa.

Colocamo-nos à disposição para qualquer informação que se fizer necessária. Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

Andreza Marques de Leão
Profa. Dra.do Departamento de Psicologia da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

CONTATOS: Ana Maura Martins Castelli Bulzoni – Telefone (16)981461712 ou 33243581
E-mail: mauradil@gmail.com

APÊNDICE B

Ofício para os Diretores de Escola.

Ilm^a Sr^a
Diretor de Escola Da Educação Básica.
Secretaria da Educação
N E S T A

Araraquara, 13 de abril de 2016.

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, informar a Vossa Senhoria que estou desenvolvendo uma pesquisa de Mestrado junto ao departamento Psicologia do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista– UNESP “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara, cujo título *GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual*.

O projeto de pesquisa tem por objetivo investigar a atuação profissional do Gestor Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação Sexual.

Nesta perspectiva, no decorrer do ano de 2016 contamos com a colaboração e autorização de Vossa Senhoria para a efetivação deste projeto de pesquisa.

Deste modo a mesma direcionará aos gestores escolares deste município que finalizaram a formação inicial de Gestores na temática Educação Sexual, oferecida no ano de 2013 e 2014, em uma parceria com a Secretaria da Educação por meio do Centro de Desenvolvimento Profissional Paulo Freire (CEDEPE) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

Vale esclarecer que as informações obtidas serão utilizadas para fins acadêmicos e científicos, resguardada a identidade de Vossa Senhoria e da Secretaria.

Colocamo-nos à disposição para qualquer informação que se fizer necessária, em breve entrarei em contato.

Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

Andreza Marques de Leão
Profa. Dra.do Departamento de Psicologia da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

CONTATOS:

Ana Maura Martins Castelli Bulzoni – Telefone (16)981461712 ou 33243581

E-mail: mauradil@gmail.com

APÊNDICE C

Ofício reiterando a solicitação para a atual Secretária da Educação

Ilm^a Sr^a
Clélia Mara dos Santos
Secretária da Educação
N E S T A

Araraquara, 16 de fevereiro de 2017.

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste, reiterar a solicitação do guichê nº 017907/2016 a Vossa Senhoria com o intento de prosseguir o projeto de pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvido junto ao departamento Psicologia do Programa de Pós Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista– UNESP “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara, cujo título *GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual*.

O projeto de pesquisa tem por objetivo de investigar a atuação profissional do Gestor Escolar na construção do Projeto Político Pedagógico no que tange a Educação Sexual. (anexos os documentos).

Nesta segunda etapa do projeto de pesquisa de mestrado abrange a pretensão de realizar neste primeiro semestre de 2017, as entrevistas com os gestores escolares que participaram da formação inicial de Gestores na temática Educação Sexual, oferecida no ano de 2013 e 2014, em uma parceria com a Secretaria da Educação por meio do Centro de Desenvolvimento Profissional Paulo Freire (CEDEPE) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara. (anexo à relação dos gestores). Aproveitamos a informá-la que os mesmos já foram contatados no ano de 2016, estão cientes e ratificaram a participação neste.

Vale esclarecer que as informações obtidas no contato com esses profissionais serão utilizadas para fins acadêmicos e científicos, resguardada a identidade da secretaria, assim como dos Gestores Escolares participantes.

Aguardamos o deferimento de Vossa senhoria para darmos a continuidade neste projeto de pesquisa de mestrado.

Colocamo-nos à disposição para qualquer informação que se fizer necessária. Desde já agradeço a atenção.

Atenciosamente,

Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

Andreza Marques de Leão
Profa. Dra.do Departamento de Psicologia da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-FCLAr) de Araraquara.

CONTATOS: Ana Maura Martins Castelli Bulzoni – Telefone (16)981461712 ou 33243581 E-mail : mauradil@gmail.com

APÊNDICE D

ROTEIRO DA ENTREVISTA

INFORMAÇÕES GERAIS.

1 - Vocês tem projeto nesta Unidade Escolar?

1.1 Se sim que tipo? Se não por quê?

1.2 Se sim, como é escolhido o tema?

1.3 Quem participa deste projeto?

1.4 Qual é a intenção de desenvolver projeto na escola?

2- Nesta unidade escolar tem Projeto político pedagógico (PPP) e / ou plano anual ?

2.1 Se existe os dois, qual a diferença entre eles?

2.2 Quais é o objetivo deste planejamento?

2.3 Ele é interdisciplinar?

2.4 Há quanto tempo vocês utilizam esse planejamento?

2.5 Como é a participação da equipe escolar na construção do mesmo?

2.6 Quem são os protagonistas na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP)?

2.7 Todos da equipe escolar têm voz neste planejamento?

2.6 Que tipo de ações são planejados neste PPP(projeto político pedagógico) ou no Plano anual?

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS.

3. Você participou e terminou a formação inicial da Educação Sexual no ano de 2013 e 2014?

3.1 Se sim, o curso contribuiu no seu cotidiano escolar? Se sim quais foram estas contribuições? Se não que aspectos você elenca para tanto?

3.2 Vocês têm realizado intervenções enquanto projeto relacionado a este tema? Se sim que intervenções foram estas?

4. Enquanto gestor, você observa a demanda nesta escola com relação ao tema 'educação sexual?
 - 4.1 Se sim, a partir de que idade dos alunos nota esta demanda?
 - 4.2 Você percebe uma demanda referente a assuntos como gênero, preconceito e outros correlatos?
 - 4.3 Como a equipe escolar trabalha cada situação?
5. Nesta unidade escolar é costumeiro constar no Projeto Político Pedagógico ações independentes de ter uma demanda sobre a temática da Educação Sexual?
 - 5.1 Caso tenha ações, de que forma as mesmas são planejadas?
 - 5.2 Caso não tenha, por que não tem?
 - 5.3 Você faz as devidas intervenções para que haja ações?
6. Você oferece nas reuniões pedagógicas momentos de reflexão nesta temática?
 - 6.1 Se Sim, quais são os temas?
 - 6.2 Se não, por que não?
7. Você acredita que é importante trabalhar essa temática com os alunos ?
 - 7.1 Se sim, qual a sua sugestão referente aos tipos de ações?
 - 7.2 Quais são as pessoas que deveriam realizar esse trabalho?
8. Qual a sua opinião em relação a trabalhar esse tema com a família?
 - 8.1 Se acham importante, como e quem deveria realizar esse trabalho?
 - 8.2 Se não acha importante, por que não?
9. Você acredita que a Secretaria da Educação deveria implementar essa política enquanto rede ou deixa a critério de cada unidade escolar?
 - 9.1 – Se sim, por quê?
 - 9.2 – Se não por quê?
10. Enquanto gestor escolar e responsável na unidade escolar, você considere que contribuiu na implementação desta temática? Muito Obrigada!

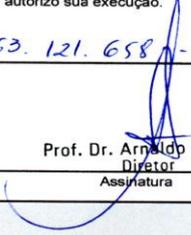
ANEXO A

TERMO DE COMPROMISSO DO CÔMITE DE ÉTICA



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 7			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI			
6. CPF: 081.338.348-05		7. Endereço (Rua, n.º): PROFESSOR LYSANIAS DE OLIVEIRA CAMPOS, 206 JARDIM ACLIMACAO ARARAQUARA SAO PAULO 14806111	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 16981461712	10. Outro Telefone:
		11. Email: mauradil@gmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p style="text-align: center;">Data: <u>25</u> / <u>11</u> / <u>2016</u></p> <p style="text-align: right;"> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara		13. CNPJ: 48.031.918/0026-82	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (16) 3301-6224		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>ARNALDO CORTINA</u> CPF: <u>963.121.658-68</u></p> <p>Cargo/Função: <u>DIRETOR</u></p> <p style="text-align: center;">Data: <u>29</u> / <u>11</u> / <u>2016</u></p> <p style="text-align: right;"> Prof. Dr. Arnaldo Cortina Diretor Assinatura</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO B TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Araraquara



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

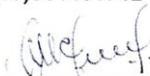
1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa: "GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual", que tem por objetivo investigar a atuação interventiva em sexualidade dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em Educação Sexual da rede municipal do interior do estado de São Paulo no período de 2013 e 2014, buscando conhecer se há ações e projetos de sexualidades nas escolas, e se consta no projeto político pedagógico das mesmas.
2. Os resultados contribuirão para compreensão da realidade no que diz respeito à demanda e a necessidade da rede municipal de ensino no interior do Estado de São Paulo, no que tange a temática de Educação Sexual no âmbito escolar.
3. A pesquisa, utilizando a metodologia de pesquisa qualitativa, consistirá na aplicação de entrevistas (gravada em áudio) junto aos gestores e posteriormente a análise dos dados, dessa forma, pretende-se mostrar a relevância deste assunto para que eles obtenham melhor visibilidade no contexto escolar acerca da educação sexual. Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida por Ana Maura Martins Castelli Bulzoni do curso de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, sob orientação da Profa. Dr.^a Andreza Marques de Castro Leão;
4. O benefício da sua participação na pesquisa será contribuir para a compreensão da realidade da educação sexual nas escolas da educação Básica da rede municipal de Araraquara, e dos desafios, consequências e implicações que a equipe escolar enfrentam ao implementá-la essa temática no âmbito escolar.
5. A qualquer momento da realização dessa pesquisa você poderá receber os esclarecimentos adicionais que julgar necessários e poderá recusar-se a participar ou retirar-se da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo por parte da pesquisadora ou da instituição.
6. O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados, e especificamente, nenhum nome, isto é, identificações de pessoas, tampouco locais serão divulgadas. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins unicamente acadêmico-científicos e apresentados na forma de dissertação, não sendo utilizados para qualquer fim comercial.
7. A participação na pesquisa não acarretará custos para você, bem como nada será pago por sua participação.
8. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes. Você receberá uma via



deste termo onde consta o telefone e o endereço de e-mail do pesquisador, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento no futuro.



Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
mauradil@gmail.com
(16)981461712



Profa. Dr.ª Andreza Marques de Castro Leão
andrezaleao@fclar.unesp.br
(16) 3334-6340

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Local e data: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa

ANEXO C

CARTA DE APRESENTAÇÃO

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, Ana Maura Martins Castelli Bulzoni, aluna do curso de Pós-graduação, em nível de mestrado do Programa de Mestrado em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, sob orientação da professora Dr^a Andreza Marques de Castro Leão venho por meio desta, apresentar a pesquisa: “*GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual*”, que tem o objetivo em investigar a atuação interventiva em sexualidade dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em Educação Sexual da rede municipal do interior do estado de São Paulo, buscando conhecer se há ações e projetos de sexualidades nas escolas, e se consta no projeto político pedagógico das mesmas.

Os resultados contribuirão para compreensão da realidade no que diz respeito à demanda e necessidade da rede municipal de ensino no interior do Estado de São Paulo, no que tange a temática de Educação Sexual no âmbito escolar.

Nesta etapa do projeto serão coletadas informações por meio de entrevistas gravadas em áudio para posterior transcrição.

Esclarece-se que será assegurado tanto à escola e a todos os gestores participantes da pesquisa o anonimato e a confidencialidade bem como a possibilidade de desistir da pesquisa a qualquer momento. Vale ressaltar ainda que as informações reunidas serão usadas, unicamente, para fins desta pesquisa e de trabalhos que dela se desdobrarão. Desta forma informa-se que uma cópia com o resumo do projeto será disponibiliza a esta instituição de ensino. Informa-se também a disponibilidade para qualquer esclarecimento durante tempo de execução deste projeto nos seguintes contatos: Ana Maura Martins Castelli Bulzoni e-mail: mauradil@gmail.com, telefone: 16- 981461712 e Prof^a Dr^a Andreza Marques de Castro Leão e-mail: andrezaleao@fcl.unesp.br, telefone 16-33 34- 6340.

Na esperança de contar com sua colaboração deixo meus agradecimentos,

Atenciosamente, 
Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
Mestranda em educação Sexual -UNESP

ANEXO D PARECER DO CÔMITE DE ÉTICA



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTOR ESCOLAR: sua influência na construção do projeto político pedagógico no que tange a educação sexual.

Pesquisador: ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 62590116.4.0000.5400

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus Araraquara

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.894.375

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa investiga a atuação interventiva em sexualidade dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em Educação Sexual da rede municipal do interior do estado de São Paulo. O objetivo desta investigação é saber se nas escolas em que estes gestores atuam existem ações e projetos de sexualidades e se estes projetos constam no projeto político pedagógico das mesmas. O pesquisador entrevistará os gestores participantes e analisará o Projeto Político Pedagógico das escolas.

Objetivo da Pesquisa:

"Investigar a atuação interventiva em sexualidade dos gestores escolares que participaram de um curso de extensão em Educação Sexual da rede municipal do interior do estado de São Paulo, buscando conhecer se há ações e projetos de sexualidades nas escolas, e se consta no projeto político pedagógico das mesmas."
Objetivos secundários:

"Constatar a existência do documento oficial da escola, o Projeto Político Pedagógico (PPP), e investigar quem são os protagonistas que participam na construção deste documento; •Averiguar

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

UF: SP

Município: ARARAQUARA

CEP: 14.800-901

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 1.894.375

se no documento Projeto Político Pedagógico existe ações, projetos a temática de ed. Sexual; •Constatar com os gestores escolares que participaram da formação continuada realizada em parceria com a Universidade "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) e Secretaria Municipal da Educação do interior de São Paulo, quanto à temática da educação sexual, e quais são as influências para a implementação da mesma nas questões pedagógicas e políticas no planejamento das ações educacionais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Além da análise ao Projeto Político Pedagógico das escolas, a pesquisadora entrevistará sete Gestores Escolares do Município de Araraquara SP que participaram da formação a continuada realizada em parceria com a Universidade "Júlio Mesquita Filho" (UNESP) e Secretaria Municipal da Educação do interior de São Paulo, quanto à temática da educação sexual.

Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, se contrapostos aos benefícios gerados pela pesquisa. Além disso, o pesquisador se compromete a fazer todos os esclarecimentos necessários, respeitar o desejo do participante, caso não queira continuar a participar da pesquisa e amante discricção.

O comprometimento do pesquisador em manter o sigilo dos nomes dos participantes aparece no TCLE, onde le-se: "O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados, e especificamente, nenhum nome, isto é, identificações de pessoas, tampouco locais serão divulgadas."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa de caráter científico de extrema importância, pois visa investigar se de fato a participação dos gestores nos cursos ofertados pela Unesp tem tido resultados na prática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está muito bem redigido de forma clara e objetiva.

Nele a pesquisadora garante o sigilo dos nomes dos participantes e a indenização diante de eventuais danos causados pela participação nesta pesquisa.

O pesquisador, no entanto, não fala dos riscos da pesquisa neste documento, mas como os riscos são mínimos e o termo está bastante claro, portanto, isso não trará prejuízo para sua aprovação.

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 1.894.375

Recomendações:

Nada a acrescentar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da FCLAr/Unesp, reunido em 19/01/2017, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto.

O relatório final deverá ser entregue até 06 (seis) meses após a data de finalização da pesquisa, conforme projeção do cronograma constante do projeto aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_829422.pdf	02/12/2016 09:41:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoconsentimento.pdf	01/12/2016 20:25:45	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Outros	oficioautorizados.jpg	01/12/2016 20:21:15	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Outros	oficioautorizado.jpg	01/12/2016 20:16:03	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Outros	carta.docx	01/12/2016 19:47:25	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Outros	ENTREVISTAGESTORES.docx	01/12/2016 19:22:30	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Cronograma	cronogramaprojeto.docx	01/12/2016 19:17:21	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoGestor.docx	01/12/2016 19:16:41	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito
Folha de Rosto	capaderosto.pdf	01/12/2016 19:13:44	ANA MAURA MARTINS CASTELLI BULZONI	Aceito

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS ARARAQUARA



Continuação do Parecer: 1.894.375

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 19 de Janeiro de 2017

Assinado por:

**Sebastião de Souza Lemes
(Coordenador)**

Endereço: Rod. Araraquara- Jaú Km1

Bairro: CENTRO

CEP: 14.800-901

UF: SP

Município: ARARAQUARA

Telefone: (16)3301-6224

Fax: (16)3332-0698

E-mail: sta@fclar.unesp.br